



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

JOYCE LIMA MATOS

**O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO FRENTE À CRISE
ECONÔMICO-SANITÁRIA DA COVID-19: UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO**

**CAMPINAS
2024**

JOYCE LIMA MATOS

**O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO FRENTE À CRISE
ECONÔMICO-SANITÁRIA DA COVID-19: UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO**

Dissertação apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Econômico, na Área de Economia Social e do Trabalho

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Eugenia Troncoso Leone

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ALUNA JOYCE LIMA MATOS, E ORIENTADA PELA PROF.^a DR.^a EUGENIA TRONCOSO LEONE

CAMPINAS
2024

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Luana Araujo de Lima - CRB 8/9706

M428m Matos, Joyce Lima, 1996-
O mercado de trabalho brasileiro frente à crise econômico-sanitária da Covid-19 : uma perspectiva de gênero / Joyce Lima Matos. – Campinas, SP : [s.n.], 2024.

Orientador: Eugenia Troncoso Leone.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. COVID-19. 2. Mercado de trabalho. 3. Iniquidade de gênero. 4. Conjuntura econômica. I. Leone, Eugenia Troncoso, 1948-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: The brazilian labor market facing the Covid-19 economic-health crisis : a gender perspective

Palavras-chave em inglês:

COVID-19 (Disease)

Labor market

Gender inequality

Economic situation

Área de concentração: Economia Social e do Trabalho

Titulação: Mestra em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

Eugenia Troncoso Leone

Jacqueline Aslan Souen

Luciana Portilho

Data de defesa: 22-02-2024

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0009-0009-4351-3600>

- Currículo Lattes do autor: <https://lattes.cnpq.br/7428675633334627>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

JOYCE LIMA MATOS

**O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO FRENTE À CRISE
ECONÔMICO-SANITÁRIA DA COVID-19: UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO**

Prof.^a Dr.^a Eugenia Troncoso Leone - Orientadora

Defendida em 22/02/2024

COMISSÃO JULGADORA

Prof.^a Dr.^a Eugenia Troncoso Leone - PRESIDENTE
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Prof.^a Dr.^a Jacqueline Aslan Souen
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Prof.^a Dr.^a Luciana Portilho da Silva
Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação
(Cetic.br)

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica da aluna.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, que foi o meu principal refúgio nos momentos difíceis dessa jornada.

Sou eternamente grata a minha família, meu pai, meu irmão Henrique, minhas irmãs Thaynah, Isabella e Mariana, mas principalmente a minha Mãe que foi a principal apoiadora na minha mudança para Campinas. Amo vocês.

Muito obrigada aos meus queridos amigos que me apoiaram em todos os momentos difíceis da minha jornada no mestrado.

Agradeço a Andréia pelo companheirismo e apoio. Obrigada por acreditar em mim.

Muito obrigada a professora Eugênia por aceitar ser minha orientadora, pelas contribuições e por confiar no meu trabalho.

Sou muito grata aos professores do Instituto de Economia presentes em minha trajetória, em especial o professor Dari. Agradeço o CESIT e a Clara por me ajudar com os dados para minha pesquisa.

Muito obrigada às professoras Luciana Portilho e Jacqueline Soen por fazerem parte da minha banca de defesa e pelas contribuições na qualificação. Muito obrigada.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

O presente projeto foi desenvolvido com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) através da concessão de bolsa de estudo de Mestrado, nº de processo 131315/2022-6.

RESUMO

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia da Covid-19 causando apreensão, insegurança, e instabilidade nos sistemas de saúde e em várias esferas da vida social. Foram milhões de pessoas no mundo afetadas de forma direta e indireta. A crise que se apresentava na esfera da saúde rapidamente se espalhou, causando uma enorme recessão econômica em todo o mundo, consequentemente atingindo o mercado de trabalho. No Brasil não foi diferente, o país que já se encontrava estagnado, entrou em crise estando em crise. Se tratando de crises as mulheres são mais afetadas pela conjuntura econômica, neste sentido a presente dissertação busca entender como a pandemia afetou as mulheres no mercado de trabalho brasileiro, analisando o período de distanciamento social e momento de retomada de crescimento da atividade econômica com o fim das restrições sanitárias. Para realização da atual pesquisa foram coletados dados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Anual do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e analisados os indicadores e as taxas que compõem a configuração da PIA brasileira, com o foco na subutilização e na força de trabalho. Como principais resultados tem-se que a hipótese central de maior impacto sobre as mulheres no mundo produtivo se confirmou, onde durante o período de distanciamento social a força de trabalho feminina retraiu em maior proporção que a masculina, a subutilização das mulheres foi maior, em especial o crescimento da força de trabalho potencial, aumentando ainda mais as desigualdades de gênero no mercado de trabalho. No período de retorno do crescimento da atividade econômica houve uma melhora considerável dos indicadores, sendo as mulheres as mais beneficiadas com a melhoria da conjuntura econômica. Contudo a discriminação e a desigualdade de gênero no mercado de trabalho pouco de alterou ao comparar o cenário pré e pós distanciamento social, pois são fatores histórico-estruturais construídos por normas e valores sociais.

Palavras-chave: COVID-19; Mercado de trabalho; Iniquidade de gênero; Conjuntura econômica.

ABSTRACT

The year 2020 was marked by the Covid-19 pandemic causing apprehension, insecurity, and instability in health systems and in various spheres of social life. Millions of people around the world were directly and indirectly affected. The health crisis quickly spread, causing a huge economic recession across the world, consequently affecting the job market. In Brazil it was no different, the country, which was already stagnant, went into crisis while being in crisis. When it comes to crises, women are more affected by the economic situation, in this sense this dissertation seeks to understand how the pandemic affected women in the Brazilian job market, analyzing the period of social distancing and the moment of resumption of growth in economic activity with the end of health restrictions. To carry out the current research, data were collected in the Annual National Household Sample Survey of the Brazilian Institute of Geography and Statistics – IBGE, and the indicators and rates that make up the configuration of the Brazilian working age population were analyzed, with a focus on underutilization and the strength of work. As main results, the central hypothesis of greater impact on women in the productive world was confirmed, where during the period of social distancing the female workforce shrank in greater proportion than the male workforce, the underutilization of women was greater, in especially the growth of the potential workforce, further increasing gender inequalities in the labor market. During the period of return to growth in economic activity, there was a considerable improvement in indicators, with women benefiting most from the improvement in the economic situation. However, discrimination and gender inequality in the job market have changed little when comparing the pre- and post-social distancing scenario, as they are historical-structural factors constructed by social norms and values.

Keywords: COVID-19; Labor market; Gender inequality; Economic situation.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Casos confirmados e óbitos por Covid-19. Mundo – 2020 a 2023	30
Tabela 2 – População ocupada, desocupada, na força de trabalho, fora da força de trabalho e na força de trabalho potencial. Mundo – 2008-2010 e 2019-2021 (dados em milhões)	37
Tabela 3 – População ocupada por setores da economia. Mundo – 2019 a 2021 (dados em milhões)	38
Tabela 4 – Casos confirmados e óbitos por Covid-19. Brasil – 2020 e 2022	41
Tabela 5 – Taxa de variação do índice de volume, porcentagem de participação de cada setor no VAB e valores a preços correntes. Brasil – trimestres de 2020 a 2022	47
Tabela 6 – Taxa de variação do índice de volume do setor de Serviços (variação ao mesmo período do ano anterior) (%). Brasil – trimestres de 2020 a 2022	48
Tabela 7 – População ocupada, desocupada, na força de trabalho, fora da força de trabalho. Brasil – terceiro trimestre de 2014-2016 e 2019-2021 (dados em mil)	53
Tabela 8 – População ocupada, participação da população ocupada em cada setor na ocupação total, e variação da população ocupada. Brasil – trimestres de 2020 a 2022	55
Tabela 9 – Percentual de variação das ocupações no setor de Serviços por grupamento de atividade no trabalho principal (variação ao mesmo período do ano anterior) (%). Brasil – trimestres de 2020 a 2022	56
Tabela 10 – Atividades que compõem o conceito de trabalho	59
Tabela 11 – Configuração da PIA dentro e fora da força de trabalho, por sexo. Brasil – terceiro trimestre de 2019 e 2020	70
Tabela 12 – Taxa de participação e desocupação, nível de ocupação, parcela da população fora da força de trabalho, por sexo. Brasil – terceiro trimestre de 2019 e 2020	72
Tabela 13 – Taxas da força de trabalho potencial, de desalentados, de indisponíveis e da subutilização da força de trabalho, por sexo (%). Brasil – terceiro trimestre de 2019 e 2020	72
Tabela 14 – Composição da subutilização da fora da força de trabalho, por sexo (%). Brasil – terceiro trimestre de 2019 e 2020	74

Tabela 15 – Configuração da PIA dentro e fora da força de trabalho, por sexo. Brasil – terceiro trimestre de 2020 e 2022	75
Tabela 16 – Taxa de participação e desocupação, nível de ocupação, parcela da população fora da força de trabalho, por sexo. Brasil – terceiro trimestre de 2020 e 2022	76
Tabela 17 – Taxas da força de trabalho potencial, de desalentados, de indisponíveis e da subutilização da força de trabalho, por sexo (%). Brasil – terceiro trimestre de 2020 e 2022	77
Tabela 18 – Composição da subutilização da fora da força de trabalho, por sexo (%). Brasil – 2020 e 2022	78
Tabela 19 – Taxas da força de trabalho potencial, de desalentados e de indisponíveis, por sexo (%) Brasil – terceiro trimestre de 2019 a 2022	82
Tabela 20 – Composição da subutilização da fora da força de trabalho, por sexo (%). Brasil – 2019 a 2022	84

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxas de Participação da força de trabalho e de desocupação e nível de ocupação (%). Mundo – 2007 a 2022	36
Gráfico 2 – Pessoas beneficiárias do Auxílio Emergencial, por sexo e idade (em mil pessoas), Brasil, 2020 e 2021	44
Gráfico 3 – Taxa de variação em volume do PIB (%). Brasil – 2000 a 2021	46
Gráfico 4 – Evolução da taxa de variação (% a.m.) do Índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA). Brasil – 2020 a 2022	50
Gráfico 5 – Taxas de participação da força de trabalho e Nível de ocupação (%). Brasil – trimestres de 2014 a 2022	52
Gráfico 6 – Taxas de desocupação, combinada de desocupação com subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, composta de subutilização da força de trabalho e percentual de pessoas desalentadas (%). Brasil – 2019 a 2021	54
Gráfico 7 – Evolução da taxa de participação da força de trabalho, nível de ocupação, taxa de desocupação e taxa da subocupação (%). Brasil – terceiro trimestre de 2012 a 2022	63
Gráfico 8 – População em idade ativa dividida em pessoas na força de trabalho e pessoas fora da força de trabalho (%). Brasil – 2012 a 2022	64
Gráfico 9 – Taxa de desocupação e taxas combinadas de subutilização da força de trabalho no Brasil, das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%). Brasil – 2012 a 2022	68
Gráfico 10 – Taxa de participação da força de trabalho e parcela da PIA fora da força de trabalho, por sexo (%). Brasil – terceiro trimestre de 2019 a 2022	79
Gráfico 11– Composição da força de trabalho, por sexo (%). Brasil – terceiro trimestre de 2019 a 2022	80
Gráfico 12 – Nível de ocupação total e plena, por sexo (%). Brasil – terceiro trimestre de 2019 a 2022	81
Gráfico 13 – Subutilização da força de trabalho, por sexo (%). Brasil – terceiro trimestre de 2019 a 2022	83

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Configuração da População em Idade Ativa na força de trabalho e fora da força de trabalho	58
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – MERCADO DE TRABALHO E GÊNERO	16
1.1 – Desigualdade de gênero no mercado de trabalho: conceitos e definições	16
1.2 – Trajetória da inserção e participação feminina no mercado de trabalho brasileiro	19
CAPÍTULO 2 – A CORONACRISE E SUAS PERTURBAÇÕES NA VIDA SOCIAL E ECONÔMICA: CONSIDERAÇÕES GERAIS	27
2.1 – O coronavírus no mundo	28
2.1.1 – Colapso do sistema de saúde	28
2.1.2 – Distanciamento social e colapso da economia	31
2.1.3 – As perturbações causadas no mercado de trabalho	35
2.2 – A crise econômico-sanitária da pandemia da Covid-19 no Brasil	38
2.2.1 – A crise sanitária da Covid-19	38
2.2.2 – O Estado brasileiro frente à crise	42
2.2.3 – A crise econômica da Covid-19	46
2.2.4 – As perturbações causadas pela Pandemia no mercado de trabalho brasileiro	50
CAPÍTULO 3 – A CONFIGURAÇÃO DA PIA BRASILEIRA: CONCEITUAÇÃO DOS INDICADORES DE CONDIÇÃO DE ATIVIDADE COM FOCO NA SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	57
3.1 – Trabalho	58
3.2 – População brasileira na força de trabalho	60
3.3 – População brasileira fora da força de trabalho	64
3.3.1 – Força de trabalho potencial	65
3.3.2 – Fora da força de trabalho potencial	66
3.4 – Subutilização da força de trabalho	67
CAPÍTULO 4 – COVID-19 E MERCADO DE TRABALHO	69
4.1 – O distanciamento social (2019-2020)	69
4.2 – A retomada da economia e do mercado de trabalho com o fim do distanciamento social (2020-2022)	74
4.3 – A condição de atividade entre 2019 e 2022	78
CONCLUSÃO	85
REFERÊNCIAS	89

INTRODUÇÃO

A participação feminina no mercado de trabalho é resultado de mudanças estruturais e conjunturais da sociedade e da economia. Nesse sentido, desde a década de 1970 há um movimento de maior inserção e participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro.

Do ponto de vista estrutural a maior inserção feminina no mundo produtivo é resultado de dois fatores: o primeiro, a mudança de comportamento feminino influenciado pelo movimento feminista na busca de emancipação, sendo o trabalho um meio para essa busca. O segundo, a mudança da estrutura produtiva brasileira a partir da década de 1990, com o processo de globalização e abertura do comércio, o mercado de trabalho passa de uma incompleta sociedade urbana industrial para uma sociedade de serviços, sendo as mulheres, segundo Hirata (2001), as principais “cobaias” dessa mudança estrutural.

Do ponto de vista conjuntural, as transformações na atividade econômica influenciam onde e como as mulheres se inserem no mercado de trabalho. Como exemplo, a mudança qualitativa do emprego feminino no período de crescimento com inclusão social no Brasil nos anos 2000 (Baltar; Leone, 2015) e a desocupação feminina de longo prazo oriunda do período de recessão e estagnação de 2015 a 2019. O impacto da crise econômico-sanitária da Covid-19 sobre as mulheres no mercado de trabalho pode ser percebido como um movimento conjuntural da participação feminina no mundo laboral.

A nível mundial, o ano de 2020 foi marcado pela maior crise dos últimos cem anos, considerada a maior recessão global desde a crise de 1929 (Banco Mundial, 2019). A pandemia da Covid-19 foi uma crise iniciada na esfera da saúde, que pelas suas características se transferiu rapidamente para todas as esferas da vida social.

Logo a crise sanitária se tornou uma crise econômica, impactando a esfera produtiva e retraindo a atividade econômica mundial. O Brasil que já passava por um momento de recessão e estagnação se viu entrando em uma crise em meio à crise. A este respeito, Gimenez, Baltar e Manzano (2020) declaram que os trabalhadores, já estavam expostos a um oneroso nível de desemprego, já haviam dificuldades em boa parte dos setores econômicos, bem como a progressiva desorganização do mercado de trabalho anteriormente ao início da pandemia de Covid-19.

Contudo, o choque adverso da pandemia da Covid-19 apresentou efeitos nunca vistos antes no mundo do trabalho. Dentre as principais diferenças entre a crise econômico-sanitária com outras crises (*subprime* em 2009, recessão 2015/2016 no Brasil) a redução da população

na força de trabalho, e consequentemente o aumento da população fora da força de trabalho, em especial na força de trabalho potencial, chama a atenção. Sendo uma tendência global, seguida pelo mercado de trabalho brasileiro, o período pandêmico retraiu a produção, principalmente as atividades de serviços, reduzindo assim as ocupações, mas diferente de outras crises, o crescimento da população desocupada não foi proporcional, fazendo assim o contingente fora da força de trabalho aumentar (Gimenez; Baltar; Manzano, 2020; Krein; Borsari, 2020; Saboia *et al.*, 2021).

Neste sentido, analisando a saída do mercado de trabalho e as faltas de condições para permanecer no mesmo destacam-se as mulheres, que são maioria entre os que se encontram na margem das ocupações do mundo do trabalho e são mais vulneráveis aos impactos de uma crise do tipo provocada pela pandemia do Covid-19 (Cotrim; Teixeira; Proni, 2020; DIEESE, 2022). O que implica na hipótese central deste trabalho, visto que, as mulheres foram mais afetadas pela conjuntura da pandemia da Covid-19, intensificando as desigualdades e precarizando ainda mais a força de trabalho feminina.

A hipótese central supracitada, leva em consideração que: 1) a crise econômico-sanitária da Covid-19 foi diferente de outras crises pela implementação de medidas de isolamento e distanciamento social, dessa forma com o fim de tais medidas a economia e consequentemente o mercado de trabalho voltaram a crescer, havendo uma melhora da conjuntura econômica; 2) Mesmo havendo uma melhoria na conjuntura econômica a segregação e a desigualdade de gênero no mercado de trabalho não se alteraram, pois são fatores estruturais.

Dessa forma, esta dissertação se justifica uma vez que busca entender a relação dos efeitos da crise econômico-sanitária da Covid-19 com a divisão sexual do trabalho e a discriminação e a segregação feminina no mundo produtivo. Procurando compreender a recessão econômico-sanitária da Covid-19 como uma crise que parte da esfera da saúde, para uma crise econômica, consequentemente, atingindo o mercado de trabalho. No segundo momento tem-se como objetivo avaliar as consequências da pandemia sobre o mercado de trabalho para os homens e para as mulheres, com o foco especial sobre a trajetória dos indicadores que definem a participação das mulheres no mercado laboral durante o período de isolamento. E por fim, busca-se entender como o retorno da atividade econômica com o fim das restrições sanitárias influenciou nos indicadores do mercado de trabalho para homens e em especial para as mulheres.

Para tal pesquisa, o estudo analisa os microdados disponibilizados pela Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua (PNAD Contínua) e pela PNAD Covid, entre

2019 e 2022, utilizando os indicadores que compõem a população dentro e fora da força de trabalho, com foco na subutilização da força de trabalho.

Neste sentido, a dissertação foi dividida em quatro capítulos. O primeiro, “Mercado de trabalho e gênero”, está dividido em duas partes, a primeira exhibe a conceituação de gênero, de divisão sexual do trabalho e de discriminação e segregação de gênero no mercado de trabalho. A segunda seção conta com uma contextualização da inserção e participação feminina no mercado de trabalho brasileiro de 1970 a 2019. Pretende-se neste capítulo entender os conceitos que norteiam os estudos de desigualdade de gênero no mercado de trabalho, além de compreender a trajetória feminina no mundo laboral.

O segundo capítulo, intitulado: “A coronacrise e suas perturbações na vida social e econômica no mundo e no Brasil: considerações gerais” têm como objetivo entender o surgimento e a trajetória da Covid-19 no mundo e no Brasil, analisando o colapso do sistema de saúde, e da economia, e principalmente as perturbações causadas no mercado de trabalho brasileiro. Neste sentido, entender o papel do Estado durante a crise será fundamental.

No terceiro capítulo, nomeado como “Conceituação dos indicadores de condição de atividade com foco na subutilização da força de trabalho”, se apresenta a metodologia e uma revisão da literatura sobre os novos indicadores, escolha dos indicadores mais apropriados para analisar o mercado de trabalho na pandemia. Mostrando como se configura a População em Idade Ativa (PIA) brasileira.

Por fim, o quarto capítulo analisa os indicadores do mercado de trabalho para homens e mulheres entre 2019 e 2022, na intenção de responder às hipóteses supracitadas. Sendo assim, o presente capítulo será dividido em três seções, que busca mostrar: 1) O mercado de trabalho e gênero no isolamento e distanciamento social (2019-2020); 2) O mercado de trabalho e gênero no relaxamento das medidas do distanciamento social (2020-2022); 3) O mercado de trabalho e gênero antes e após o distanciamento social (2019- 2022). Finalizando com as conclusões assim percebidas durante o processo da pesquisa.

CAPÍTULO 1 – MERCADO DE TRABALHO E GÊNERO

O presente capítulo apresenta a conceituação e a definição de alguns termos relacionados ao envolvimento das mulheres na sociedade e no mundo produtivo, abordando os conceitos de gênero, divisão sexual do trabalho, discriminação e segregação feminina no mercado laboral. Em seguida, o capítulo faz um levantamento da inserção feminina no mercado de trabalho brasileiro, buscando entender como ocorreu a elevação da participação das mulheres na atividade econômica.

1.1 = Desigualdade de gênero no mercado de trabalho: conceitos e definições

O estudo das desigualdades entre homens e mulheres é vasto e amplo, principalmente oriundo das ciências sociais, há diversos conceitos que sintetizam o papel feminino na sociedade, na vida humana e no mundo do trabalho. A presente dissertação busca compreender tais conceitos e definições, particularmente a conceituação de gênero, divisão sexual do trabalho, discriminação e segregação no mercado laboral.

Ao se tratar da desigualdade de gênero no mercado de trabalho é de fundamental importância compreender e entender o atual significado do termo “gênero”. Nos Estados Unidos, na segunda parte do século XX, o termo *gender*, empregado em estudos de psicologia, ganhou um entendimento sociológico, como exemplo o estudo da Oakley (1972), onde a mesma apresentou uma definição muito clara para a diferenciação de sexo e gênero:

‘Sexo’ é uma palavra que faz referência às diferenças biológicas entre machos e fêmeas [...]. ‘Gênero’, pelo contrário, é um termo que remete à cultura: ele diz respeito à classificação social em ‘masculino’ e ‘feminino’ [...]. Deve-se admitir a invariância do sexo tanto quanto deve-se admitir a variabilidade do gênero (OAKLEY, 1972a apud TILLY, 1994, p. 42).

Resumidamente, sexo é biológico, e gênero é social, é oriundo de construções sociais muitas vezes específicas de cada sociedade. Com a sobrevalorização da diferenciação biológica, os seres humanos atribuem funções distintas aos dois sexos em uma sociedade, com um gênero feminino sendo culturalmente atribuído à fêmea, na intenção de torná-la uma mulher social, da mesma forma que, o gênero masculino é imposto ao macho, na sua construção de social de homem (Mathieu, 2009).

Para Mathieu (2009, p. 223), materialmente, o gênero se revela em duas esferas fundamentais:

1) na divisão sociossexual do trabalho e dos meios de produção, 2) na organização social do trabalho de procriação, em que as capacidades reprodutivas das mulheres são transformadas e mais frequentemente exacerbadas por diversas intervenções sociais (Tabet, 1985/1998). Outros aspectos do gênero diferenciação da vestimenta, dos comportamentos e atitudes físicas e psicológicas, desigualdade de acesso aos recursos materiais (Tabet, 1979/1998) e mentais (Mathieu, 1985b/1991a) etc. – são marcas ou consequências dessa diferenciação social elementar.

De todo modo, a manifestação material de gênero se apresenta na divisão social do trabalho entre os sexos, denominada, divisão sexual do trabalho. Em um primeiro momento, a noção do termo foi atribuída à divisão de funções na sociedade entre homens e mulheres. Foram as antropólogas feministas que designaram um novo e atual conceito para a divisão sexual do trabalho, para elas o termo se traduz na “relação de poder dos homens sobre as mulheres” (Kergoat, 2009, p.67).

Para Kergoat (2009), a divisão sexual do trabalho se caracteriza por destinar a esfera produtiva aos homens, e a esfera reprodutiva às mulheres, ao passo que, é reservado aos homens ocupações e funções de maior prestígio social agregado como atividades na política, serviços militares e líderes religiosos. Partindo deste ponto, Hirata e Kergoat (2007), buscaram estabelecer os princípios e as modalidades que definem o conceito de divisão sexual do trabalho.

São dois os princípios que estruturam a divisão sexual do trabalho: primeiro, o princípio de separação, que define a existência de trabalho masculino e trabalho feminino; segundo, o princípio hierárquico, onde o trabalho dos homens é mais valioso do que o das mulheres. Tais princípios organizadores estão presentes em todas as sociedades, em qualquer tempo e espaço, o que não define a divisão sexual do trabalho como imutável, pelo contrário, para Hirata e Kergoat (2007) ela é extremamente elástica, pois suas modalidades mudam no tempo e no espaço.

Atualmente existem duas importantes modalidades da divisão sexual do trabalho nas esferas assalariada e doméstica, com a externalização de atividades domésticas e uma mudança na divisão do trabalho doméstico, em especial a participação de alguns pais no trabalho do cuidado dos filhos; uma segunda modalidade da divisão sexual do trabalho é o abismo entre as mulheres ocupadas, com a crescente participação feminina em ocupações de nível superior, ao passo que, aumenta o número de mulheres em situação precária, com trabalhos flexíveis e um maior desemprego feminino (Hirata; Kergoat, 2007).

Outra modalidade da divisão sexual do trabalho é a relação do “vínculo social” com as esferas profissional e doméstica, podendo ser dividida em quatro modelos: o tradicional, de conciliação, de parceria e de delegação (Hirata; Kergoat, 2007; Hirata, 2017).

No modelo tradicional, a mulher trabalha apenas em casa, cuidando dos afazeres domésticos e dos filhos, enquanto o homem tem a função de “provedor” do lar. No modelo da conciliação, a mulher concilia o trabalho doméstico com o trabalho profissional, enquanto o homem trabalha apenas fora de casa, pois não entende como sua função a realização do trabalho doméstico. Já o modelo de parceria, ocorre quando há uma divisão das tarefas domésticas entre homens e mulheres. E por fim, o modelo da delegação, ocorre quando mulheres delegam a outras mulheres as tarefas com sua casa, filhos e família, sendo assim, uma terceirização do trabalho doméstico para mulheres desprovidas de recursos ou para outras mulheres da família (Hirata; Kergoat, 2007; Hirata, 2017).

Outro conceito importantíssimo quando se trata de desigualdade de gênero no mercado de trabalho, é a discriminação de gênero, tal qual consiste na diferença de tratamento entre mulheres e homens no âmbito do emprego, das ocupações e dos salários. Mas de modo geral:

A existência de discriminação econômica no mercado de trabalho se dá quando um grupo de indivíduos que têm habilidades, educação, treinamento, experiência e produtividade iguais recebem salários diferentes ou recebem tratamento diferenciado por causa de sua raça, sexo, cor, religião, idioma, condição econômica e social, aparência física e etnia, sem que essas características tenham efeito sobre sua produtividade (Loureiro, 2003, p. 126).

A discriminação de gênero no mercado de trabalho pode ser vista em quatro dimensões: 1) a discriminação salarial, onde as mulheres recebem salários menores em relação aos dos homens, mesmo realizando a mesma função; 2) a discriminação na permanência no emprego, quando as mulheres são diretamente afetada pela redução da oferta de empregos, consequentemente ocorrendo uma maior desocupação feminina; 3) a discriminação ou segregação ocupacional, tal qual ocorre quando as mulheres são impedidas ou proibidas de se inserir em certas ocupações apenas por serem mulheres, mesmo apresentando a mesma qualificação que os homens; 4) a discriminação pela falta de oportunidades de se obter o capital humano exigido por certas ocupações, impossibilitando o acesso à qualificação necessária para a obtenção do emprego (Loureiro, 2003).

As três primeiras dimensões são consideradas discriminações diretas, pois elas ocorrem quando os indivíduos já estão no mercado de trabalho. Já a quarta dimensão, é

denominada discriminação indireta, pois ela se realiza antes mesmo da inserção do mercado de trabalho (Loureiro, 2003).

Nos estudos de desigualdade de gênero no mercado de trabalho a segregação pode ser dividida em segregação vertical e horizontal. A vertical se refere a posição hierárquica, atribuindo aos homens funções de poder como chefes, diretores e gerentes, mesmo em ocupações socialmente consideradas femininas. Já a segregação horizontal se dá pela maior inserção feminina em determinadas ocupações consideradas extensões da esfera doméstica. Como por exemplo, a enfermagem e o magistério onde a maioria dos ocupados são mulheres.

Se tratando de mercado de trabalho e desigualdade de gênero no mesmo, há vários conceitos e definições importantes para se estudar e debater sobre o tema. Algumas foram supracitadas, mas de modo geral, gênero é uma construção social para os sexos, com a divisão sexual do trabalho representando a forma material dessa relação social entre o universo produtivo e reprodutivo. As discriminações e segregações sofridas pelas mulheres ao se inserirem no mercado laboral é um reflexo da estrutura patriarcal, construída por valores e normas sociais. Sendo estrutural, movimentos positivos da atividade econômica são insuficientes para mudar tal panorama, mas pode melhorar ou piorar as condições vivenciadas pelas mulheres dentro desse arranjo social.

1.2 – Trajetória da inserção e participação feminina no mercado de trabalho brasileiro

A inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro se intensificou a partir da década de 1970. Muitos foram os fatores que contribuíram para uma maior participação feminina na esfera produtiva no período, dentre eles, a transição demográfica que o país vivenciava, a mudança no padrão de consumo familiar e a ampliação da produção industrial, transformando a ordem econômica e social e a composição da força de trabalho brasileira (Bruschini, 1994).

Na etapa da transição demográfica vivida pelo país desde o final da década de 60 destaca-se a redução das taxas de fecundidade a partir de 1965, principalmente com o surgimento da pílula contraceptiva (Brito, 2008). Dessa forma, a redução do número de filhos por mulher foi acompanhada de maior inserção feminina no mundo produtivo. Conjuntamente, a ampliação da escolaridade e do acesso feminino às universidades contribuíram para esse processo de mudança (Bruschini, 1994).

Tanto da perspectiva econômica quanto social, as mulheres buscaram trabalho e ampliaram sua complementação para a renda familiar. Paralelamente, a mudança no padrão de

consumo das famílias, ampliando e diversificando as compras, inclusive recorrendo ao endividamento, exigia o aumento da renda domiciliar (Bruschini, 1994; Mattos; Borelli, 2018). Dessa forma, Bruschini (1994) destaca que não só as mulheres pobres buscavam trabalho, mas principalmente as mulheres de classe média na etapa inicial do aumento da inserção feminina no mercado de trabalho. Assim sendo, mulheres de diferentes camadas sociais passam a ter a necessidade de realizar trabalho remunerado de modo a auxiliar no orçamento doméstico. Em função disso, Bruschini (1994, p. 179) afirma que a realização de trabalhos fora de casa apenas é possível uma vez que existam empregos para tanto.

Na passagem da década de 1960 para 1970, a economia brasileira vivia o período conhecido como “milagre econômico”, com intenso crescimento do PIB e do emprego, em virtude da consolidação da atividade industrial no país e ampliação dos serviços, reflexo da urbanização, possibilitando o surgimento de novos postos de trabalho, inclusive para as mulheres (Bruschini, 1994). A força de trabalho feminina foi absorvida principalmente em serviços, mas foi expressivo o aumento do emprego de mulheres na própria indústria de transformação. Com a modernização das linhas de produção, segundo Mattos e Borelli (2018, p.145), a força de trabalho feminina foi absorvida, em destaque, pela indústria de brinquedos, eletroeletrônicos e do sub setor farmacêutico e de cosméticos. Vale ressaltar que no período supracitado aumentou a já elevada desigualdade social e concentração de renda.

Como elencado, a maior participação das mulheres no mercado de trabalho foi parte de mudanças substantivas na demografia, na economia e na sociedade brasileira e correspondeu a uma alteração profunda nos padrões de comportamento e de valores das pessoas, destacando-se uma modificação na função social da mulher, diretamente ligada ao movimento feminista. Essas mudanças de comportamento e de valores foram fundamentais para a inserção e principalmente para a permanência das mulheres na esfera produtiva (Bruschini, 1994).

Para Bruschini (1994) as transformações no padrão de comportamento é o que explica a contínua participação e a permanência feminina na atividade econômica desde a década de 1980, visto que, tal período se mostrou o oposto das décadas anteriores, com pouca atividade da economia, aumento do desemprego, e alta inflação, refletindo a paralisação do processo de industrialização, com reflexos substanciais no mercado de trabalho.

A paralisação do processo de industrialização modificou a distribuição setorial da força de trabalho, diminuindo a participação dos setores primário e secundário e aumentando a do terciário. De acordo com Bruschini (1994, p. 181), muitos estudos mostraram que a expansão do setor terciário – que representava 46% em 1981 e passou a responder por 54,5%

do total em 1990– foi a tendência de maior relevância no mercado de trabalho do Brasil ao longo destes anos.

O setor de serviços tem como característica a heterogeneidade, pois reúne atividades com ocupações de baixa remuneração, que apenas permitem a simples subsistência das famílias dos trabalhadores com atividades em que as ocupações são bem remuneradas e usam tecnologias avançadas. (Pochmann, 2017).

Mas foi na década de 1990 que o setor terciário se consolidou no Brasil. A transformação que se sucedeu na economia e na geração de empregos teve como pilares a liberalização das importações e das atividades financeiras no país em meio a um processo de globalização da produção mundial, comandada pelas corporações dos países desenvolvidos. Sem uma política nacional para orientar a inserção do país nessa globalização, houve privatização das empresas públicas e concessão de serviços de utilidade pública para a iniciativa privada, nacional e estrangeira, consequentemente, a verticalização das grandes empresas e o crescente uso de terceiros (Hirata, 2001).

Para Pochmann (2019), todo esse processo é visto como o início de uma terceira onda de transformação no mundo do trabalho, que está atualmente em curso. Para o mesmo, a partir da década de 1990, o Brasil passa de uma incompleta sociedade urbana e industrial para uma sociedade de serviços, com nível de renda per capita relativamente baixo e enorme desigualdade socioeconômica.

Nesse cenário de globalização e sociedade de serviços, a participação das trabalhadoras no mercado de trabalho continuou aumentando, contudo, essa maior inserção ocorreu em um mercado de trabalho com crescente precariedade das ocupações e vulnerabilidade dos trabalhadores (Hirata, 2001).

Trata-se de um dos paradoxos da globalização, este aumento do emprego remunerado acompanhado pela sua precarização e vulnerabilidade crescentes. Pode-se dizer que as desigualdades de salários, de condições de trabalho e de saúde não diminuíram, e que a divisão do trabalho doméstico não se modificou substancialmente, a despeito de um maior envolvimento nas responsabilidades profissionais por parte das mulheres. Assim, Ruth Pearson demonstra que a globalização representa novas oportunidades, mas também novos riscos para as mulheres trabalhadoras. Suas pesquisas mostram que as desigualdades sociais nas relações de trabalho e saúde parecem ter piorado sob o impacto das políticas de flexibilização (Hirata, 2001, p. 144).

O modelo de trabalho flexível, emprego precário e vulnerabilidade dos trabalhadores não é novidade no Brasil pois sempre afetou grande parte da força de trabalho do país. As mudanças ocorridas desde os anos 1990 ampliaram a parte do mercado de trabalho com essas

características. As mulheres são menos protegidas e mais vulneráveis a essas características do mercado de trabalho (Hirata, 2001). A elevação da taxa de atividade das mulheres foi muito intensa entre meados dos anos 1980 e 1990, elevando a participação feminina na força de trabalho total. A taxa de atividade das mulheres saiu de 36,9% em 1985, para 47% em 1995, com a parcela de mulheres entre os trabalhadores brasileiros saindo de 33,5% em 1985, para 40,4% dez anos depois (Bruschini, 1998).

Juntamente com a maior participação feminina, há uma mudança de perfil dessa força de trabalho crescente. Bruschini (1998, p. 4) afirma que até o fim dos anos 1970, as trabalhadoras brasileiras eram, majoritariamente, mulheres jovens, solteiras e não tinham filhos. Ao final desse período, o perfil das trabalhadoras foi alterado e estas se tornaram, em sua maioria, mais velhas, casadas e tinham filhos. Nesse cenário, a mulher brasileira passa, com maior intensidade, a ter dupla jornada de trabalho. O trabalho reprodutivo continua, para uma maioria que não consegue terceirizar essa atividade para outras mulheres, mas agora ele é acompanhado pelo trabalho na esfera produtiva.

Na virada de século, mais especificamente entre 1998 e 2003, a economia brasileira passou por um lento crescimento. A abertura comercial e financeira na década de 1990 expôs a economia brasileira às contingências da economia internacional. Assim, as crises da Ásia (1997) e Rússia (1998), provocaram fuga de capital no Brasil e, consequentemente, a desvalorização do real. Mesmo com o comércio exterior favorecido pela desvalorização do Real, o PIB nacional teve dificuldade de crescer pela estagnação do consumo e do investimento, decorrência da incerteza acerca do que viria a ocorrer no país, havendo aumento da inflação e do nível das taxas de juros, redução do poder de compra dos salários e aumento da taxa de desemprego (Baltar; Leone, 2012).

A partir de 2003 o Brasil passou por um ciclo de crescimento relacionado a fatores internos e externos que impulsionaram a atividade econômica. O boom das *commodities* e a crescente exportação brasileira desde 2002, resultou, no período de 2003 a 2008, na expansão da renda nacional, com baixa inflação e ampliação do consumo do investimento, resultando no aumento do emprego. Segundo Baltar e Leone (2012, p. 2), o crescimento do produto interno bruto do Brasil atraiu capitais estrangeiros para o país e promoveu a valorização da moeda nacional. Ademais, uma vez havendo crescimento do PIB e estando a moeda nacional valorizada, o país sofreu uma significativa elevação das importações (Baltar; Leone, 2012, p. 2).

O período seguinte (2009 a 2014), foi marcado de início pelos efeitos da crise internacional, mas houve rápida recuperação da atividade da economia em 2019. Assim, em

2009 houve uma pequena queda da atividade econômica, com uma rápida recuperação em 2010. Não obstante, o contexto econômico vivenciado pelo Brasil na primeira década dos anos 2000, foi cenário do movimento ascendente do mercado de trabalho, com queda do desemprego, crescimento da renda média do trabalho e aumento expressivo do emprego, no período. De acordo com Baltar e Leone, em setembro de 2004, os estabelecimentos que realizavam atividade econômica empregavam 46,2 milhões de pessoas que tinham entre 15 e 64 anos. Já no mesmo mês de 2013, o número de trabalhadores na mesma faixa etária era equivalente a 59 milhões de pessoas. Isso significa que em nove anos houve um crescimento da ordem de 27,7%, isto é, 2,8% ao ano (Baltar; Leone, 2015, p. 54).

Dessa forma, de 2004 a 2013 o mercado de trabalho brasileiro passou por sua melhor fase, apresentando a maior taxa de formalização do mercado de trabalho nacional no século XXI (Krein; Manzano, 2014). Tal período ficou conhecido como “crescimento com inclusão social” (Baltar; Leone, 2015).

O crescimento com inclusão social ajudou a elevar a renda das famílias e a diminuir as diferenças entre elas. Os aumentos verificados nas rendas familiares baixas e intermediárias foram particularmente intensos devido aos programas de transferência de renda (aposentadoria rural, benefícios de prestação continuada e bolsa família) e ao forte aumento no valor do salário mínimo. O efeito da elevação do valor do salário mínimo sobre o poder de compra das rendas familiares de nível baixo e intermediário foi amplificado pelo intenso aumento do emprego de estabelecimento que foi acompanhado da formalização de seus contratos de trabalho (Baltar; Leone, 2015, p. 63-64).

Neste período, a inserção das mulheres no mercado de trabalho foi consolidada, ao passo que houve arrefecimento do aumento da taxa de atividade feminina. Tal movimento representou não tanto um aumento de participação quantitativa, mas uma melhora qualitativa de inserção no mundo produtivo. O cenário econômico de crescimento com inclusão social, ao diminuir o desemprego, aumentar a oferta de emprego formal e elevar o salário mínimo real, resultou na melhoria da renda domiciliar per capita dos trabalhadores brasileiros em geral (Leone, 2019).

Já o arrefecimento do aumento da taxa de atividade feminina se configurou para as jovens (15 a 24 anos) em geral e para as mulheres adultas, inseridas em domicílios de baixa renda per capita.

A taxa de participação das mulheres de domicílios com nível de renda relativamente alta aumentou, mas já era bastante elevada em 2004. É então possível atribuir o arrefecimento do aumento da taxa de participação feminina às dificuldades para ampliar essa participação em muitos dos domicílios de baixa renda. As mulheres desses domicílios de baixo nível socioeconômico têm dificuldades particulares para

participar da atividade econômica e esses domicílios não puderam aproveitar as oportunidades ocupacionais surgidas no crescimento com melhora da distribuição de renda e continuaram com baixa condição socioeconômica. Em parte, essa dificuldade de participação feminina na atividade econômica tem a ver com o baixo grau de escolaridade, mas o problema é mais amplo e diz respeito também a outros aspectos dessa baixa condição socioeconômica (Leone, 2019, p. 11).

De modo geral, entre 1970 e a primeira década do século XXI, a inserção feminina na força de trabalho se consolidou no Brasil, onde nos anos setenta a taxa de participação era de 18,2%, passando para 26,3% em 1980, 34,1% em 1990, 43,3% em 2000 e com arrefecimento do crescimento, chegou a 48,6% em 2010 (Leone, 2017). A participação feminina no mercado de trabalho é um grande avanço e uma enorme conquista para as mulheres, entretanto, existem lacunas que ainda devem ser preenchidas quando se trata da força de trabalho feminina na atividade econômica. A desigualdade de gênero no mercado de trabalho ainda é presente nas ocupações e nos salários.

Para Teixeira (2017) o período de crescimento com inclusão social apresentou melhoria na inserção feminina no mercado de trabalho formal, mas as mulheres seguem em sua maioria em ocupações e setores com predomínio feminino. Quanto à desigualdade salarial, a mesma apresenta uma vagarosa redução, onde mulheres com baixa remuneração têm proximidade da remuneração masculina, no tempo em que, as remunerações mais elevadas, a diferença é maior entre gêneros.

Em 2013, o rendimento médio horário feminino era 17,4% menor do que o masculino. Para as ocupações com escolaridade de nível superior, consequentemente com salários mais elevados, a diferença do rendimento médio feminino é ainda maior, tendo em 2013 representando 30% a 33% de diferença em relação ao masculino com a mesma escolaridade. Apesar das mulheres serem maioria nas ocupações com nível superior de escolaridade, é justamente nesse grupo que há uma maior diferença salarial. Sendo explicado pela enorme desigualdade de gênero que ocorre no sistema educacional brasileiro (Leone; Portilho, 2018). De acordo com Leone e Portilho, as mulheres compõem a maior parte dos estudantes universitários. Apesar de serem maioria entre estes, a maior parte delas exerce atividades profissionais voltadas para a área da educação, que em geral oferecem ocupações pior remuneradas e que proporcionam menor prestígio social, quando comparadas a outras atividades que exigem formação superior. De um modo geral, ocupações com piores rendimentos e menor prestígio social estão associadas a atividades realizadas principalmente por mulheres, tais quais, educação e cuidados de saúde (Leone; Portilho, 2018, p. 243-244).

Todas essas desigualdades de gênero (ocupacional, setorial, salarial, etc.) que permeiam o mundo produtivo, fazem parte de uma estrutura patriarcal construída por normas e valores sociais, e se tratando de um processo de segregação histórico-estrutural, um cenário mais favorável da atividade econômica pouco se contribui para ocorrer mudanças estruturais (Teixeira, 2017). De todo modo, o dinamismo econômico no período de crescimento com inclusão social impactou positivamente em parte das mulheres inseridas na esfera produtiva brasileira.

No período seguinte, 2015 e 2016, foi marcado por um cenário de recessão econômica. Apresentando taxas menores de crescimento do PIB desde 2010, o governo brasileiro se articulou na tentativa de incentivar o consumo mediante renúncias fiscais, controle dos preços da eletricidade, da gasolina e de outros derivados do petróleo, além é claro de estimular o crédito ao consumidor. Tal política minimizou parcialmente a desaceleração do consumo, contudo, o impacto negativo sobre o crescimento do PIB se deu pela queda do investimento e redução das exportações (Baltar, Leone, 2015).

Dessa forma, entre 2010 e 2014, a desaceleração do crescimento do PIB foi acompanhada de um expressivo aumento do déficit de comércio exterior, em bens manufaturados, ao passo que a produção doméstica dos mesmos se estagnou. A desvalorização da moeda aumentou a inflação, apesar da contenção política do preço da eletricidade e dos derivados do petróleo. (Baltar, Leone, 2015). Com cenário econômico crítico, com redução do investimento e do consumo, o PIB exibiu variação negativa em 2015 e 2016 em meio de uma crise política com o *impeachment* da presidente da república.

O cenário caótico instalado na economia brasileira no período, interferiu diretamente no mercado de trabalho, principalmente na formalização antes crescente. Houve queda nas ocupações e forte aumento da desocupação, pouco se alterando a população economicamente ativa. A taxa de ocupação das mulheres no terceiro trimestre de 2014 era de 47,1%, caindo para 46,8% e 45%, respectivamente para o mesmo período de 2015 e 2016.¹ Para as mulheres em especial, a desocupação, historicamente maior, foi o principal indicador no momento de crise. No terceiro trimestre de 2014, a taxa de desocupação feminina era de 8,5%, contra 5,7% masculina. No mesmo período de 2015 e 2016, a desocupação feminina chegou a medir 10,7% e 13,9%, respectivamente. Já a taxa de desocupação masculina no mesmo período analisado, foi de 6,9%, para 7,8% e 10,5%. Dessa forma, a desocupação, sendo a marca do período de recessão econômica no mercado de trabalho, tem rosto feminino.

¹ Dados da Pnad Contínua trimestral

No cenário seguinte (2017 a 2019), a economia brasileira foi marcada por um período de estagnação que ampliou a desestruturação do mercado de trabalho. Além é claro da contribuição da reforma trabalhista de 2017 no processo de deterioração das relações de trabalho. O período de estagnação foi marcado pelo aumento da desocupação de longo prazo, principalmente do grupo que procurava trabalho por mais de dois anos. “Se, no primeiro trimestre de 2015, 17,4% dos desocupados estavam nessa situação, no mesmo período de 2019, essa porcentagem avançou para 24,8%, o que corresponde a 3,3 milhões de pessoas” (Lameira *et al.*, 2019, p. 1). Dentro desse grupo, onde a busca por trabalho passava de dois anos, se destacaram as mulheres, com 28% da desocupação feminina nessa situação, vis a vis 20,3% dos homens na mesma situação (Lameira *et al.*, 2019).

Diante do exposto, verificou-se uma maior inserção e participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, em especial no período de 1970 a 2000. O século XXI foi marcado em um primeiro momento pela mudança na participação, retraindo a dinâmica quantitativa e aumentando a qualitativa, onde o momento de crescimento com inclusão social foi importante para essa mudança na atividade econômica feminina. A segunda década do século ficou marcada pela recessão e estagnação econômica, interferindo diretamente na força de trabalho feminina ao aumentar a desocupação das mulheres. O período seguinte do cenário econômico brasileiro e mundial foi de crise econômico-sanitária, sendo o foco de análise dos próximos capítulos.

CAPÍTULO 2 – A CORONACRISE E SUAS PERTURBAÇÕES NA VIDA SOCIAL E ECONÔMICA: CONSIDERAÇÕES GERAIS

A pandemia da Covid-19 marcou o mundo por um período de insegurança, instabilidade e desafios, pela sua rápida propagação e imensuráveis consequências. Sendo um vírus que se espalhou rapidamente pelo território mundial, causando mortes e complicações à saúde de milhões de pessoas e se destacando pela velocidade de disseminação, antes nunca vista. Pelas medidas adotadas para o controle da doença, a pandemia afetou não somente a esfera da saúde, mas também várias outras esferas da vida social, como por exemplo, a esfera econômica.

A crise econômica decorrente da pandemia tem suas peculiaridades e difere de outras crises anteriormente surgidas, se trata de uma crise que paralisou a esfera produtiva, por conta da necessidade de distanciamento e isolamento social, que afetou a demanda e impactou a oferta de bens e serviços de vários setores da economia no mundo. A interdependência oriunda das cadeias globais de valor mostrou como a globalização ajudou no impacto da pandemia sobre a produção mundial. A crise que começou na área da saúde, se tornou uma crise de várias esferas, uma crise econômico-sanitária global. Não obstante, o impacto sobre o mercado de trabalho foi imediato, várias empresas fecharam, muitos trabalhadores foram demitidos. O mundo do trabalho se encontrou em uma situação nunca vista.

Neste contexto, a ação e intervenção do Estado se viram mais que imprescindíveis, não somente para lidar com a crise sanitária e controlar a pandemia, mas também para revitalizar o mercado, proteger o trabalho e garantir renda de subsistência para as pessoas e para o trabalhador que perdeu o seu labor.

Decorrendo dessa conjuntura, o segundo capítulo deste estudo busca, em visões gerais, compreender como a coronacrise e suas perturbações atingiram a vida social e econômica. Para tal, este capítulo foi dividido em três partes: a primeira busca descrever e entender como surgiu e se deu a trajetória da Covid-19 como uma epidemia mundial. A segunda parte procura compreender o curso da crise econômico-sanitária no Brasil. E por fim, a terceira parte do segundo capítulo, tem como objetivo analisar e relatar as consequências da crise pandêmica sobre o mercado de trabalho brasileiro, com a intenção de assimilar as inquietações deixadas pela coronacrise sobre a esfera socioeconômica.

2.1 – O coronavírus no mundo

2.1.1 – Colapso do sistema de saúde

Em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, na China, foi detectado um surto de pneumonia, até então de origem desconhecida. Os casos apresentavam sintomas semelhantes à pneumonia viral, com tosse seca e febre alta, surgindo de pessoas que frequentaram o Mercado de Frutos-do-mar no período. Ainda em dezembro, no dia 31, a Organização Mundial da Saúde (OMS) tomou conhecimento sobre a conjuntura, divulgando em cinco de janeiro de 2020 o primeiro relatório de notícias sobre a doença (Mojica-Crespo; Morales-Crespo, 2020, p.73).

Até o momento do primeiro relatório da OMS, foram notificados pelas autoridades chinesas 44 pacientes, sendo 11 deles em estado grave e 33 em condição estável (OMS, 2020a). Rapidamente esses números cresceram, registrando em 11 de janeiro de 2020 a primeira morte causada pela doença, naquele momento já identificada (OMS, 2023). Dois dias antes, a OMS declarou que o surto viral na China se originava de um novo coronavírus. De acordo com a OMS (2020b) os coronavírus integram imensa família de vírus. Alguns destes vírus causam doenças de menor gravidade, similares a um resfriado comum, enquanto outros geram doenças mais graves, tais quais o MERS e SARS. Além disso, o nível de transmissibilidade é diverso em função da diversidade de vírus que fazem parte da família de vírus.

Ainda no início das transmissões, no começo de janeiro de 2020, foi relatado o primeiro caso do novo coronavírus fora da República da China, na Tailândia. Rapidamente surgiram novos casos na Ásia, passando para a Europa ainda em janeiro, com o primeiro caso registrado na França no dia 24 (OMS, 2020c).

Em 11 de fevereiro a OMS anunciou que o nome da doença causada pelo novo coronavírus seria COVID-19. Posteriormente, em março de 2020, o Grupo de Estudos Coronaviridae do Comitê Internacional de Taxonomia de Vírus nomeou o então classificado cientificamente como 2019-nCov, com o nome científico SARS-CoV-2. Onde SARS é a abreviação do inglês de Síndrome Respiratória Aguda Grave. Já CoV é a sigla para coronavírus, sendo ela a família a que o vírus pertence. Por fim, o número 2 na representação da sigla se dá pela similitude que o vírus tem com o SARS-CoV, surgido em 2002, dessa forma, sendo a segunda estirpe do vírus na família do coronavírus (CSG, 2020).

Já sua origem foi por muito tempo debatido, tendo como principal tese a transmissão do vírus de um morcego para um mamífero intermediário e, posteriormente, para o ser humano. A transmissão direta (morcego para ser humano) também foi levantada como uma hipótese plausível. Já o contágio através de produtos alimentícios, segundo a OMS (2021), pode ser considerado possível, mas não provável. Sendo descartada a hipótese de vazamento do vírus do Instituto de Virologia em Wuhan (OMS, 2021).

Pode ter ocorrido o transbordamento direto de morcegos para humanos ou, como no caso do MERS-CoV e provavelmente do SARS-CoV, a transmissão para humanos pode ter envolvido um hospedeiro intermediário. Espécies hospedeiras intermediárias candidatas podem incluir martas, pangolins, coelhos, cães guaxinins e gatos domesticados que podem ser infectados por SARS-CoV-2, (26) ou espécies como civetas e texugos de furão e mustelídeo relacionados que demonstraram estar infectados por SARS-CoV durante o surto na província de Guangdong, China. (25) A transmissão de vírus de animais para humanos pode ocorrer por meio de contato direto com animais infectados, indiretamente por meio de produtos ou excrementos de origem animal ou por meio de hospedeiros intermediários. (25) Portanto, as investigações realizadas até agora se concentraram no mercado de Huanan e incluíram um plano de amostragem abrangente tendo em mente essas rotas de transmissão (OMS, 2021, p. 93, tradução própria).

Ainda em fevereiro, mesmo com casos registrados de Covid-19 em 24 países diferentes, o surto do novo coronavírus era considerado uma epidemia na China. “É importante destacar que 99% dos casos estão na China e 97% dos óbitos na província de Hubei. Isso ainda é, antes de tudo, uma emergência para a China.” (OMS, 2020d, n.p). Sendo que, naquele momento, no dia 7, foram registrados 20.471 casos confirmados, incluindo 425 óbitos no país, e 176 casos em 24 países, com apenas uma morte, nas Filipinas (OMS, 2020d). No final do mês de fevereiro, o número de casos acumulados confirmados na China mais do que triplicou, registrando 75.465 casos no dia 20 de fevereiro (OMS-China, 2020).

Segundo o Instituto Butantan (2020, n.p.), uma epidemia acontece quando se tem um crescimento considerável no número de casos de uma doença, nas mais diferentes regiões, estados ou cidades sem, contudo, atingir níveis globais. Sendo o caso da Covid-19 naquele momento, contudo com a rápida disseminação global da doença, que em março de 2020, registrou 118.00 casos em 114 países e com mais de quatro mil óbitos, a Organização Mundial da Saúde, declarou que o mundo passava por uma pandemia oriunda da Covid-19 (OPAS, 2020)

Em seu discurso, no dia 11 de março de 2020, o diretor geral da OMS declarou: “A OMS tem avaliado esse surto o tempo todo e estamos profundamente preocupados com os níveis alarmantes de disseminação e gravidade e com os níveis alarmantes de inação.

Portanto, avaliamos que o Covid-19 pode ser caracterizado como uma pandemia” (OMS, 2020e, n. p., tradução própria).

Para a OMS a pandemia da Covid-19 pode ser definida em três características: 1) Velocidade e escalação de propagação, pois a doença apresentou uma rápida e veloz capacidade de se espalhar afetando até mesmo os sistemas de saúde mais resilientes; 2) A gravidade da doença, com 20% de casos graves, taxa de letalidade superior a 3% e grande impacto a faixas etárias mais avançadas; 3) A disrupção social e econômica, a pandemia afetou os sistemas de assistência social e para controlar a rápida propagação da doença foi necessário medidas que afetaram profundamente a sociedade e a economia dos países (OMS, 2020e).

O primeiro ano da pandemia foi um momento de descobertas e adaptações em todas as esferas da vida social e urbana, muito por conta das características definidoras da Covid-19. A tabela 1 mostra os números de casos confirmados da doença e o número de óbitos em decorrência do coronavírus. Em 2020, ano de descoberta do vírus, foram registrados cerca de 84,6 milhões de casos e um pouco mais de 1,9 milhões de mortes decorrentes do novo coronavírus, o que sobrecarregou os sistemas de saúde de todo o mundo e gerou perturbações sociais e econômicas diferente de outras já vividas.

Tabela 1 – Casos confirmados e óbitos por Covid-19. Mundo –2020 a 2023

Ano	Casos confirmados	Casos acumulados	Óbitos confirmados	Óbitos acumulados
2020	84.560.427	84.560.427	1.983.814	1.983.814
2021	206.416.506	290.976.933	3.505.583	5.489.397
2022	441.382.155	732.359.088	1.237.663	6.727.060
2023	33.200.705	765.559.793	209.446	6.936.506

Fonte: Organização Mundial da Saúde - OMS. Elaboração própria

Nota: Sendo dados coletados por semana epidemiológica, o ano de 2020 corresponde aos casos acumulados entre 30 de dezembro de 2019 a 28 de dezembro de 2020; o ano de 2021 corresponde aos casos acumulados entre 28 dezembro até 2020 até 27 dezembro de 2021; o ano de 2022 corresponde aos casos acumulados entre 27 dezembro até 2021 até 26 dezembro de 2023; o ano de 2023 corresponde aos casos acumulados entre 26 dezembro até 2022 até oito de maio de 2023, visto que a OMS decretou o fim da pandemia da Covid-19 em 05 de maio de 2023.

Em 2021 o número de casos mais que dobrou, chegando a aproximadamente 206,4 milhões de registros confirmados e cerca de 3,5 milhões de óbitos. Em 2022, o número de casos confirmados continuou crescente, com cerca de 441,4 milhões de registros da doença e aproximadamente 1,2 milhões de mortes oriundas da Covid-19. No dia cinco de maio de 2023 a OMS declarou o fim da pandemia da Covid-19, como término da emergência de saúde

pública, mesmo com o fim da epidemia mundial, a Covid-19 deixou marcas e consequências de curto e longo prazo. A pandemia expandiu as perturbações econômicas, ampliou as desigualdades, intensificou as vulnerabilidades, exacerbou as barreiras da vida social e trouxe profundas perdas para milhões de pessoas, perdas de milhões de vidas.

2.1.2 – Distanciamento social e colapso da economia

Sendo a Covid-19 uma doença de rápida propagação, inicialmente se espalhando de forma exponencial na maioria dos países, pelo desconhecimento que se tinha do vírus, a principal forma de controle encontrada no momento do ápice da doença foram as medidas de saúde pública de intervenção não farmacológicas (Garcia; Duarte, 2020; Leandro *et al.*, 2020; Aquino *et al.*, 2020).

Nesta conjuntura, as intervenções não-farmacológicas (INFs) de Saúde Pública são medidas utilizadas para mitigação e redução do impacto das epidemias e pandemias na população. Condicionada a situação de elevada gravidade sanitária, as INFs são recomendadas como estratégias para mitigação da transmissão comunitária, visto a celeridade de propagação do vírus SARS-CoV-2 através da transmissão pessoa-pessoa (Leandro *et al.*, 2020, p. 268).

As intervenções não farmacológicas podem ser divididas em três grupos: 1) as medidas ambientais, sendo elas o cuidado com o ambiente onde vive, sempre deixando arejado e expondo à luz solar e a limpeza rotineira de ambientes, superfícies e objetos; 2) as medidas comunitárias, referem-se às ações do setor público e privado, medidas tomadas pela comunidade em geral para a proteção da população, incluindo o funcionamento de escolas e universidades, transporte público, restrições em eventos sociais, esportivos, cinemas, teatros, igrejas ou estabelecimentos comerciais, de forma geral, o controle dos serviços não essenciais; 3) as medidas individuais, como o uso de máscaras, lavagem das mãos, e o distanciamento social, que abrange o isolamento de casos, a quarentena e a ação voluntária de aglomerar (Garcia; Duarte, 2020).

Conforme Aquino *et al.* (2020), o isolamento é o afastamento de pessoas infectadas daquelas que não estão doentes, na intenção de conter os riscos de transmissão. Já a quarentena é a limitação de movimento das pessoas que tiveram contato com a doença, mas não estão doentes, pois há uma possibilidade dessa pessoa estar infectada. A quarentena pode ser realizada de forma individual ou em grupos, sendo em domicílios, instituições ou em locais específicos e designados para tal. O distanciamento social são ações que tem como

intenção diminuir as interações em um grupo, podendo ou não incluir pessoas infectadas. Podendo ser definido como uma medida comunitária, tendo como exemplo as restrições das atividades consideradas não essenciais, o fechamento de escolas e o cancelamento de eventos.

A medida de distanciamento social pode chegar a casos extremos de contenção comunitária ou bloqueios, tendo como sinônimo em inglês, o *lockdown*. Nesse sentido fica proibida a saída dos domicílios para qualquer atividade não relacionada à compra de suprimentos básicos ou realização de atividades essenciais à comunidade. O *lockdown* foi utilizado em alguns momentos em vários países na intenção de diminuir significamente o contato social (Aquino *et al.*, 2020).

De forma geral, os países implementaram as políticas de intervenção não farmacológicas recomendadas pela OMS. De tais medidas, as que mais chamaram a atenção foram as de isolamento e distanciamento e as ações de contenção comunitária, medidas estas que foram essenciais no controle da doença, mas também primordiais para uma crise que figurava na esfera da saúde pudesse ser transmitida para a esfera social e econômica.

Em muitos países onde a transmissão comunitária levou a surtos com crescimento quase exponencial, os países introduziram medidas de distanciamento físico generalizado em nível populacional e restrições de movimento para retardar a propagação e estabelecer outras medidas de controle. Medidas de distanciamento físico e restrições de movimento, muitas vezes chamadas de “shutdowns” e “lockdowns”, podem retardar a transmissão do COVID-19, limitando o contato entre as pessoas. No entanto, essas medidas podem ter um impacto negativo profundo em indivíduos, comunidades e sociedades, ao quase paralisar a vida social e econômica. Tais medidas afetam desproporcionalmente os grupos desfavorecidos, incluindo pessoas em situação de pobreza, migrantes, deslocados internos e refugiados, que na maioria das vezes vivem em ambientes superlotados e com poucos recursos, e dependem do trabalho diário para sua subsistência (OMS, 2020e, p. 3, tradução própria).

Em meio a uma crise na esfera da saúde, a população mundial se viu vivenciando a maior crise econômica dos últimos cem anos. Para o Banco Mundial (2020) a crise econômico-sanitária da Covid-19 foi a maior recessão global desde a crise de 1929. Ocorrendo choques simultâneos de oferta e demanda, a crise pandêmica foi inicialmente uma crise na produção mundial, comércio internacional, destacando a fragilidade das cadeias globais de valor, mas com o passar dos meses em 2020 o setor de serviços se mostrou o mais afetado decorrente do distanciamento social.

A pandemia da Covid-19 representou um choque profundo sobre a economia mundial, cujo alcance e consequências ainda são difíceis de vislumbrar. As medidas de isolamento social impactaram fortemente a oferta e a demanda por bens e serviços, desorganizando as relações de trabalho, produtivas, de comércio e de

crédito. Os mercados financeiros reagiram derrubando as bolsas de valores, valorizando o dólar e desvalorizando as *commodities* – especialmente o petróleo – diante da expectativa de forte retração da atividade econômica (Levy, 2020a, p. 1).

A crise oriunda do novo coronavírus tem peculiaridades distintas de outras crises, como a crise de 2008, por exemplo, ela afetou instantaneamente a esfera produtiva, para em seguida atingir os mercados financeiro e de crédito. O impacto inicial da Coronacrise sobre a atividade econômica mundial foi sentida de imediato, a China, que detém cerca de 20% de participação no PIB mundial, apresentou entre janeiro e fevereiro de 2020, queda de aproximadamente 13,5% da produção industrial (Mello *et al.*, 2020).

A retração da atividade industrial chinesa vai de encontro com outra particularidade desta crise: o impacto oriundo das cadeias globais de valor na recessão mundial. A crise econômico-sanitária da Covid-19 mostrou a vulnerabilidade produtiva das empresas e nações por conta da interdependência oriunda das cadeias globais de valor. Alguns países fecharam suas fronteiras, dificultaram a exportação de produtos e equipamentos médicos, como máscaras e respiradores. Outro exemplo dessa interdependência foi a “Guerra do Petróleo” em 2020, que afetou diretamente as empresas do setor de energia, mas principalmente os países dependentes da renda do Petróleo (Mello *et al.*, 2020).

A partir do segundo semestre de 2020, a economia mundial começou a demonstrar recuperação em relação ao impacto inicial da crise pandêmica, entretanto, sem voltar aos níveis de crescimento pré-pandemia e apresentando melhoria desigual entre setores. Segundo Levy (2020b) até onde houve uma forte recuperação existiu uma desigualdade entre os setores, com a indústria se recuperando em um ritmo mais acelerado que os serviços.

Com o início do processo de vacinação, mesmo com o agravamento e surgimento de novas ondas da Covid-19 em alguns países, o começo de 2021 continuou apresentando melhoria na retomada da atividade econômica. A indústria, que já demonstrava recuperação no final de 2020, se mostrou fundamental para essa retomada, compensando a retração do setor de serviços. Já o comércio mundial, no final do segundo semestre de 2020 apresentava níveis de crescimento superando o volume pré-pandemia, se igualando aos registros de agosto de 2019 (Levy, 2021).

De modo geral, 2021 foi o período de retomada da atividade econômica pós choque inicial da Covid-19, o setor industrial e comércio internacional demonstraram uma rápida recuperação, superando as previsões iniciais. O setor de serviços, o mais afetado pelo isolamento e distanciamento social, apresentou início de recuperação após o começo da vacinação e a retomada das atividades consideradas não essenciais. Esse processo se mostrou

distinto entre as regiões do mundo, com EUA e China demonstrando um forte ritmo de retomada, enquanto as áreas do Euro (AE) e o Japão se mostraram mais sensíveis aos efeitos do distanciamento social. Sem contar, é claro, a dificuldade de retomada dos países em desenvolvimento (Levy, 2021; Levy; Leite, 2021).

Vale ressaltar que, essa falta de sincronia entre retomada e retração da atividade produtiva entre os países das cadeias produtivas teve como consequência escassez de matéria-prima impactando os preços na economia (Levy; Leite, 2021).

Dessa forma, a atividade econômica em 2021 e 2022 apresentou crescimento pós-pandemia, contudo com alta inflação. Os preços das *commodities* subiram, e a guerra da Ucrânia piorou o cenário inflacionário mundial (Bastos, 2022). De modo geral, as ações dos governos pelo mundo foram fundamentais para um arrefecimento da retração da atividade econômica dos países no período pós-pandemia.

Os governantes perceberam rapidamente que diante do cenário apresentado após choque inicial da pandemia, que a principal ação seria a utilização massiva de política fiscal e monetária. Mesmo economias que historicamente são conhecidas pelas políticas de austeridade e contenção fiscal, durante a pandemia se utilizaram do relaxamento fiscal para contenção de danos maiores (Mello *et al.*, 2020).

Como política monetária alguns bancos centrais, como o *Federal Reserve* e o Banco Central Europeu, se utilizaram da política de aquisição de ativos, também conhecida como afrouxamento quantitativo (*quantitative easing*), além é claro da adoção de cortes de juros. Mas a política fiscal era primordial naquele momento, dessa forma foram apresentados por vários países proeminentes programas de aumento dos gastos públicos, com a intenção de responder às crises econômicas, sociais e sanitárias (Levy, 2020a; Mello *et al.*, 2020).

De modo geral, com as medidas de isolamento e distanciamento, que representavam o fechamento de escolas, do comércio, restrições dos serviços considerados não essenciais, interrupção na produção industrial, contenção do comércio internacional e do turismo com o fechamento de fronteiras, transformou uma crise sanitária, em uma crise também econômica e social. É evidente que as medidas de saúde pública de intervenção não farmacológicas foram fundamentais para o controle da pandemia, mas também foram um grande gatilho da crise econômica e conseqüentemente do aumento das desigualdades.

A crise econômico-sanitária da Covid-19, considerada a maior crise dos últimos anos, afetou a vida de milhões de pessoas, na saúde muitas perderam a vida, outras ficaram com sequelas da doença, além é claro do distanciamento social ter afetado a saúde mental de muitos indivíduos. Na economia, a atividade econômica foi atingida fortemente, em primeiro

momento com a indústria e o comércio internacional, logo o setor de serviços sentiu as consequências da crise. Os governos tentaram conter um impacto de curto prazo com expansão fiscal e monetária, mas os efeitos de longo prazo foram sentidos em 2021 e 2022, como por exemplo a inflação, mas continuarão sendo sentidos nos próximos anos. Socialmente, houve um aumento das desigualdades socioeconômicas, de raça e de gênero, que ainda serão sentidas por muitos e por muito tempo.

2.1.3 – As perturbações causadas no mercado de trabalho

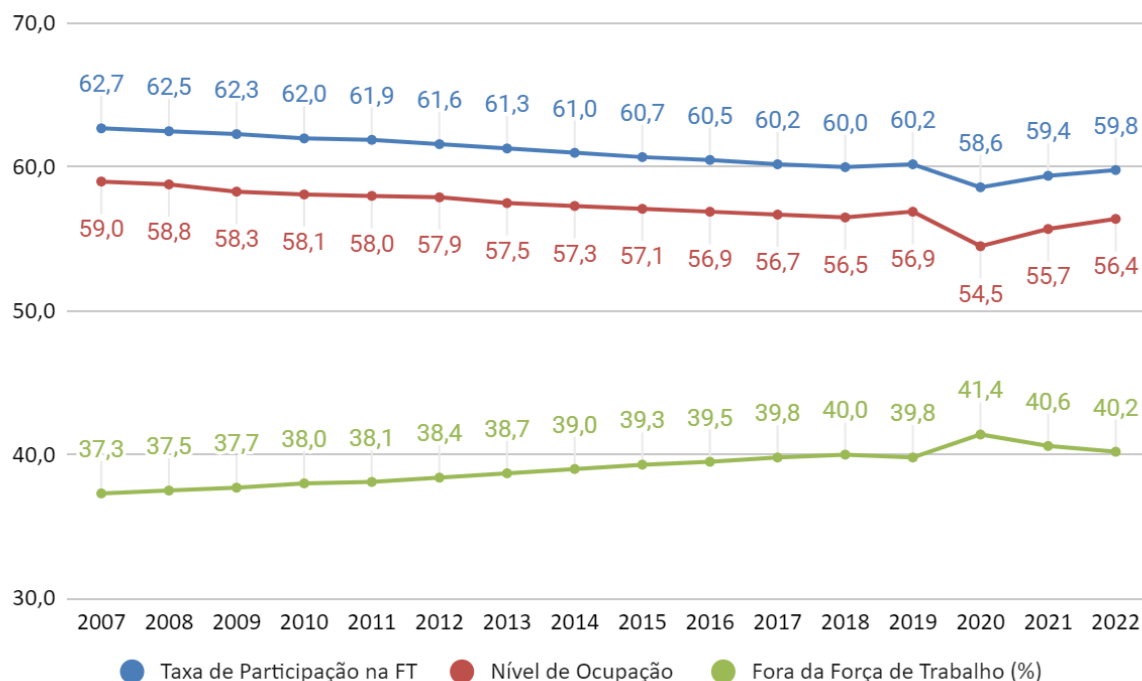
Com a crise econômico-sanitária da Covid-19 o mundo do trabalho foi uma das esferas mais atingidas com o efeito da pandemia. O impacto imediato sobre o setor industrial acarretou em demissões e reduções de jornada de trabalho. Mas o processo de isolamento e distanciamento social, que afetou drasticamente o setor de serviços, provocou o fechamento de empresas e milhares de perdas de empregos pelo mundo. Segundo a OIT (2021) cerca de 114 milhões de empregos foram perdidos de 2019 para 2020. “As perdas de emprego foram mais elevadas nas Américas e mais baixas na Europa e na Ásia Central, onde os regimes de manutenção de empregos apoiaram a redução das horas de trabalho, especialmente na Europa” (OIT, 2021, p. 2, tradução própria).

A redução do emprego no momento pandêmico pode ser observado tanto pelo aumento da desocupação, mas principalmente no crescimento da inatividade, as pessoas saíram da força de trabalho com o ápice da crise econômico-sanitária, tendo a inatividade representando 71% das perdas de emprego em todo o mundo de 2019 a 2020 (OIT, 2021).

Analisando o gráfico 1 tem-se que tanto a taxa de participação da força de trabalho, quanto o nível de ocupação² no cenário global, apresentaram uma redução gradual desde a crise do *subprime*, com uma leve retomada em 2019, chegando a reduzir 2.5p.p. e 2.1p.p., respectivamente, no período (2007 a 2019). Mas o impacto da crise econômico-sanitária da Covid-19 fica nítido nos dados, de 2019 para 2020 ocorreu uma redução de 1,6p.p. na taxa de participação e 2,4p.p. no nível de ocupação, refletindo a perda de empregos com o efeito pandêmico. O efeito da pandemia sobre o nível de ocupação foi maior que a redução de todo o período anterior, o que corresponde dizer que o impacto da pandemia sobre o nível da ocupação mundial foi maior que a retração do mercado de trabalho em 12 anos.

² As definições dos indicadores e taxas referentes ao mercado de trabalho serão apresentadas com mais detalhes no terceiro capítulo

Gráfico 1 – Taxas de Participação da força de trabalho e de desocupação e nível de ocupação (%). Mundo – 2007 a 2022



Fonte: OIT/ WESO Data Finder – *World Employment and Social Outlook*. Elaboração própria

Mesmo com a retomada de crescimento da atividade econômica em 2021 e 2022, tanto a taxa de participação da força de trabalho (FT), quanto o nível de ocupação mundial não voltaram aos patamares pré-pandemia, mas cresceram em relação a 2020. No que tange a desocupação, o efeito da pandemia do novo coronavírus foi maior que a crise de 2009, um crescimento de 1,4p.p. de 2019 para 2020, comparado a 0,2p.p. de 2008 a 2009 (gráf.1).

Mas mesmo apresentando um aumento do nível de desocupação da população mundial, a perda do emprego global se expressa na população fora da força de trabalho. Estima-se que a população que figurava fora da FT cresceu cerca de 5,5% de 2019 para 2020, correspondendo a 124,9 milhões de pessoas, comparado a 38,4 milhões de 2008 a 2009. Analisando a tabela 2, o crescimento da população fora da FT no momento da crise pandêmica é verificada no aumento da FT potencial. Na crise do *subprime*, a FT Potencial pouco cresceu, de 2008 a 2009, houve um aumento de 1,8%, aproximadamente 2,2 milhões de pessoas na FT Potencial, já no auge da pandemia a FTP mundial cresceu cerca de 18,4%, com aumento de 23 milhões de pessoas da FT Potencial de 2019 para 2020.

Tabela 2 – População ocupada, desocupada, na força de trabalho, fora da força de trabalho e na força de trabalho potencial. Mundo – 2008-2010 e 2019-2021 (dados em milhões)

	Crise do subprime				
	2008	2009	2010	Var. 2008/09(%)	Var. 2009/10 (%)
FT	3086,5	3124,4	3159	1,2	2,3
Ocupação	2905,4	2922,5	2958,6	0,6	1,8
Desocupação	181,1	201,8	200,4	11,4	10,7
Fora da FT	1853,2	1891,6	1932,7	2,1	4,3
FT Potencial	120,3	122,5	123,4	1,8	2,6
	Crise econômico-sanitária Covid-19				
	2019	2020	2021	Var. 2019/20 (%)	Var. 2020/21 (%)
FT	3465,0	3411,5	3499,8	-1,5	1,0
Ocupação	3273,1	3176,3	3283,4	-3,0	0,3
Desocupação	191,9	235,2	216,4	22,6	12,8
Fora da FT	2287,8	2412,7	2391,4	5,5	4,5
FT Potencial	125,3	148,3	137,0	18,4	9,3

Fonte: OIT/ WESO Data Finder – *World Employment and Social Outlook*. Elaboração própria

Sendo o aumento da população fora da FT reflexo da redução das ocupações e saída da força de trabalho, a tabela 3 mostra a disposição das pessoas ocupadas para os três grandes setores econômicos. Assim como já citado acima, a indústria mundial sofreu impacto imediato com o surgimento da crise econômico-sanitária. Logo após a implementação das medidas de distanciamento para contenção da propagação da doença, o setor de serviços sentiu os maiores efeitos do momento pandêmico. Não obstante, o reflexo nas ocupações nestes dois setores pode ser percebido. De 2019 para 2020, ocorreu uma redução de 3,7% dos empregos gerados tanto pela indústria, quanto pelo setor de serviços. Houve uma redução de aproximadamente 61,8 milhões de empregos do setor de serviços e 27,4 milhões no setor industrial.

Com a retomada da atividade industrial em 2021, há um aumento nas ocupações geradas pelo setor, até mesmo comparado a 2019, com cerca de 11,6 milhões de novas ocupações de 2019 para 2021. Já o setor de serviços, que sofreu impacto de novas ondas da Covid-19 e teve maior influência direta da vacinação, demonstrou um retorno mais lento em comparação à indústria. Houve crescimento nas ocupações do setor de 2020 para 2021, cerca de 3,2%, com aumento de 50,7 milhões de empregos, contudo, comparando 2021 com 2019, o setor de serviços ainda apresentou uma redução de 0,7% das ocupações.

Tabela 3 – População ocupada por setores da economia. Mundo – 2019 a 2021 (dados em milhões)

Setor	2019	2020	2021	Var.2019/20 (%)	Var. 2020/21 (%)
Indústria	746,4	719	758	-3,7	1,6
Serviços	1663,7	1601,9	1652,6	-3,7	-0,7
Agricultura	862,9	855,4	872,9	-0,9	1,2

Fonte: OIT/ WESO Data Finder – *World Employment and Social Outlook*. Elaboração própria

No que tange o rendimento do trabalho, em 2020, segundo a OIT (2021), houve uma redução de aproximadamente 8,3% em todo o mundo, o equivalente a US\$3,7 bilhões, o mesmo que 4,4% do PIB mundial. Os trabalhadores das Américas foram os que mais sofreram impactos da pandemia, perdendo cerca de 10,3% do rendimento do trabalho, em comparação, as menores perdas foram verificadas na Ásia e no Pacífico, aproximadamente 6,6%.

De modo geral, o choque inicial da Covid-19 sobre o mercado de trabalho mundial reduziu as ocupações e a população na força de trabalho ao não aumentar proporcionalmente a população desocupada, houve crescimento da população fora da FT, em especial o grupo de pessoas que figuram na FT potencial. O ano de 2021 foi de recuperação, mesmo que lenta, da economia mundial, tendo o setor industrial puxado a retomada da atividade econômica e o setor de serviços apresentando uma lenta retomada, refletindo assim no mercado de trabalho.

2.2 – A crise econômico-sanitária da pandemia da Covid-19 no Brasil

2.2.1 – A crise sanitária da Covid-19

Com a rápida propagação e disseminação da Covid-19 pelo mundo, o Brasil confirmou o registro de seu primeiro caso em 26 de fevereiro de 2020. A primeira pessoa diagnosticada com o novo coronavírus no país foi um homem de 61 anos, morador da cidade de São Paulo e recentemente havia retornado da Itália. O mesmo apresentou os sintomas característicos da doença, com febre, dor de garganta, tosse seca e coriza. No mesmo período, havia 80 mil casos confirmados e mais de 2700 óbitos de pessoas infectadas pelo vírus em 34 países (Brasil, 2020a)

Em 17 de março, no estado de São Paulo, foi anunciada a primeira morte decorrente do novo coronavírus no Brasil, sendo ele um homem com 62 anos de idade com comorbidades. Posteriormente, o Ministério da Saúde, indicou que a primeira morte oriunda da Covid-19 teria ocorrido no dia 12 de março, na cidade de São Paulo, uma paciente de 57 anos internada poucos dias antes (Machado; Freitas, 2021).

Logo após a OMS ter anunciado, no dia 11 de março de 2020, a Covid-19 como uma pandemia, o Distrito Federal implementou medidas de distanciamento social, sendo a primeira unidade federativa a efetivar tais medidas, como a suspensão das aulas e de eventos públicos, além é claro do atendimento do comércio, e serviços ligados a bares, lojas, salões de beleza, entre outros. Os estados de São Paulo (16 março) e Rio de Janeiro (17 de março) seguiram as ações do DF. Não obstante, rapidamente as medidas de distanciamento foram implementadas por outras unidades federativas do Brasil, contudo em momentos diferentes e algumas mais restritivas que outras (G1, 2020a; Moraes, 2020).

Desde o início da adoção de medidas de distanciamento social pelas UF, observou-se, em todo o território nacional, uma tendência ascendente de adesão e ampliação do grau de restrição dessas medidas, embora estas tenham sido adotadas em momentos específicos para cada região do País. Dessa forma, o grau de restrição subiu continuamente nos estados e nas capitais brasileiras até os dias 23 a 24 de março, apresentando níveis estáveis a partir de então. Nesse momento, foi possível observar uma sustentação muito sólida das medidas de distanciamento social a despeito das pressões exercidas por entidades como associações de classe de empresas, e até mesmo discursos de autoridades que defendiam menor rigor destas normas (Martins; Guimarães, 2022, p. 270).

As medidas tomadas pelos governos foram ações de antecipação, em momentos onde os números de casos e óbitos eram baixos, na tentativa de controlar a rápida disseminação da doença. Em 28 de março de 2020 o país registrou mais de 100 óbitos, apenas 11 dias após a primeira morte causada pela doença. Dois meses após o primeiro registro de Covid-19, o Brasil acumulava 61.888 casos confirmados e 4.205 óbitos pela doença, no dia três de maio o país registrou mais de um milhão de casos acumulados. O vírus se espalhava pelo território nacional rapidamente, tendo a primeira onda da covid-19 ainda em 2020.

A partir de junho de 2020 planos de flexibilização parcial das medidas de distanciamento social começaram a ser implementadas pelos estados brasileiros. Vários estudos (Ghanbari, 2020; Glass, 2020; Ngonghala *et al.*, 2020; Lopez; Rodó, 2020; Hussein, 2020; Wu *et al.*, 2020) mostraram que em muitos países a flexibilização precoce possibilitou o ressurgimento alarmante de casos da doença, com novas ondas de infectados e óbitos, além é claro, de verificarem a importância das medidas de isolamento e distanciamento para um melhor controle da disseminação da doença.

Não sendo diferente no Brasil, o afrouxamento das restrições sanitárias, mesmo que gradual, mais a chegada das comemorações de final de ano, naquele momento onde não havia ainda uma vacina para a doença, fez com que os números de casos e óbitos oriundos do vírus apresentassem aumento. Analisando o período de abril a dezembro, o grau de rigor das ações

de distanciamento social retraiu de 6,3% para 2,9%, na mesma época o número de óbitos cresceu de 27 para 92,7 casos para cada um milhão de habitantes (Moraes, 2021).

No total, em 2020, foram registrados aproximadamente 7,7 milhões de casos confirmados e 194.949 vidas perdidas pela Covid-19, uma taxa de mortalidade de 92,77 óbitos para cada 100 mil habitantes (tab.4). Na passagem de 2020 para 2021, o Brasil vivenciou o início da segunda onda de Covid-19 no país. Segundo Moraes (2021), mesmo com a segunda onda da doença, não ocorreu o fortalecimento das medidas de distanciamento, o que levou a sobrecarga do sistema de saúde, como por exemplo o caso do Amazonas.

Com um demasiado crescimento dos casos e óbitos, o início do ano em Manaus foi marcado pelo aumento exponencial do novo Coronavírus, onde as UTIs não tinham mais vagas para internação, faltavam insumos hospitalares, como oxigênio, gerando assim um colapso total do sistema de saúde na região. Foram registrados, no início de janeiro, 1.654 óbitos no estado, número superior ao período de abril a dezembro de 2020. No final de janeiro de 2021, mais de 7 mil pessoas perderam a vida por Covid-19 no Amazonas (Fiocruz, 2021a).

Pouco tempo depois da situação de calamidade pública vivenciada pelo estado do Amazonas, a projeção era de colapso do sistema de saúde nacional. Em março de 2021, 24 estados mais o DF, entre as 27 UFs, apresentavam taxas de ocupação iguais ou superiores a 80%, destas, 15 UFs exibiam ocupação das UTIs iguais ou superiores a 90%. As capitais do país seguiam a mesma situação, 25 das 27 apresentavam taxas de ocupação de leitos de UTI Covid-19 para adultos iguais ou superiores a 80%, chegando a 90% de ocupação em 19 capitais (Fiocruz, 2021b). “A situação é absolutamente crítica”, alertou a Fiocruz (2021b, p. 1).

Foram mais de 14,6 milhões de casos confirmados de Covid-19 no Brasil em 2021, com 424.107 óbitos confirmados pela doença, uma taxa de 201,59 mortes para cada 100 mil habitantes. Os números de 2021 foram mais que o dobro de 2020, chegando a mais de duas mil mortes diárias em março de 2021, fazendo o país figurar entre os países com maior número de casos, e o segundo em óbitos, tendo apenas os EUA maiores registros (t. 4).ab

Tabela 4 – Casos confirmados e óbitos por Covid-19. Brasil – 2020 e 2023

Ano	Casos confirmados	Casos acumulados	Óbitos confirmados	Óbitos acumulados	Taxa de Mortalidade (100 mil hab.)
2020	7.675.973	7.675.973	194.949	194.949	92,77
2021	14.611.548	22.287.521	424.107	619.056	201,59
2022	14043760	36.331.281	74.797	693.853	35,57
2023	1.180.640	37.511.921	8.263	702.116	5,85

Fonte: DataSUS/Ministério da Saúde. Elaboração própria

Ainda em 2021, em janeiro, a Anvisa autorizou por unanimidade o uso emergencial das vacinas CoronaVac e AstraZeneca, no mesmo dia o Brasil teve a primeira pessoa vacinada contra Covid-19 no país. A vacinação de início foi lenta, com dificuldade de aquisição de vacinas em grande escala. Primeiro foram vacinados profissionais da saúde e grupos de risco. Posteriormente, grupos de faixa etária, começando por idosos, posteriormente alcançando a população jovem. Muitas vezes durante o ano houve paralisação na imunização por insuficiência de doses ou fim de estoques (Machado; Freitas, 2021).

De modo geral, segundo o Consórcio de veículos de imprensa a partir de dados das secretarias estaduais de Saúde³, em 2021, foram aplicadas aproximadamente 161,3 milhões de primeiras doses das vacinas de Covid-19, 143,6 milhões de segundas doses e/ou dose única e mais 26,3 milhões de doses de reforço.

No acumulando de 2021, 2022 e até 28 de janeiro de 2023, período em que o consórcio coletou os dados, foram aplicados no total, cerca de 182,7 milhões de primeiras doses, 173,1 milhões de segundas doses e 108,6 milhões de doses de reforço, refletindo diretamente na redução do número de casos, mas principalmente na diminuição de óbitos da doença. Em 2022, foram registrados 74.797 vidas perdidas, com taxa de mortalidade de 35,57 para cada 100 mil habitantes, caindo para 8.263 óbitos até o dia seis de maio de 2023, com uma taxa de mortalidade de 5,85 óbitos por 100 mil habitantes (tab.4).

O período pandêmico no Brasil foi marcado por insegurança, medo da população, aumento das desigualdades, mas principalmente pela perda de milhares de vidas. O vírus se espalhou de forma rápida e avassaladora, infectando e matando milhares de brasileiros. A pandemia foi levada com muita seriedade por algumas autoridades, mas por brincadeira ou apenas “uma gripezinha” por outras, causando consequências para a vida econômica, social e individual ainda sentida por muitos no Brasil.

³ Disponível em <<https://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vacina-covid/>> acesso em out. 2023

2.2.2 – O Estado brasileiro frente à crise

Diante de um cenário de crise que se estabelecia no país e no mundo, o governo brasileiro, tendo o seu chefe de estado principal agente, se mostrou ineficiente e desrespeitoso com as medidas indicadas para o controle da doença desde seu início no país. A postura negacionista e negligente do então presidente Jair Bolsonaro (2018-2022), chamou atenção dentro e fora do Brasil, mas principalmente causou consequências à vida de milhões de pessoas.

Bolsonaro minimizou e desdenhou da gravidade do vírus, o chamando de “gripezinha”. Realizou eventos públicos oficiais, aglomerando pessoas no auge da pandemia, sabotando o isolamento e descredibilizando as medidas de distanciamento social em prol da atividade econômica. Por conta de tais atitudes, o STF em 15 de abril decidiu que estados e municípios teriam autonomia para definir regras sobre o distanciamento. Não obstante, o então presidente, criticou os governadores e defendeu o afrouxamento das restrições sanitárias. Bolsonaro, sem base científica, questionava o uso de máscara, não utilizando mesmo quando era obrigatório. Defendeu e estimulou o uso de medicamentos sem eficácia comprovada, em várias situações incentivou o uso de cloroquina e hidroxicloroquina (Corsalette; Arcoverde, 2020; Falcão; Vivas, 2020; Boldrin, 2021; Roubicek, 2021).

A troca de Ministros da Saúde em meio à grande crise sanitária que o país passava também foi uma marca negativa deixada pelo governo Bolsonaro durante a pandemia. O primeiro a deixar o cargo foi o ex-deputado federal Luiz Henrique Mandetta, após conflitos de ideias com o Presidente da República em relação às medidas que deveriam ser tomadas frente à Covid-19. Nelson Teich, segundo ministro da saúde, cumpriu função apenas por um mês, também deixando o cargo por discordar da maneira como o governo federal lidava com a crise sanitária. Já o terceiro e quarto ministros da saúde, Eduardo Pazuello e Marcelo Quiroga seguiram a linha de Bolsonaro ao tratar a pandemia (Motta, 2021).

Jair Bolsonaro também atuou no desestímulo e no atraso da vacinação. O então presidente se dizia contra a aplicação da vacina da Covid-19, além de seu governo ser acusado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, de atraso na compra de vacinas e possíveis negociações ilícitas. Segundo o epidemiologista Pedro Hallal, os atrasos na compra das vacinas Pfizer e CoronaVac resultaram em 95,5 mil mortes (Mattos; Borges; Resende, 2021).

Diante das medidas de distanciamento social e retração da atividade econômica, a população vulnerável, que estava impedida de trabalhar ou procurar uma ocupação,

necessitava de uma renda básica para sua subsistência. Por meio do Ministério da Economia, o governo federal apresentou a proposta formal de uma renda básica de R\$200,00 no período de três meses, para um total de 38 milhões de trabalhadores informais e autônomos, tendo como critério o Cadastro Único e o não recebimento de qualquer outro benefício social. Proposta esta que foi debatida e refutada, sofrendo pressão e mobilização de organizações, movimentos, parlamentares e cidadãos por um benefício que abrangesse as necessidades básicas da população vulnerável naquele momento. Após propostas no Congresso Nacional, foi aprovada a garantia de uma renda básica para parte da população naquele momento, chamada de Auxílio Emergencial (Maris *et al.*, 2021).

O decreto regulamenta o Auxílio Emergencial no valor de R\$ 600,00, inicialmente destinado aos cidadãos com mais de 18 anos, aos beneficiários do Programa Bolsa Família, às famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais, aos trabalhadores informais, aos microempreendedores individuais (MEI) ou contribuintes individuais da Previdência Social; mas a proposta inicial era destinar R\$ 300,00 mensais para cada membro das famílias mais pobres do país, por um período de seis meses. A determinação exigia renda familiar mensal inferior a meio salário-mínimo per capita ou três salários mínimos no total, além de não ser beneficiário de outros programas sociais (com exceção do Programa Bolsa Família) ou do seguro-desemprego. As mães que morassem sozinhas e que atendessem ao critério de elegibilidade de renda tinham direito a receber o valor do auxílio em dobro. Além disso, no dia 16 de abril, a Câmara dos Deputados aprovou a expansão da medida para mães menores de idade e para toda família monoparental (Maris *et al.*, 2021, p. 671-672).

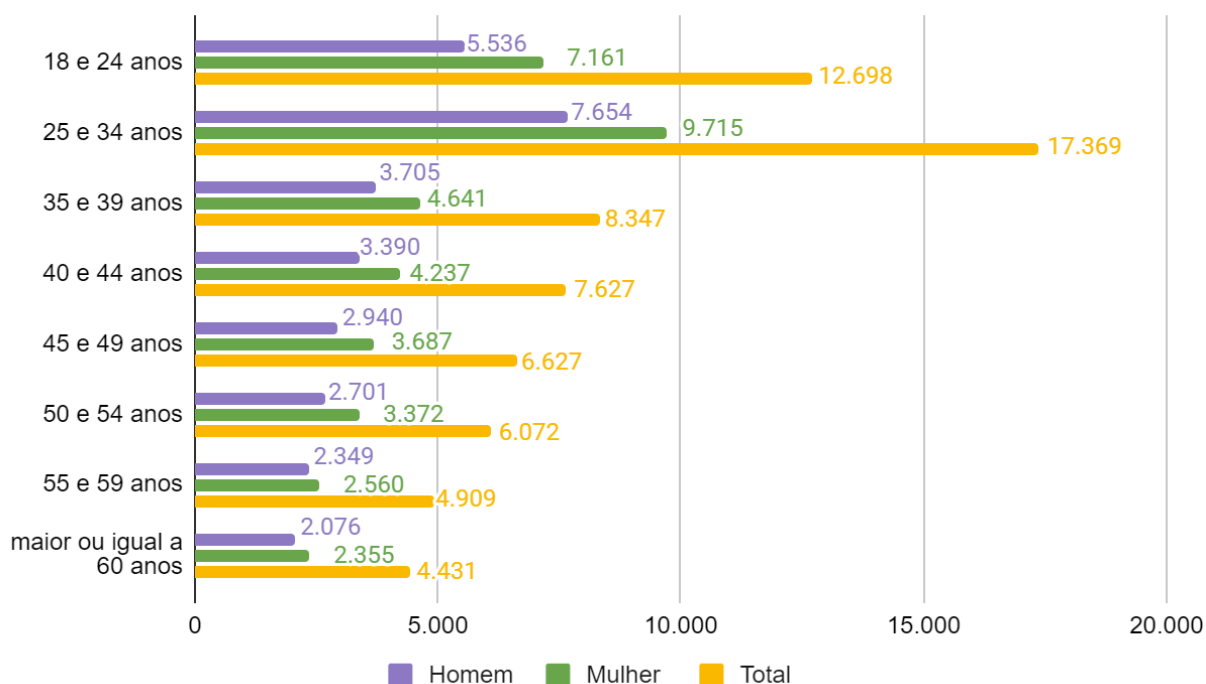
Com relação à execução e implementação de tal política, observaram-se dificuldades e problemas que prejudicaram os cidadãos vulneráveis. Por ser um processo que foi realizado por meio digital, na intenção de evitar aglomerações, houve problemas tanto no sistema do cadastro, com dificuldades iniciais referentes aos CPFs (Cadastro de Pessoas Físicas) não regularizados, instabilidade no site de cadastro, atraso no pagamento do Auxílio, entre outros obstáculos. Além da dificuldade da população pobre em ter acessibilidade digital, tanto pelo não acesso à internet, quanto por não possuir celulares ou computadores. Tais empecilhos refletiram em filas e aglomerações nas unidades da Caixa Econômica, Casa Lotérica, Receita Federal e Centro de Referência de Assistência Social, em todo o Brasil (Maris *et al.*, 2021).

De modo geral, o Auxílio Emergencial, mesmo com obstáculos e dificuldades na sua implementação e execução, foi uma importante política pública para a garantia de subsistência à população vulnerável em um momento de crise complexa e devastadora que foi a pandemia da Covid-19. Houve extensão nos prazos com redução de valores, com o auxílio garantindo

renda básica para parte da população brasileira até meados de 2021 (Maris *et al.*, 2021). Em sua primeira fase, o Auxílio Emergencial contemplou mais de 66 milhões de pessoas, impactando direta e indiretamente mais de 126,2 milhões de indivíduos (Brasil, 2020b).

O gráfico 2 exibe o perfil dos beneficiários do Auxílio Emergencial até 2021, onde em todas as faixas etárias as mulheres foram a maioria, em especial nas faixas de 18 a 34, com aproximadamente 21,5 milhões delas recebendo o auxílio e 16,9 milhões de homens. Em linhas gerais, 55% dos beneficiários foram mulheres, visto que, a população feminina compõe maioria em programas de transferência de renda, como Bolsa Família e já tinham o Cadastro Único (Freitas; Custódio, 2021).

Gráfico 2 – Perfil dos beneficiários do Auxílio Emergencial, por sexo e idade (em mil pessoas). Brasil – 2020 e 2021



Fonte: Ministério da Cidadania. Ref. 11/01/2021. Elaboração: MC/SE/SAGI/DM

O efeito do Auxílio sobre a economia foi sentido de imediato, sendo um benefício para a subsistência, as famílias tendem a usar todo o dinheiro, fazendo os valores recebidos circularem na economia, gerando o famoso efeito multiplicador Keynesiano. Neste sentido, o auxílio emergencial, com o aumento do consumo das famílias, segurou a queda do PIB em pelo menos 4% em 2020. Em um cenário sem o benefício, em 2020, a queda do PIB brasileiro poderia ser de pelo menos 8,4%, podendo chegar a até 14,8%. Dessa forma, mesmo o Auxílio

Emergencial aumentando a dívida pública, ele também propiciou impacto na manutenção do consumo (Sanches; Cardomingo; Carvalho, 2021).

Importante ressaltar que o governo federal se mostrou e posicionou-se contrário à aprovação dos valores do auxílio e a cobertura vigente do mesmo. Tendo como figura discursiva contrária o até então Ministro da Economia, Paulo Guedes, discursando contra a extensão de mais de três meses do benefício (Maris *et al.*, 2021).

No que tange a economia e o mercado de trabalho, o governo federal, através do Ministério da Economia, ainda no primeiro semestre de 2020, editou as Medidas Provisórias 927/2020 e 936/2020, estas que intensificaram a lógica da Reforma Trabalhista de 2017, ao ampliar a liberdade das empresas no sentido de determinar regras nas relações de trabalho (Ribeiro, 2021).

A Medida Provisória 927/2020, alterou as regras trabalhistas, colocando nas mãos dos empregadores o direito de definir: a adoção de teletrabalho, a antecipação de férias individuais, a prerrogativa de férias coletivas, a utilização e antecipação de feriados, o aproveitamento dos bancos de horas, a suspensão de requisitos de segurança e saúde no trabalho, o encaminhamento do trabalhador a qualificação, e o deferimento do reconhecimento do FGTS (Brasil, 2020c).

Já a Medida Provisória 936/2020, definiu a redução da jornada de trabalho e consequentemente do salário, em 25%, 50% ou 70%, com duração máxima de 90 dias. Também determinou a interrupção temporária de contrato de trabalho em até 60 dias de duração. Em contrapartida, os empregados tinham direito ao recebimento do benefício emergencial (BEn), não contemplando totalmente o valor do salário perdido (Brasil, 2020d). Após passar por avaliação e algumas mudanças pelo Congresso Nacional, a MP 936/2020 se tornou lei, instituindo o “Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda”.

Para Krein e Borsari (2020, n.p.):

Essa medida constrange, em um primeiro momento, a despedida em massa dos trabalhadores formais, ao viabilizar a suspensão do contrato de trabalho por 2 meses e a redução de jornada e salário por três meses com o pagamento de benefício por parte do Estado e/ou empregador, mediante um “acordo individual” com o trabalhador (o que é uma falácia, pois o poder é assimétrico e prevalece a posição do contratante) ou coletivo. Ou seja, a adesão ao programa se constituiu em uma alternativa mais barata para as empresas, pois adia o problema dos custos para o pagamento das verbas rescisórias, caso optassem por despedir.

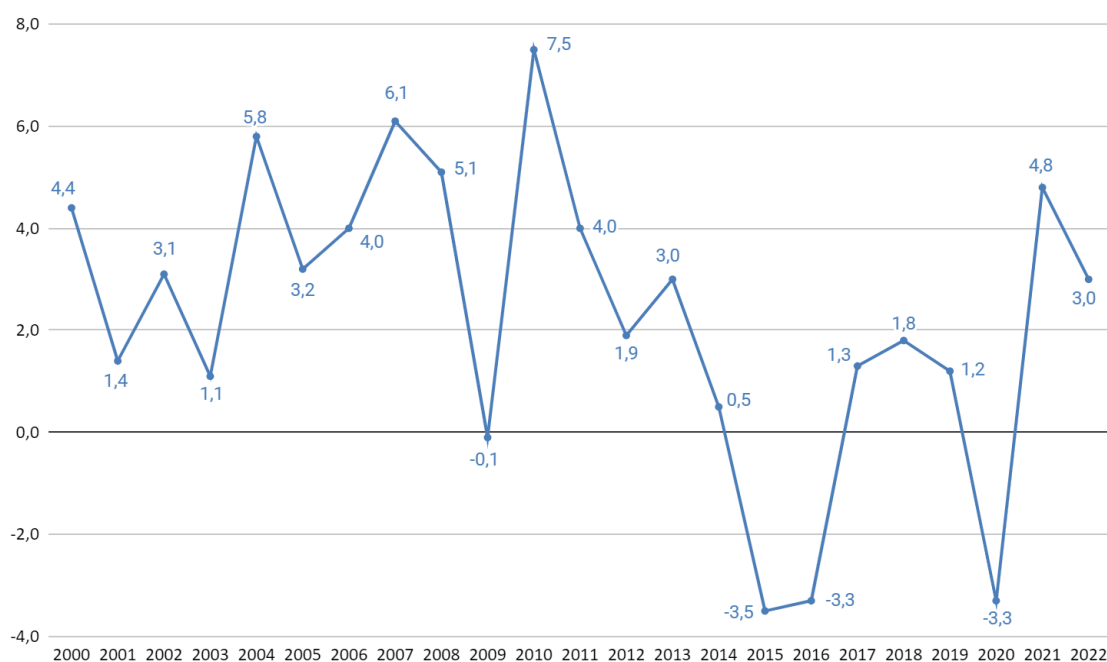
O Estado Federativo brasileiro tendo como representantes, durante a pandemia, os integrantes do governo Bolsonaro, foi marcado por desorientação, inocuidade,

irresponsabilidade e ineficiência. O até então presidente da República, que deveria liderar o país no enfrentamento digno da crise econômico-sanitária, se mostrou negacionista e negligente, debochando das medidas de contenção ao vírus, estimulando aglomerações e medicamentos sem eficácia comprovada. Além de não proteger a população vulnerável e de danificar as relações de trabalho. Através da figura do ex-presidente Jair Bolsonaro, o Estado brasileiro se viu em uma crise no meio da maior crise econômica, social e sanitária dos últimos anos.

2.2.3 – A crise econômica da Covid-19

Assim como a economia mundial, os efeitos da crise sanitária da Covid-19 foram sentidos pela atividade econômica brasileira, transformando uma crise da esfera da saúde, em uma crise econômica e social. O gráfico 3 mostra a trajetória da variação do volume do PIB brasileiro de 2000 a 2021, onde o efeito da crise econômico-sanitária sobre o Produto Interno Bruto se assemelha a recessão econômica de 2015/2016, tendo o PIB de 2020 uma redução de 3,3%, com R\$7,6 trilhões em valores correntes no mesmo período. Com o afrouxamento das restrições, reabertura das atividades e com o início da vacinação, o PIB de 2021 apresentou uma taxa de 4,6% de crescimento, atingindo R\$8,7 trilhões neste ano e o de 2022 cresceu 3%, com aproximadamente R\$10,1 trilhões.

Gráfico 3 – Taxa de variação em volume do PIB (%). Brasil – 2000 a 2021



Fonte: IBGE - Contas Nacionais Anuais. Elaboração própria

No Brasil, os impactos da crise econômico-sanitária foram sentidos ainda no início principalmente pelo setor industrial, com uma retração de 9,1% entre fevereiro e março de 2020. As produções de eletrônicos, veículos, vestuários e calçados, além de máquinas e equipamentos foram as mais afetadas neste período inicial de crise. Conforme Krein e Borsari (2020), as maiores reduções foram dos bens duráveis e de capital, com respectivamente, retração de 23,5% e 5,2% na média mensal.

Ao analisar a tabela 5, nota-se que o setor industrial foi o que primeiro sofreu com o choque adverso causado pela pandemia. Mas a partir do terceiro trimestre de 2020, assim como a indústria mundial, o setor apresentou recuperação, com 1,3%, 3,9% e 16,5%, respectivamente, no quarto trimestre de 2020, primeiro e segundo trimestres de 2021, na comparação do mesmo período no ano anterior.

O setor de serviços brasileiro, também seguiu a tendência global, com retração assim que as medidas de restrição sanitária foram implementadas, e com uma recuperação lenta comparada ao setor industrial (Souza Jr *et al.*, 2020a). Sendo serviços o setor com maior parcela no Valor Adicionado Bruto (VAB), sua lenta recuperação prejudicou a retomada do conjunto da atividade econômica e fez perder porcentagem de participação na produção nacional (tab. 5).

Tabela 5 – Taxa de variação do índice de volume, porcentagem de participação de cada setor no VAB e valores a preços correntes. Brasil – trimestres de 2020 a 2022 (valores em milhões de reais)

Trimestre	Agropecuária			Indústria			Serviços		
	Valores a preços correntes	Particip. no VAB (%)	Var. de volume (%)	Valores a preços correntes	Particip. no VAB (%)	Var. de volume (%)	Valores a preços correntes	Particip. no VAB (%)	Var. de volume (%)
1ºT 2020	126.087	7,8	6,4	343.083	21,3	-0,7	1.142.824	70,9	0,2
2ºT 2020	126.573	8,0	5,0	348.877	22,0	-12,8	1.107.186	70,0	-9,8
3ºT 2020	101.340	6,1	2,0	405.237	24,4	0,0	1.154.845	69,5	-4,1
4ºT 2020	80.622	4,6	1,6	387.140	22,3	1,3	1.271.123	73,1	-1,3
1ºT 2021	269.919	14,6	7,0	393.513	21,3	3,9	1.187.232	64,2	-0,2
2ºT 2021	192.197	10,2	0,0	445.245	23,6	16,5	1.246.618	66,2	11,3
3º T 2021	122.702	6,4	-7,9	495.202	25,9	1,2	1.296.663	67,7	6,3
4ºT 2021	81.423	4,2	-0,3	459.151	23,6	-0,6	1.409.001	72,3	4,1
1ºT 2022	202.713	10,2	-5,2	443.275	22,4	-1,2	1.332.169	67,3	4,1
2ºT 2022	194.820	9,1	-0,9	516.111	24,1	2,1	1.427.926	66,8	4,7
3ºT 2022	161.537	7,3	3,2	553.097	25,1	2,8	1.486.951	67,5	4,5
4ºT 2022	116.479	5,2	-2,9	539.752	24,0	2,6	1.594.066	70,8	3,3

Fonte: IBGE - Contas Nacionais Trimestrais. Elaboração própria.

Nota: (1) A variação de volume é em relação ao mesmo período do ano anterior.

Ao desagregar o setor de serviços por atividades no período de pandemia (tab.6) verifica-se o impacto da recessão na atividade de “transporte, armazenamento e correios”, que desde o primeiro semestre de 2020 já apresentou variação negativa em relação ao mesmo período do ano anterior, chegando a cair 23,8% no segundo trimestre de 2020, a recuperação do subsetor em questão se deu a partir de 2021 quando o comércio internacional se mostrava recuperado.

O setor de serviços como um todo, como acima citado, sentiu os efeitos da pandemia a partir do segundo trimestre de 2020. No mesmo período houve retração do comércio (13%), da administração, saúde e educação pública (8,9%), da informação e comunicação (1,2%), de outras atividades de serviços (18,3%), além é claro do supracitado transporte, armazenagem e correio (23,8%) (tab. 6).

Tabela 6 – Taxa de variação do índice de volume do setor de Serviços (variação ao mesmo período do ano anterior) (%). Brasil –trimestres de 2020 a 2022

	1ºT 2020	2ºT 2020	3ºT 2020	4ºT 2020	1ºT 2021	2ºT 2021	3º T 2021	4ºT 2021	1ºT 2022	2ºT 2022	3ºT 2022	4ºT 2022
Serviços - total	0,2	-9,8	-4,1	-1,3	-0,2	11,3	6,3	4,1	4,1	4,7	4,5	3,3
Comércio	1,9	-13,0	0,6	4,3	4,9	20,0	2,1	-3,9	-2,5	1,4	2,0	2,1
Transporte, armazenagem e correio	-4,5	-23,8	-15,3	-7,1	0,1	26,9	15,5	11,8	8,9	10,9	8,8	5,3
Informação e comunicação	3,7	-1,2	0,8	4,8	5,8	16,0	15,1	13,5	5,7	4,3	6,9	4,9
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	0,2	4,9	4,9	3,0	3,7	-1,2	-2,4	0,2	-0,9	-1,6	1,7	2,4
Atividades imobiliárias	1,5	0,8	1,8	2,9	2,2	2,3	1,8	2,0	1,7	1,9	3,2	3,2
Outras atividades de serviços	-0,7	-18,3	-11,0	-7,0	-4,5	17,7	14,5	10,3	12,5	14,1	9,8	8,3
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	-0,2	-8,9	-5,5	-3,4	-3,8	6,3	4,0	3,1	3,6	1,4	1,5	-0,3

Fonte: IBGE - Contas Nacionais Trimestrais. Elaboração própria.

A lenta recuperação do setor de serviços pode ser percebida na retração das atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados em 2021 e na lenta recuperação da administração, saúde e educação pública e de outras atividades de serviços. Sendo o setor que mais contribui para o VAB brasileiro, serviços, por conta da característica da crise endêmica, foi o setor que mais sentiu os efeitos da Covid-19, marcando o desempenho do conjunto da economia e perdendo participação na atividade econômica brasileira em 2020 e 2021. Sendo o

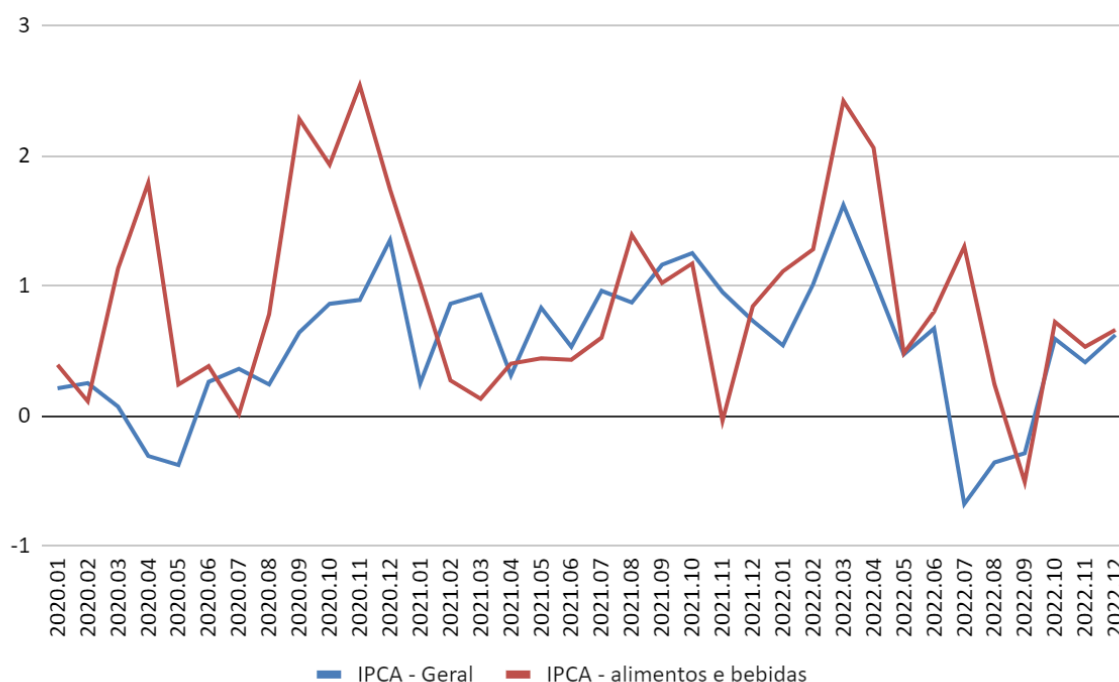
setor que mais gera ocupações, a sua retração teve influência direta no impacto sentido no mercado de trabalho.

Já o setor agropecuário sentiu o choque da pandemia de duas formas distintas. Os efeitos iniciais não afetaram a exportação agropecuária, pelo contrário, a desvalorização cambial ajudou na intensificação das exportações, mas os subsetores mais dependentes da demanda doméstica sentiram o impacto com o fechamento das redes de serviços e alimentação. De modo geral, o setor sentiu pouco os efeitos imediatos da pandemia, já que boa parte das decisões de produção haviam sido tomadas pré-choque pandêmico (Souza Junior. *et al.*, 2020b; Souza; Braz, 2020). Não obstante a taxa de variação do índice de volumes do setor se mostrou positiva em todos os semestres de 2020. Apenas a partir do terceiro trimestre de 2021 a variação do volume de produção do setor agropecuário se mostrou recessivo, com retração da produção agrícola no ano de 2022 (tab.5). De acordo com Garcia e Souza Junior (2023), a retração do setor agropecuário é reflexo da quebra da safra de soja, e redução da produção de leite em 5,3%.

Em suma, a desvalorização cambial intensificou a produção de produtos agrícolas para o exterior, por conta da Covid-19 a demanda mundial por produtos primários cresceu, aumentando o preço das *commodities*, fazendo com que as exportações do agronegócio batesse recorde nacional em 2021 e aumentando sua participação no VAB nacional (tab. 5). Em contrapartida, o efeito sobre o mercado interno foi de aumento de preços. Tendo retração da produção agropecuária em meados de 2021 e 2022, juntamente com aumento de preços das *commodities* a partir de 2020, a economia e a população brasileira se viram diante de um período inflacionário em meio à crise econômico-sanitária (Souza Junior *et al.*, 2020a; Kreter; Pastre, 2022)

Em 2020, o INPC geral teve variação de 4,52%, com dezembro sendo o mês de maior inflação do ano, 1,35% de variação. Já o INPC de alimentos e bebidas apresentou uma variação de 13,3%, reflexo do choque inicial da Covid-19 sobre a produção. Em 2021, o índice geral de preços obteve uma variação acumulada de 10,06%, já em 2022 o INPC geral apresentou variação de 5,79%, chegando a 11% o INPC de alimentos e bebidas (gráf. 4).

Gráfico 4 – Evolução da taxa de variação (% a.m.) do Índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA). Brasil – 2020 a 2022



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (IBGE/SNIPC). Elaboração própria.

Tendo a inflação, principalmente a inflação de alimentos e bebidas, contribuído para intensificação da desigualdade social, observa-se que a crise econômico-sanitária no Brasil, ampliou a desigualdade socioeconômica. A pandemia da Covid-19, além de tirar a vida de milhares de brasileiros, intensificou desigualdades já presentes na estrutura social brasileira. Desigualdades socioespaciais e socioeconômicas, que têm raça e gênero.

2.2.4 – As perturbações causadas pela Pandemia no mercado de trabalho brasileiro

No que concerne ao mundo do trabalho, as implicações da crise econômico-sanitária foram sentidas apenas após as medidas adotadas para controle da doença, como distanciamento e isolamento social. Nesse sentido, o impacto sobre o mercado laboral brasileiro se deu a partir do segundo trimestre de 2020, visto que tais medidas começaram a ser implementadas pelas autoridades a partir de março. Dessa forma, no primeiro trimestre de 2020, principalmente no setor industrial, a situação do mercado de trabalho brasileiro refletia muito mais o cenário pré-pandemia, do que os efeitos da mesma (Krein; Borsari, 2020).

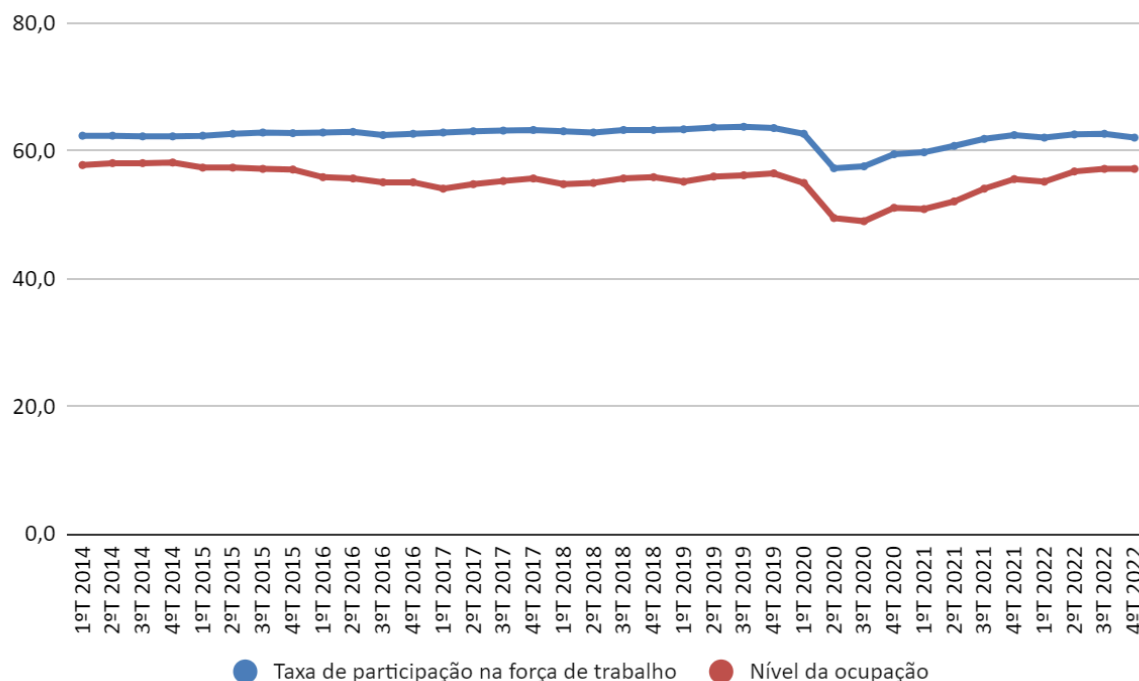
O Brasil entrou na atual crise sanitária sem romper com a longa trajetória de estagnação econômica iniciada em 2015. Muito ao contrário, “entramos na crise em crise”. As dificuldades em grande parte dos setores econômicos, assim como dos trabalhadores expostos, não somente ao elevado desemprego, mas a crescente desorganização do mercado eram enormes antes da pandemia da COVID-19 (Gimenez; Baltar; Manzano, 2020, p. 1)

Mesmo com a estagnação econômica (2016 a 2019) e com a alta desocupação, o mercado de trabalho brasileiro continuou gerando ocupações, essas por sua vez associadas a estratégias de sobrevivência, como principais personagens, trabalhadores sem carteira assinada, por conta-própria e inseridos em trabalhos precarizados. No momento que a pandemia passou a atingir o mundo do trabalho, foram exatamente esses trabalhadores os primeiros a serem mais afetados. Neste sentido, a taxa de informalidade apresentou redução em 2020, com a queda das ocupações oriundas das atividades informais (Gimenez; Baltar; Manzano, 2020).

Ao comparar a crise econômico-sanitária e outras recessões, o que mais chama atenção é a redução da força de trabalho brasileira em 2020 (assim como a tendência mundial). A população ocupada saiu da força de trabalho indo direto para população fora da FT, em especial na FT potencial, movimento nunca visto antes no mercado de trabalho brasileiro (Gimenez; Baltar; Manzano, 2020; Krein; Borsari, 2020; Sabóia *et al.*, 2021).

De 2014 a 2019 o nível de ocupação se mostrou oscilante entre os trimestres, com uma leve retração entre 2015 a 2017. O que chama a atenção na evolução do nível de ocupação (gráf. 5) é o período de 2020 a 2022, onde no primeiro trimestre de 2020 a PIA apresentava 55% da população ocupada, passando para 49,5% no semestre seguinte. Já a taxa de participação se mostrou estável entre 2014 e 2019, com uma média de 63% de taxa no período, visto que a população que deixava a ocupação se transferia para a desocupação, na procura de um emprego. O choque da pandemia fica visível com a queda acentuada da taxa de participação para 57,3% no segundo trimestre de 2020, mostrando que a redução do nível de ocupação não foi totalmente compensada pelo aumento da desocupação.

Gráfico 5 – Taxas de participação da força de trabalho e Nível de ocupação (%). Brasil – trimestres de 2014 a 2022



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral – PNAD Contínua. Elaboração própria

Analisando a população desocupada entre os terceiros trimestres de 2014 e 2016, houve um aumento de 78,4% de pessoas procurando uma ocupação, com 6,8 milhões de desocupados em 2014, passando para 12,1 milhões em 2016. Com o choque pandêmico o crescimento da desocupação foi inferior, com 14,1% de 2019 para 2020, sendo aproximadamente 12,9 milhões de desocupados no terceiro trimestre de 2019, para cerca de 14,6 milhões no mesmo período de 2020. Cabe salientar aqui a quantidade de pessoas desocupadas pré-pandemia (2019), sendo ela superior ao momento de recessão econômica (2015/2016), confirmando a análise de que “entramos em uma crise em crise” (Gimenez; Baltar; Manzano, 2020, p. 1).

Com a retração do nível de ocupação e da taxa da participação da força de trabalho⁴ (gráf.5), a tab.7 confirma o crescimento da população fora da força de trabalho com aumento de 18,4% do terceiro trimestre de 2019, para o mesmo período de 2020, com um acréscimo de aproximadamente 11,2 milhões de pessoas na população Fora da Força de Trabalho (FFT) no período.

⁴ As definições dos indicadores e taxas referentes ao mercado de trabalho serão apresentadas com mais detalhes no capítulo segundo.

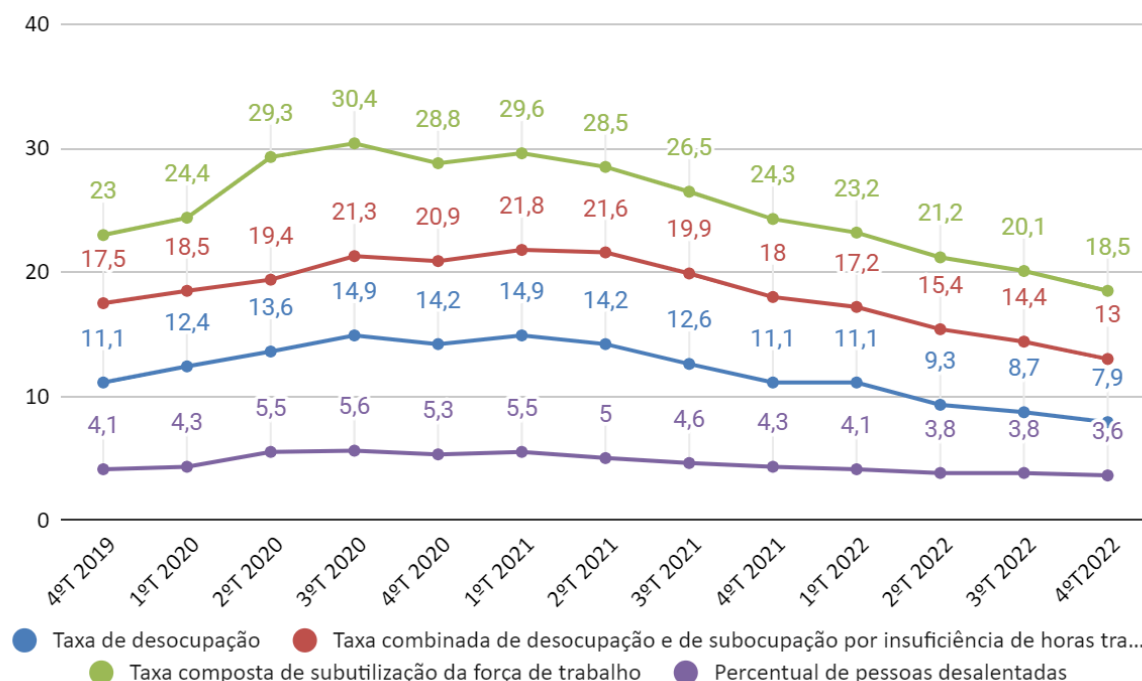
Tabela 7 – População ocupada, desocupada, na força de trabalho, fora da força de trabalho. Brasil – terceiro trimestre de 2014-2016 e 2019-2021 (dados em mil)

Recessão 2015/2016					
	2014	2015	2016	Var.2014/15 (%)	Var. 2014/16(%)
FT	99.219	101.354	101.978	2,2	2,8
Ocupação	92.407	92.201	89.821	-0,2	-2,8
Desocupação	6.812	9.153	12.156	34,4	78,4
Fora da FT	59.949	59.838	61.151	-0,2	2,0
Crise econômico-sanitária Covid-19					
	2019	2020	2021	Var.2019/20 (%)	Var. 2020/21(%)
FT	107535	98037	106430	-8,8	-1,0
Ocupação	94737	83439	92976	-11,9	-1,9
Desocupação	12.798	14.598	13.453	14,1	5,1
Fora da FT	61.030	72.234	65.456	18,4	7,3

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral – PNAD Contínua. Elaboração própria

Em um cenário onde as medidas de distanciamento impossibilitaram a busca por trabalho, juntamente com a dificuldade de se conseguir um emprego em meio a crise fez com que, em 2020, no auge da crise econômico-sanitária da Covid-19, principalmente nos segundo e terceiro trimestres do ano, os indicadores ligados à população fora da força de trabalho dispararam. O gráfico 6 exibe um pouco desse cenário, onde a taxa de desocupação apresentou um aumento relativamente pequeno, saindo de 11,1% no quarto trimestre de 2019, para 14,2% no mesmo trimestre de 2020, um crescimento de 3,1p.p. em um ano. Já o indicador que chama a atenção no gráfico 5 é a taxa composta de subutilização da da Força de Trabalho (FT), com um crescimento de 5,8 p.p. entre o quarto trimestre de 2019 e o mesmo período de 2020, com destaque para o terceiro trimestre com 30,4% da PIA tendo sua força de trabalho subutilizada. Não obstante, o terceiro trimestre de 2020 tem a maior parcela da FT Ampliada desistindo de procurar um trabalho, com 5,6% de pessoas desalentadas, com contingente de aproximadamente 5,8 milhões de pessoas.

Gráfico 6 – Taxas de desocupação, combinada de desocupação com subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, composta de subutilização da força de trabalho e percentual de pessoas desalentadas (%). Brasil – 2019 a 2022



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral – PNAD Contínua. Elaboração própria

Outro ponto que Sabóia *et al.* (2021) chamam atenção, quanto às diferenças entre as crises de 2015/2016 e a econômico-sanitária da Covid-19, foi que, embora tenha ocorrido redução tanto do trabalho formal, quanto do informal, nas duas crises, o impacto sobre as ocupações informais em 2020 foi maior, resultando no aumento do rendimento médio da população brasileira em 2020. Sabóia *et al.* (2021) destacam que para além da informalidade, o impacto da pandemia sobre o setor de serviços foi diferente da recessão de 2015/2016. No período destacado pré-pandemia, o setor de serviços apresentou crescimento, já durante a crise da Covid-19 registrou uma redução, visto que tal setor sofreu impacto direto do distanciamento social.

Não obstante, e seguindo a tendência da economia mundial, a partir do segundo semestre de 2020 houve retração da população ocupada no setor de serviços, comparando ao mesmo período do ano anterior. O setor de serviços teve redução da mão-de-obra em 10,5%, 13% e 9,9%, respectivamente, para os segundo, terceiro e quarto trimestres de 2020. Com o choque inicial da pandemia, o setor apresentou redução de aproximadamente 7,7 milhões de ocupações entre o primeiro e terceiro trimestres de 2020 (tab.8).

As ocupações no setor industrial também sofreram impacto inicial da crise econômico-sanitária, comparado ao mesmo período do ano anterior, com contração das ocupações em 12,7%, 12,1% e 9% para, respectivamente, segundo, terceiro e quarto trimestres de 2020. Entre o primeiro e segundo trimestre houve uma redução de cerca de 2,1 milhões de postos de trabalho neste setor (tab.8).

Tabela 8 – População ocupada, participação da população ocupada em cada setor na ocupação total, e variação da população ocupada. Brasil – trimestres de 2020 a 2022

Trimestre	Agropecuária			Indústria			Serviços		
	P. Ocup.	Particip. na Ocupação (%)	Var. da Ocupa. (%)	P. Ocup.	Particip. na Ocupação (%)	Var. da Ocupa. (%)	P. Ocup.	Particip. na Ocupação (%)	Var. da Ocupa. (%)
1ºT 2020	8.232	8,8	-1,7	18.742	20,1	0,5	66.139	71,0	0,8
2ºT 2020	7.951	9,5	-7,8	16.635	19,8	-12,7	59.464	70,7	-10,5
3ºT 2020	8.244	9,9	-2,7	17.030	20,4	-12,1	58.167	69,7	-13,0
4ºT 2020	8.500	9,7	2,1	17.731	20,3	-9,0	60.995	69,9	-9,9
1ºT 2021	8.532	9,8	3,6	17.789	20,4	-5,1	60.762	69,8	-8,1
2ºT 2021	8.839	9,9	11,2	18.213	20,4	9,5	62.332	69,7	4,8
3º T 2021	9.047	9,7	9,7	19.423	20,9	14,1	64.506	69,4	10,9
4ºT 2021	8.881	9,3	4,5	19.877	20,8	12,1	66.991	70,0	9,8
1ºT 2022	8.743	9,2	2,5	19.535	20,5	9,8	66.998	70,3	10,3
2ºT 2022	8.781	8,9	-0,7	20.141	20,5	10,6	69.345	70,6	11,3
3ºT 2022	8.722	8,8	-3,6	20.104	20,3	3,5	70.442	71,0	9,2
4ºT 2022	8.488	8,5	-4,4	20.196	20,3	1,6	70.686	71,1	5,5

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral – PNAD Contínua. Elaboração própria

Nota: (1) A variação da população ocupada é em relação ao mesmo período do ano anterior.

(2) A população ocupada está em mil pessoas

Ao desagregar o setor de serviços por grupamento de atividade no trabalho principal (tab.9), verifica-se uma maior retração das ocupações em serviços domésticos (2,1%, 25,6%, 27,8%, 23,8% e 18,6%, respectivamente para os quatro trimestres de 2020 e primeiro de 2021) e alojamento e alimentação (1,3%, 26,1%, 30,3%, 27,6% e 26,3%, respectivamente para os quatro trimestres de 2020 e primeiro de 2021) ambos setores que historicamente ocupam mais mulheres. Outros serviços e comércio também figuraram entre as atividades que reduziram a demanda por mão-de-obra nos trimestres de 2020 e início de 2021. Vale salientar que 2020 foi um ano de muita insegurança e desconhecimento sobre a doença, o isolamento e distanciamento social era tido como primordial para o controle da doença naquele momento. Além é claro, do primeiro trimestre de 2021 ter apresentado uma segunda onda da Covid-19 no Brasil.

Tabela 9 – Percentual de variação das ocupações no setor de Serviços por grupamento de atividade no trabalho principal (variação ao mesmo período do ano anterior) (%). Brasil – trimestres de 2020 a 2022

Grupamento de atividade no trabalho principal	1ºT 2020	2ºT 2020	3ºT 2020	4ºT 2020	1ºT 2021	2ºT 2021	3º T 2021	4ºT 2021
Comércio	-0,7	-12,6	-12,7	-10,3	-8,2	6,1	13,4	11,6
Transporte, armazenagem e correio	2,0	-9,9	-14,0	-11,5	-9,0	4,6	12,6	10,0
Alojamento e alimentação	-1,3	-26,1	-30,3	-27,6	-26,3	8,8	26,5	23,9
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias,	1,6	-4,7	-6,8	-0,7	0,9	9,1	10,4	7,2
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	3,4	0,9	-3,4	-0,8	-1,3	-1,1	1,8	1,3
Outros serviços	2,3	-17,6	-20,4	-18,4	-17,4	3,4	8,7	14,7
Serviços domésticos	-2,1	-25,6	-27,8	-23,8	-18,6	9,0	21,3	21,7
Atividades mal definidas	-64,5	-52,8	-13,3	57,1	109,1	294,1	315,4	0,0
Serviços - Total	0,8	-10,5	-13,0	-9,9	-8,1	4,8	10,9	9,8

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral – PNAD Contínua. Elaboração própria

A partir do segundo semestre de 2021 e principalmente em 2022, com o início da vacinação e maior afrouxamento das restrições de distanciamento social, houve retomada da atividade econômica, refletindo no mercado de trabalho, as ocupações voltam a crescer em patamares iguais ao período pré-pandemia e a população retornou à força de trabalho. Este retorno à FT ocorreu de formas diferentes para os extratos da sociedade, em especial para homens e mulheres. Neste sentido, entender e compreender como se configura a PIA brasileira se mostra importante para analisar os gargalos do mercado de trabalho brasileiro e identificar onde e como as desigualdades são intensificadas no mundo laboral.

CAPÍTULO 3 – A CONFIGURAÇÃO DA PIA BRASILEIRA: CONCEITUAÇÃO DOS INDICADORES DE CONDIÇÃO DE ATIVIDADE COM FOCO NA SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Sendo o Brasil um dos países mais populosos do mundo, os desafios para caracterizar esse grande contingente populacional são proporcionais à grandeza da sua população. Neste sentido, a estrutura etária da população se destaca como ponto importante para a avaliação do desenvolvimento da economia e principalmente do mercado de trabalho. Demograficamente, a população pode ser dividida em idade inativa, não apta a trabalhar, sendo ela formada pelas crianças (0 a 14 anos) e os idosos (65 anos ou mais), também denominada pelos demógrafos como a população dependente. Por outro lado, tem-se a população considerada o pilar do mercado de trabalho, com as pessoas que têm idade ativa para trabalhar, a população de jovens e adultos, entre 15 a 64 anos (Alves, 2020; Brito, 2008; Wong; Carvalho, 2006).

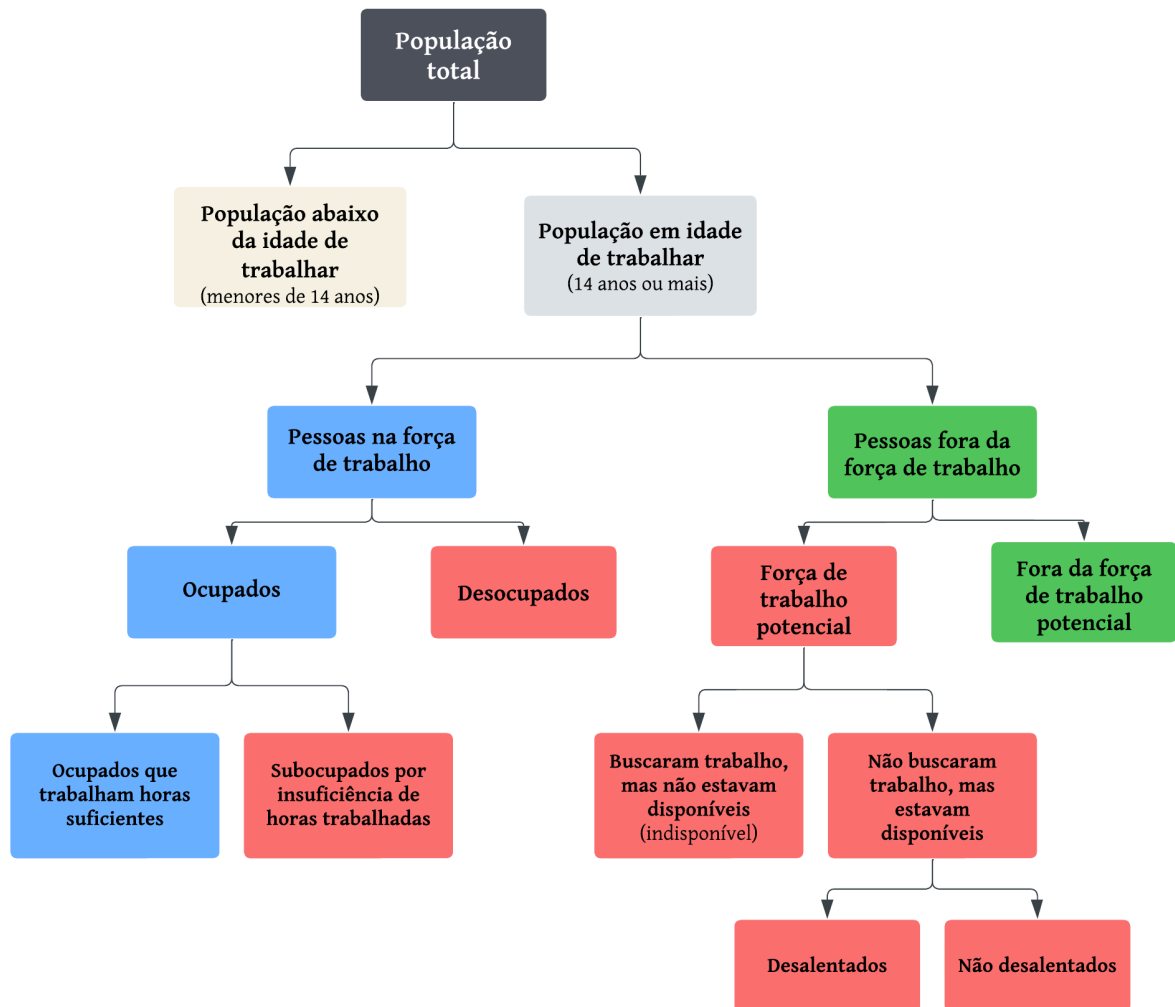
A coorte da PIA⁵ pode variar de acordo com a pesquisa e com a instituição que realiza a mesma. Para a PNAD Contínua/ IBGE, a PIA é formada pela população de 14 anos ou mais, abrangendo a população idosa no seu indicador. Assim, para a presente pesquisa, a população em idade ativa aqui referida partirá da composição destacada pelo IBGE na PNAD Contínua.

Em um período de dez anos, a PIA brasileira exibiu um crescimento de cerca de 12,4%, saindo de aproximadamente 153,6 milhões de pessoas em idade ativa para trabalhar no primeiro trimestre de 2012, para cerca de 173,8 milhões no primeiro trimestre de 2022. Este aumento da PIA é reflexo do crescimento populacional do Brasil no período, mas pode ou não ser acompanhado de crescimento no mesmo ritmo (1,2% ao ano) do conjunto de indivíduos que permeiam o mercado de trabalho.

A PIA brasileira se configura por pessoas na força de trabalho ou fora da força de trabalho (Fig. 1). Uma parcela da PIA, portanto, está fora da força de trabalho, mesmo tendo idade para ser inserida no mercado de trabalho, mas que por algum motivo conjuntural, estrutural ou mesmo por escolha, não está na força de trabalho. O fluxograma da figura 1 exibe a disposição da PIA de acordo com as categorias em que podem ser classificadas as pessoas da FT e fora da FT.

⁵Desde 2012 o IBGE passou a adotar uma novos termos para a PNAD Contínua, conforme nota metodológica. O termo Pessoas em Idade Ativa passou a ser Pessoas em Idade de Trabalho considerando pessoas com 14 anos ou mais.

Figura 1 – Configuração da População em Idade Ativa na força de trabalho e fora da força de trabalho



Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Neste sentido, o presente capítulo apresentará os conceitos e definições sobre os termos utilizados pelo IBGE na PNAD Contínua, especialmente referente à População em Idade Ativa dentro e fora da força de trabalho. Ressalta-se que as definições utilizadas pelo IBGE estão fundamentadas nas recomendações do relatório da 19ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho (CIET), promovida pela Organização Internacional do Trabalho publicada em 2013.

3.1 – Trabalho

Para a 19ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho - CIET (2013) e também usado pelo IBGE, o termo “trabalho” é constituído pela união de todas as atividades efetuadas por qualquer pessoa de qualquer sexo, com a finalidade de produzir bens ou serviços tanto para o próprio consumo, quanto para o consumo de outros. Por essa definição

são excluídos: a) as atividades que tem como finalidade benefício próprio e que não podem realizada por outra pessoa, como exemplo estudos, atividades de lazer; b) qualquer atividade que não concerne em produção de bens e serviços para o consumo próprio ou de terceiros,

como por exemplo a realização de um roubo (IBGE, 2013). O conceito de trabalho pode ser mais bem compreendido através das características das atividades que o compõem, sendo seu objetivo principal (tab.10).

Tabela 10 – Atividades que compõem o conceito de trabalho

Trabalho	Objetivo principal
Trabalho na produção para o próprio consumo	Produzir bens e serviços para o próprio consumo ou da sua unidade doméstica
Ocupação	Gerar rendimentos
Trabalho como aprendiz ou estagiário	Adquirir habilidades ou experiência de trabalho
Trabalho voluntário	Beneficiar outros, fora de sua unidade doméstica
Trabalho compulsório estipulado pelo Estado	Reabilitação, reintegração ou compensação civil

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Nota: A ocupação inclui o trabalho dos trabalhadores familiares auxiliares, já que os mesmos contribuem para a geração de rendimentos do domicílio.

Para o IBGE (2013, p.14-15), o trabalho na produção para consumo próprio compreende as atividades realizadas para produzir bens ou realizar serviços, principalmente para consumo próprio, neste sentido pode-se observar os seguintes exemplos:

1. Produção de bens:
 - a. “Da agricultura, caça, pesca e silvicultura” ;
 - b. “Produção de outras mercadorias, tais como móveis, roupas, calçados, cerâmicas, barcos, canoas, etc.”;
 - c. “Construção de moradias, edifícios agrícolas, etc.”;
 - d. “Coleta de água”;
2. Realização de serviços:
 - a. “Cuidar da administração do domicílio”;
 - b. “Fazer compras para o domicílio”;
 - c. “Preparar e servir refeições”;
 - d. “Limpeza, manutenção da casa, do quintal ou de aparelhos domésticos”;
 - e. “Cuidar e instruir as crianças”;
 - f. “Cuidar de membros do domicílio, como idosos e doentes”;

- g. “Cuidado de animais domésticos”;
- h. “Transporte de membros do domicílio”;
- i. “Outras atividades” ;

Já a ocupação, segundo o IBGE (2013, p. 13), com base no CIET - OIT (2013) é definida pelas atividades ligadas à produção de bens e serviços com o objetivo central de obtenção de rendimento, sendo elas empregos remunerados, conta própria ou trabalhadores familiares auxiliares.

As atividades que apresentam como objetivo central o ganho de experiência de trabalho, conhecimento de uma área ou obtenção de habilidades na produção de bens ou serviços na esfera econômica, é denominado de trabalho como aprendiz (IBGE, 2013).

Por fim, o trabalho voluntário, ao beneficiar outro, para o IBGE (2013), compreende todas as atividades exercidas de forma não obrigatória e sem remuneração, com a intenção de beneficiar terceiros, excluindo a unidade doméstica.

Para o IBGE (2013), as pessoas podem participar de mais de uma forma de trabalho, mesmo considerando o mesmo período de referência. Dessa forma, as pesquisas, como a PNAD Contínua, sempre perguntam e registram todos os trabalhos, mas destacando o “trabalho principal”.

3.2 – População brasileira na força de trabalho

O grupo de pessoas na força de trabalho, na semana de referência, é formado por pessoas ocupadas e desocupadas no período analisado. Para tal:

São classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.), ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio, ou, ainda, as que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana (IBGE, 2023, p. 3).

Considerando pessoas ocupadas, porém temporariamente afastadas do trabalho remunerado, aquelas que não realizaram trabalho na semana de referência por pelo menos uma hora completa por motivos de folga, férias ou licença remunerada, tal qual por motivos de maternidade, paternidade, acidente, problemas de saúde, entre outros. Ademais, pessoas

afastadas por outros motivos além dos supracitados, são consideradas ocupadas desde que o período do afastamento seja inferior a quatro meses (IBGE, 2023).

A mudança na conceituação e definição da população ocupada foi adotada pelo IBGE a partir do quarto trimestre de 2015 no que se refere ao trabalho não remunerado diretamente e as características dos trabalhadores ocupados e afastados temporariamente (IBGE, 2023, p. 4). Neste sentido, o IBGE (2016, p.4) classifica a população ocupada em dois grupos: os ocupados que trabalham horas suficientes (40h ou mais) e os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas (fig. 1).

Os subocupados são as pessoas que, na semana de referência da pesquisa:

- 1) Fazem parte da PIA, sendo assim, detinham 14 anos ou mais de idade;
- 2) “Trabalhavam habitualmente menos de 40 horas no seu único trabalho ou no conjunto de todos os seus trabalhos”;
- 3) “Gostariam de trabalhar mais horas que as habitualmente trabalhadas”;
- 4) “Estavam disponíveis para trabalhar mais horas no período de 30 dias, contados a partir do primeiro dia da semana de referência.”;

Dessa forma, a população subocupada, sendo considerada ocupada, mas com o desejo de trabalhar mais, tem a sua força de trabalho subutilizada, com um potencial de contribuição para a produção sendo desperdiçado por fatores econômicos e sociais do mercado de trabalho.

Não obstante, a população desocupada também tem sua força de trabalho subutilizada, pois gostaria de trabalhar, mas no momento não tem uma ocupação. Dessa forma:

São classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho em ocupação nessa semana que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias, e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho em ocupação na semana de referência que não tomaram providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias porque já o haviam conseguido e iriam começá-lo em menos de quatro meses após o último dia da semana de referência (IBGE, 2023, p.4).

Assim como a definição e a conceituação de pessoas ocupadas obteve uma mudança, a nova classificação de pessoas desocupadas foi incorporada pelo IBGE a partir do segundo trimestre de 2016, se ajustando à Resolução I da 19ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho - CIET.

Anteriormente, no que se refere às pessoas que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias porque já o haviam conseguido para começar após a semana de referência, não havia limite de tempo fixado para assumir o trabalho (IBGE, 2023, p.4).

Dessa forma, a força de trabalho brasileira é composta por pessoas que estão ocupadas por horas suficientes de trabalho, pessoas que estão subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e pessoas que estão procurando trabalho. Das 153,6 milhões de pessoas de 14 anos ou mais no primeiro trimestre de 2012, aproximadamente 95,7 milhões estavam na força de trabalho, sendo cerca de 88,1 milhões ocupados e 7,6 milhões procurando um trabalho. Já no primeiro trimestre de 2022, dos 172,7 milhões na população em idade ativa, cerca de 107,2 milhões compunham a força de trabalho, destes 95,3 milhões estavam ocupados na semana de referência, e aproximadamente 11,9 milhões estavam desocupados.⁶

Ao se referir ao peso relativo que os indicadores da força de trabalho têm sobre a PIA ou a força de trabalho, deve-se calcular as taxas de cada um deles. Para isso tem-se que:

1. A taxa de participação é percentual de pessoas na força de trabalho em relação às pessoas em idade de trabalhar:

$$\text{Taxa de participação} = \frac{FT}{PIA}$$

2. O nível de ocupação é o percentual de pessoas ocupadas na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar:

$$\text{Nível de ocupação} = \frac{\text{Ocupados}}{PIA}$$

3. Taxa de desocupação é o percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas na força de trabalho:

$$\text{Taxa de desocupação} = \frac{\text{Desocupados}}{FT}$$

4. Taxa de subocupação é o percentual de pessoas ocupadas por insuficiência de horas trabalhadas em relação às pessoas na força de trabalho:

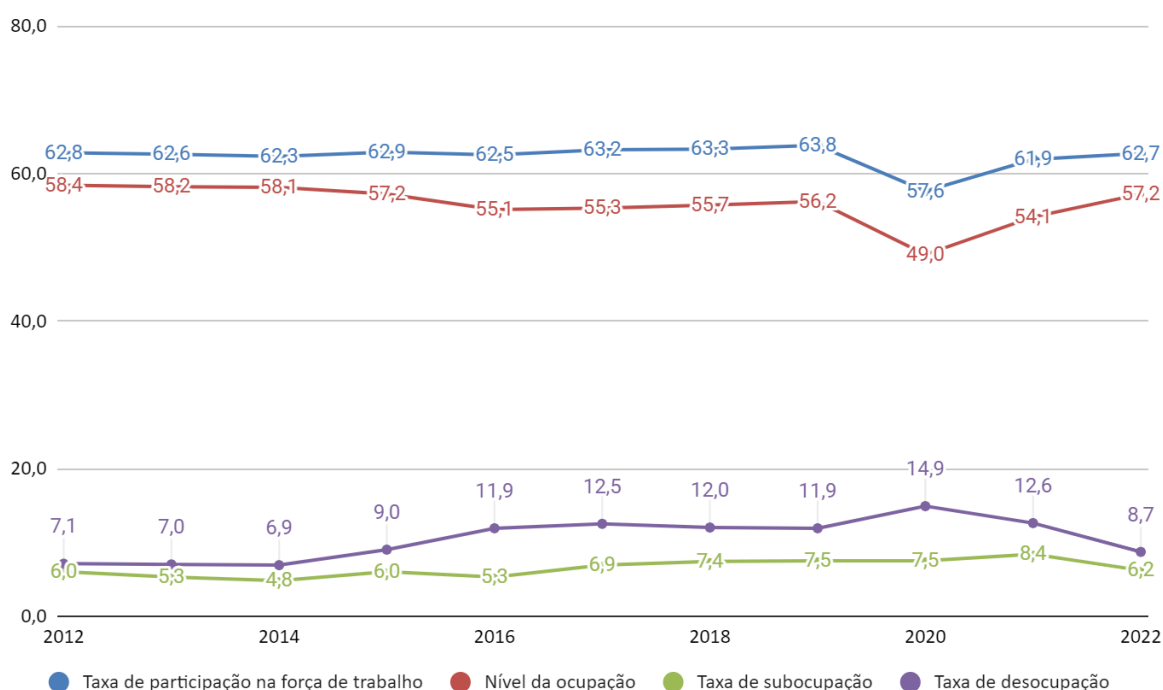
$$\text{Taxa de subocupação} = \frac{\text{Subocupados}}{FT}$$

O gráfico 7 mostra a evolução da força de trabalho brasileira segundo as taxas de participação, desocupação, subocupação e nível de ocupação entre 2012 e 2022, período disponibilizado pela PNAD Contínua. A taxa de participação se mostra estável, com média de 62% da população em idade ativa participando da força de trabalho em todo período analisado, exceto em 2020, ano da crise econômica-sanitária, que será posteriormente analisado pelo presente estudo. O nível de ocupação apresentou queda a partir de 2016,

⁶ Dados oriundos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral - IBGE

período de crise econômica, voltando a crescer em 2019, mas igualmente a taxa de participação, 2020 impactou significativamente o nível de ocupação, saindo de 56,2% em 2019, para 49% em 2020.

Gráfico 7 – Evolução da taxa de participação da força de trabalho, nível de ocupação, taxa de desocupação e taxa da subocupação (%). Brasil – terceiro trimestres de 2012 a 2022



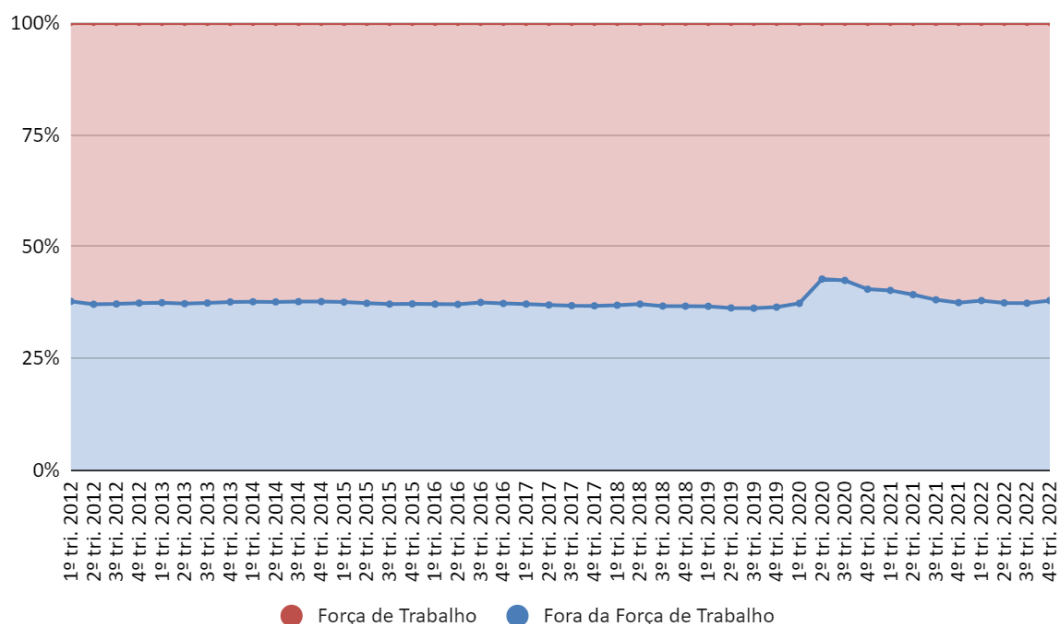
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral – PNAD Contínua. Elaboração própria

Da mesma forma que a recessão econômica de 2015/2016, a crise econômico-sanitária se refletiu no nível de ocupação e nas taxas de desocupação e subocupação. O nível de ocupação diminuiu e aumentaram as parcelas da força de trabalho que procurou trabalho ou estava subocupada por insuficiência de horas trabalhadas no período de referência.

3.3 – População brasileira fora da força de trabalho

A parcela da população em idade ativa para trabalhar que não estava ocupada ou desocupada na semana de referência, é classificada como população fora da força de trabalho (PFFT). De 2012 a 2019, a PFFT representava em média 37% da PIA, em 2020 a população fora da força de trabalho chegou a representar 42% da população em idade ativa, fato que será amplamente discutido no próximo capítulo deste estudo (gráf. 8).

Gráfico 8 – População em idade ativa dividida em pessoas na força de trabalho e pessoas fora da força de trabalho (%). Brasil – 2012 a 2022



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral – PNAD Contínua. Elaboração própria

Além disso, as pessoas fora da força de trabalho, desmotivados, desanimados ou impedidos de trabalhar pelas barreiras econômicas ou sociais, ou mesmo por escolha, podem ser divididas em quatro grupos:

- 1) Pessoas que procuram emprego, mas não estão disponíveis no momento;
- 2) Pessoas que não procuram emprego, mas estão disponíveis no momento;
- 3) Pessoas que não procuram emprego nem estão disponíveis no momento, mas que desejam emprego;
- 4) Pessoas que não procuram emprego nem estão disponíveis no momento e que não desejam emprego;

Segundo o relatório a CIET - OIT:

Principal motivo para não “procurar emprego”, não estar “atualmente disponível” ou não querer emprego: motivos pessoais (doença própria, deficiência, estudos); motivos familiares (gravidez, presença de filhos pequenos, recusa familiar); razões do mercado de trabalho (incapacidade anterior de encontrar um emprego adequado, falta de experiência, qualificações ou empregos que correspondam às competências da pessoa, falta de empregos na área, considerados demasiado jovens ou demasiado velhos pelos potenciais empregadores); falta de infra-estruturas (bens, estradas, transportes, serviços de emprego); outras fontes de rendimento (pensões, rendas); exclusão social (CIET - OIT, 2013, p. 62, tradução livre).

Vale ressaltar que, fazem parte da população fora da força de trabalho, as pessoas não associadas a uma ocupação ou à procura de um trabalho (desocupados). A atividade principal dessas pessoas fora da força de trabalho pode ser: “produção de bens para uso próprio; prestação de serviços para uso próprio; trabalho de estágio não remunerado; trabalho voluntário; estudos; autocuidado (devido a doença ou deficiência); atividades de lazer (sociais, culturais, recreativas)” (CIET, 2013, p. 62, tradução livre).

A heterogeneidade de motivos que definem a atividade principal da população fora da força de trabalho não impede que se possa classificar as pessoas envolvidas pelo grau de proximidade em relação à força de trabalho. O IBGE divide o grupo em duas partes: **força de trabalho potencial e fora da força de trabalho potencial**.

3.3.1 – Força de trabalho potencial

A adoção do conceito de “força de trabalho potencial” na PNAD Contínua pelo IBGE segue as recomendações da Resolução I da 19ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho - CIET, promovida pela OIT. Sendo definida como: “o conjunto de pessoas de 14 anos ou mais de idade que não estavam ocupadas nem desocupadas na semana de referência, mas que possuíam um potencial de se transformarem em força de trabalho” (IBGE, 2021, p. 4).

Para tal definição, o contingente de pessoas com potencial para serem inseridas na força de trabalho é formado por dois grupos:

- 1) Buscaram trabalho, mas não estavam disponíveis (Indisponíveis): “pessoas que realizaram busca efetiva por trabalho, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar na semana de referência” (IBGE, 2021, p. 4).
- 2) Não buscaram trabalho, mas estavam disponíveis: “pessoas que não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência” (IBGE, 2021, p. 4).

No segundo grupo, “não buscaram trabalho, mas estavam disponíveis”, encontra-se o subgrupo “desalentados”:

Pessoas fora da força de trabalho na semana de referência que estavam disponíveis para assumir um trabalho na semana de referência, mas não tomaram providência para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias por não ter conseguido trabalho adequado, não ter experiência profissional ou qualificação, não haver trabalho na localidade em que residia ou não conseguir trabalho por ser considerado muito jovem ou muito idoso (IBGE, 2021, p. 4).

A força de trabalho potencial mais a força de trabalho efetiva, juntas formam a **Força de Trabalho Ampliada (FTA)**, que mensura a potencialidade de mão-de-obra ocupada ou a aptidão de se ocupar, sendo ela composta por:

$$\text{Força de Trabalho Ampliada} = \text{Ocupados} + \text{Desocupados} + \text{FT Potencial}$$

Para uma melhor análise dos indicadores relacionados a força de trabalho potencial e ampliada, o IBGE (2022, p. 5) define as seguintes taxas:

- 1) Taxa combinada da desocupação e da força de trabalho potencial

$$\text{Taxa combinada de Desocupação} + \text{FTP} = \frac{(\text{Desocupados} + \text{FTP})}{\text{FTA}}$$

- 2) Taxa de desalento na força de trabalho ampliada

$$\text{Taxa de Desalento na FTA} = \frac{\text{Desalentados}}{\text{FTA}}$$

- 3) Percentual de desalentados na população fora da força de trabalho

$$\text{Percentual de Desalentados na FFT} = \frac{\text{Desalentados}}{\text{FFT}}$$

- 4) Percentual de desalentados na força de trabalho potencial

$$\text{Percentual de Desalentados na FFP} = \frac{\text{Desalentados}}{\text{FFP}}$$

3.3.2 – Fora da força de trabalho potencial

Seguindo as orientações da CIET - OIT (2013), as pessoas que não procuram emprego nem estão disponíveis no momento, desejem ou não ter um emprego, são consideradas fora da força de trabalho potencial, ou seja, a procura de emprego ou a disponibilidade para assumir o emprego indicam a proximidade potencial da força de trabalho.

As pessoas que estão fora da força de trabalho podem realizar atividades que não visam uma remuneração. Como exemplo as donas de casa, elas estão inseridas no “trabalho na produção para o próprio consumo”, buscando produzir bens e serviços para o consumo próprio ou para a unidade doméstica. Mesmo realizando um trabalho, não fazem parte da força de trabalho, figurando no grupo fora da força de trabalho. Da mesma maneira o trabalhador voluntário ou até mesmo o estagiário não remunerado, ambos realizam uma atividade, tanto para beneficiar um terceiro fora da unidade familiar, quanto para adquirir

habilidades ou experiência de trabalho, mas ao não visarem uma remuneração, é considerado fora da força de trabalho.

Os estudantes, os aposentados e outras pessoas que não têm interesse ou condições de trabalhar por remuneração, também são considerados pertencentes ao contingente de pessoas que fazem parte do grupo fora da força de trabalho potencial. Em todas essas situações se as pessoas procuram emprego ou estão disponíveis no momento fazem parte da força de trabalho potencial. Se essas pessoas não buscam emprego ou estão disponíveis no momento estão fora da força de trabalho potencial.

3.4 – Subutilização da força de trabalho

Considerando que parte da força de trabalho existente para a produção é parcialmente utilizada ou subaproveitada, a subutilização da força de trabalho é definida por:

À Subutilização da Força de trabalho (*labour underutilization*) é um conceito construído para complementar o monitoramento do mercado de trabalho, além da medida de desocupação (*unemployment*), que tem como objetivo fornecer a melhor estimativa possível da demanda por trabalho em ocupação (*employment*) (IBGE, 2022, p. 3).

Para tal, figura na composição da subutilização da força de trabalho três componentes, sendo dois destes integrantes da força de trabalho:

- 1) Os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas;
- 2) Os desocupados;
- 3) Os inseridos na força de trabalho potencial;

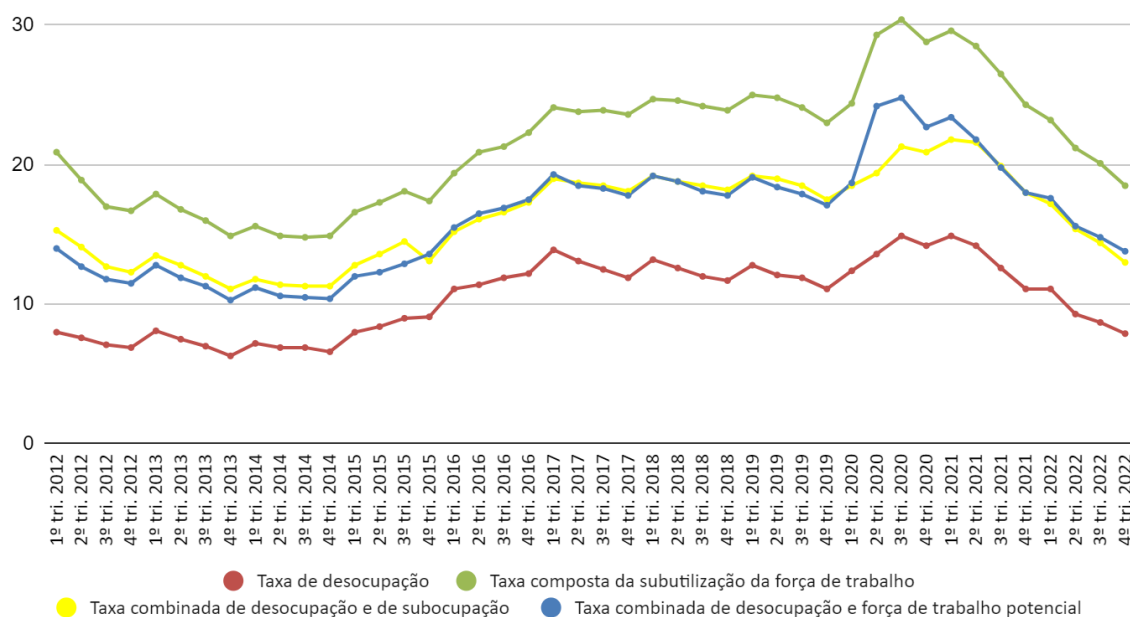
$$\text{Subutilização da FT} = \text{Subocupação} + \text{Desocupados} + \text{FTP}$$

$$\text{Taxa composta da subutilização da FT} = \frac{\text{Subutilização da FT}}{\text{FTA}}$$

Ao analisar a evolução das taxas de desocupação, subutilização da FT e força de trabalho potencial entre 2012 e 2022 (graf. 9), tem-se um nítido impacto da crise econômico-sanitária da Covid-19 em todos os indicadores. Contudo, as taxas compostas de subutilização da força de trabalho e a combinada desocupação com a força de trabalho potencial, apresentam um crescimento maior nos segundo e terceiro trimestres de 2020, revelando um acréscimo no contingente de pessoas nestes grupos no período desta crise. Esse

descolamento do aumento da força de trabalho potencial em relação ao desemprego e subocupação não ocorreram com a mesma intensidade na recessão de 2015 e 2016.

Gráfico 9 – Taxa de desocupação e taxas combinadas de subutilização da força de trabalho, das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%) Brasil – 2012 a 2022



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral – PNAD Contínua. Elaboração própria

A reformulação da condição de atividade com a conceituação de subutilização da força de trabalho mostrou-se mais adequado para retratar os efeitos da queda da atividade econômica em termos de não aproveitamento completo da força de trabalho disponível, inclusive ajudando a apontar as diferenças entre uma queda de atividade num ciclo econômico de uma queda de atividade provocada pelo isolamento e distanciamento social em meio a uma pandemia na espera da disponibilização de uma vacina apropriada.

CAPÍTULO 4 – COVID-19 E MERCADO DE TRABALHO

A crise econômico-sanitária da Covid-19 foi diferente de outras crises, principalmente pelas medidas adotadas para contenção e propagação da doença. O isolamento e distanciamento social impactou a mobilidade urbana e consequentemente o setor de serviços. Setor este que mais gera ocupações no mercado de trabalho brasileiro, em especial para as mulheres. A retração da atividade econômica impactou na saída da população da força de trabalho, as pessoas perderam o emprego e boa parte era impossibilitada de procurar trabalho por conta das restrições sanitárias. Dessa forma, o segundo e terceiro trimestre de 2020 foram os períodos que exibiram maior retração dos indicadores do mercado de trabalho, logo, os dados apresentados no presente capítulo serão dos terceiros trimestres dos requeridos anos de análise.

Historicamente as mulheres são impactadas na esfera produtiva pela conjuntura da dinâmica econômica, nesse sentido, o presente capítulo busca analisar o mercado de trabalho frente a crise econômico-sanitária da Covid-19 em uma perspectiva de gênero, comparando três momentos: a) o momento de distanciamento social, (comparação 2020/2019); b) a retomada da atividade econômica e o fim do distanciamento (comparação 2020/2022); c) condição de atividade antes e pós crise econômico-sanitária (comparação 2019/2022).

4.1 – O distanciamento social (2019-2020)

O mercado de trabalho brasileiro se encontrava em crise antes mesmo da crise pandêmica, e como anteriormente citada no segundo capítulo deste estudo, os impactos iniciais da Covid-19 foram absorvidos pelo mundo laboral de forma efetiva a partir da adoção das medidas de distanciamento e isolamento social, ocorrendo no Brasil a partir do segundo trimestre de 2020. Reflexo da redução da força de trabalho na crise pandêmica, tanto homens quanto mulheres exibiram diminuição da população na força de trabalho, mas as mulheres em especial apresentaram uma redução ainda maior. Comparando os terceiros trimestres de 2019 e 2020, a força de trabalho feminina retraiu cerca de 5,9 milhões com uma redução de aproximadamente 12,4%. Já a força de trabalho masculina no mesmo período foi impactada com uma diminuição próxima de 3,6 milhões de homens, com a retração de 6% da força de trabalho (tab.11).

Ao observar a taxa de participação, a retração da força de trabalho em relação à PIA fica ainda mais visível. Observa-se a taxa de participação feminina em torno de 54,6% em

2019, retraindo para 47,3% em 2020, uma variação de 7,3 p.p., ao passo que a participação masculina saiu de 73,6% para 68,6%, apresentando uma diferença de 5 p.p., sendo assim, houve uma maior redução da taxa de participação da força de trabalho das mulheres. Em suma, menos da metade da população feminina em idade ativa estava inserida na força de trabalho no período de distanciamento social (tab.12).

A retração da força de trabalho pode ser verificada pela redução da ocupação. Do terceiro trimestre de 2019 para o mesmo período de 2020, houve uma retração de aproximadamente 6,4 milhões da população feminina ocupada e cerca de 4,9 milhões da ocupação masculina, uma diferença de 1,5 milhão de mulheres a mais sem emprego (tab.11). O nível de ocupação no mesmo período indica uma retração significativa das ocupações em relação à PIA, em especial das mulheres. Em 2019 o nível de ocupação feminino já se mostrava baixo, com 46,7%, mas o impacto pandêmico retraiu o indicador para 39%, uma redução de 7,7p.p., a retração do nível ocupacional masculino foi menor, com 6,6p.p., saindo de 66,3% em 2019 para 59,7% em 2020. Resumidamente, mesmo com o impacto pandêmico quase 60% da população masculina em idade de trabalhar estava ocupada em 2020, ao passo em que, menos de 40% da população feminina em idade ativa detinha uma ocupação (tab.12).

Tabela 11 – Configuração da PIA dentro e fora da força de trabalho, por sexo. Brasil – terceiro trimestre de 2019 e 2020

	Homens			Mulheres		
	2019	2020	Δ (%)	2019	2020	Δ (%)
PIA	81.507.962	82.322.885	1,0	87.057.244	87.947.609	1,0
Ocupação	54.040.479	49.139.363	-9,1	40.696.132	34.300.057	-15,7
Desocupação	5.990.051	7.298.666	21,8	6.808.266	7.298.838	7,2
FT	60.030.530	56.438.028	-6,0	47.504.398	41.598.895	-12,4
Fora da FT	21.477.432	25.884.857	20,5	39.552.846	46.348.714	17,2
FT Potencial	3.157.478	5.336.015	69,0	4.762.662	7.539.765	58,3
Desalento	2.097.834	2.722.384	29,8	2.592.864	3.147.926	21,4
Subocupação	3.333.494	3.061.884	-8,2	3.768.663	3.210.643	-14,8
Subutilização da FT	12.481.023	15.696.565	25,8	15.339.591	18.049.246	17,7

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral – PNAD Contínua. Microdados coletados pelo CesiT. Tabela de elaboração própria.

Segundo dados da Pnad Covid-19⁷, entre maio e setembro, em média 13,1% das mulheres ocupadas foram afastadas do trabalho que tinham devido ao distanciamento social,

⁷ A Pnad Covid-19 foi uma iniciativa do IBGE de fomentar informação sobre a Covid-19 no Brasil durante o auge da crise pandêmica, com estatísticas experimentais a organização divulgava dados semanais e mensais sobre a pandemia no Brasil.

contra 7,7% dos homens ocupados. No mesmo período de análise, em média 16,4% das mulheres ocupadas e não afastadas do trabalho, trabalharam de forma remota, ao passo que 8,8% dos homens ocupados e não afastados estavam na mesma situação.

Em relação a subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, tem-se que a população masculina subocupada apresenta uma redução com efeito do distanciamento social, saindo de aproximadamente 3,4 milhões em 2019, para próximo de 3,1 milhões, uma retração de 8,2%. A população feminina subocupada, que em média é maior que a masculina, também se reduziu, mas em uma proporção maior (14,8%), saindo de cerca de 3,8 milhões em 2019, para 3,2 milhões em 2020. A maior redução da subocupação das mulheres está ligada à redução das ocupações das mesmas no período.

A retração da ocupação foi acompanhada por crescimento da desocupação. Historicamente a taxa de desocupação feminina é superior à masculina e durante o impacto inicial da Covid-19 não foi diferente, com a taxa feminina chegando a medir 17,5% no terceiro trimestre de 2020, contra 12,9% da taxa de desocupação masculina (tab. 12). Contudo, ao observar os números absolutos do período, a quantidade de homens desocupados no terceiro trimestre de 2020, por pouco não se igualou ao número de mulheres, demonstrando uma maior variação da desocupação masculina em relação à feminina. Um crescimento de 21,6%, representando um aumento de aproximadamente 1,3 milhões de homens desocupados. A desocupação feminina cresceu 7,2%, com um aumento próximo de 490 mil mulheres (tab. 11).

Sendo a força de trabalho a soma entre ocupados e desocupados, e tendo as mulheres uma maior redução da ocupação e um menor crescimento da desocupação, tem-se a parcela feminina fora da FT maior que a masculina, consequentemente, a retração da força de trabalho é um fenômeno feminino. Na tabela 12 observa-se que a parcela da população feminina em idade ativa que se encontrava fora da FT era de 45,4% em 2019, subindo para 52,7% em 2020, ao passo que, no mesmo período analisado, a população masculina com idade de trabalhar representava 26,4% dos homens fora da FT, passando para 31,4% com o distanciamento social. Em números absolutos, há uma variação de 6,8 milhões de mulheres fora da FT, contra 4,4 milhões de homens (tab.11).

Tabela 12 – Taxa de participação e desocupação, nível de ocupação, parcela da população fora da força de trabalho, por sexo. Brasil – terceiro trimestre de 2019 e 2020

Sexo	Taxa de participação FT			Nível de Ocupação			Taxa de desocupação			Parcela da população fora da FT		
	2019	2020	Δ	2019	2020	Δ	2019	2020	Δ	2019	2020	Δ
Homem	73,6	68,6	-5,0	66,3	59,7	-6,6	10	12,9	2,9	26,4	31,4	5,0
Mulher	54,6	47,3	-7,3	46,7	39	-7,7	14,3	17,5	3,2	45,4	52,7	7,3
Diferença	19,00	21,3	2,3	19,6	20,7	1,1	-4,3	-4,6	0,3	-19	-21,3	2,3

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral – PNAD Contínua.

Microdados coletados pelo Cesit. Tabela de elaboração própria.

Nota: A diferença e a variação estão em pontos percentuais, já as taxas em porcentagem.

O crescimento da população fora da FT é acompanhado pelo crescimento da FT Potencial, tanto para mulheres quanto para os homens, entre o terceiro trimestre de 2019 e 2020 a população feminina na FT Potencial cresceu de 2,8 milhões, e a masculina cerca de 2,2 milhões (tab.11). A FT Potencial é composta pelas pessoas que buscam trabalho, mas não estavam disponíveis (indisponíveis) e pessoas que não buscam trabalho, mas estavam disponíveis, dentro deste último grupo encontram-se os desalentados. Antes do choque pandêmico e após ele, em números absolutos, verifica-se uma maior parcela de mulheres desalentadas, com cerca de 2,6 milhões em 2019, para aproximadamente 3,2 milhões em 2020, em contra partida, a força de trabalho masculina desalentada foi de 2,1 milhões em 2019, para 2,7 milhões. Levando em consideração as mulheres em situação de desalento em relação a PIA feminina, 3% estavam desalentadas em 2019, passando para 3,6% em 2020, os homens na mesma situação apresentaram 2,6% da PIA masculina desalentada, passando para 3,3% (tab.13).

Tabela 13 – Taxas da força de trabalho potencial, de desalentados, de indisponíveis e da subutilização da força de trabalho, por sexo (%). Brasil – terceiro trimestre de 2019 e 2020

Taxas	2019		2020		Diferença (2019-2020)	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Taxa da FT potencial	3,9	5,5	6,5	8,6	2,6	3,1
Taxa de desalento	2,6	3,0	3,3	3,6	0,7	0,6
Taxa de indisponível	1,3	2,5	3,2	5,0	1,9	2,5
Taxa composta de subutilização da FT	19,8	29,3	25,4	36,7	5,7	7,4

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral – PNAD Contínua.

Microdados coletados pelo Cesit. Tabela de elaboração própria.

Nota (1): A diferença está em pontos percentuais, já as taxas em porcentagem.

Nota (2): A taxa de composição da FT é um cálculo do IBGE, as demais taxas da tabela foram calculadas em relação a PIA.

Observa-se que em 2019 cerca de 2,2 milhões de mulheres buscavam trabalho, mas estavam indisponíveis para trabalhar, durante o distanciamento social esse número cresceu para 4,4 milhões. Já a indisponibilidade masculina saiu de aproximadamente um milhão, para 2,6 milhões em 2020. O crescimento do grupo indisponível chamou atenção dentro do aumento da FT Potencial, antes da pandemia, 2,5% da PIA feminina buscava um emprego, mas não estava disponível, passando para 5% no período de distanciamento social, ao passo que, os homens na mesma situação em 2019 era de 1,3% da PIA masculina, passando para 3,2% em 2020. Em suma, a indisponibilidade foi o principal indicador do crescimento da FT Potencial, e as mulheres apresentaram uma maior parcela da população indisponível.

De modo geral, a maior saída das mulheres da força de trabalho se expressa no crescimento da subutilização da FT, em especial do crescimento da FT Potencial. A população masculina também apresentou crescimento da subutilização da FT, mas a desocupação teve um peso mais relevante nesse crescimento (tab. 14). Dessa forma, a taxa composta de subutilização da FT feminina cresceu de 29,3% em 2019, para 36,7% em 2020, o mesmo indicador para os homens subiu de 19,8% para 25,4% no mesmo período analisado. Resumidamente, com o distanciamento social mais de um terço das mulheres na força de trabalho ampliada tiveram sua mão-de-obra subutilizada.

Ao analisar a tabela 14, percebe-se o quanto a FT Potencial dentro da subutilização da FT cresceu com o choque inicial da Covid-19, no terceiro trimestre de 2019 tal indicador correspondia a 25,3% da FT subutilizada masculina, passando para 34% em 2020, ficando atrás apenas da desocupação masculina (46,5%). O crescimento do mesmo indicador para a subutilização da FT feminina se mostrou ainda mais evidente, com 31% em 2019, a FT Potencial cresceu para 41,8% em 2020, se tornando com o distanciamento social a maior parcela da subutilização da FT feminina. Não obstante, o grupo de indisponíveis se mostrou o menos expressivo na subutilização da FT feminina em 2019, passando a ser o segundo indicador com maior participação em 2020.

Tabela 14 – Composição da subutilização da fora da força de trabalho, por sexo (%). Brasil – terceiro trimestre de 2019 e 2020

	2019		2020	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Desocupação	48,0	44,4	46,5	40,4
Subocupação	26,7	24,6	19,5	17,8
Desalento	16,8	16,9	17,3	17,4
Indisponível	8,5	14,1	16,7	24,3
Subutilização da FT	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral – PNAD Contínua. Microdados coletados pelo Cesit. Tabela de elaboração própria.

Em síntese, o período de isolamento e distanciamento social impactou fortemente a atividade econômica, consequentemente o mercado de trabalho brasileiro. As mulheres em especial se mostram mais prejudicadas levando em consideração a maior saída feminina da força de trabalho e a maior perda de empregos. A subutilização da FT também foi maior para a população feminina, aumentando ainda mais a vulnerabilidade e precariedade das mulheres no mundo produtivo, principalmente levando em consideração o grande crescimento da população que procurava um trabalho, mas não estava disponível no momento (os indisponíveis) por conta do distanciamento social.

4.2 – A retomada da economia e do mercado de trabalho com o fim do distanciamento social (2020-2022)

O ano de 2020 foi marcado pela retração da atividade econômica, com uma variação negativa de 3,3% do PIB e uma piora significativa da condição de atividade dos homens, e principalmente das mulheres. Os anos seguintes, 2021 e 2022, foram marcados pelo fim do distanciamento social, pela vacinação em massa e a retomada da atividade econômica, principalmente do setor de serviços, o mais afetado durante o período. O PIB cresceu 4,8% em 2021 e 3% em 2022. A forte retomada da atividade econômica com o fim do distanciamento social impactou positivamente a condição de atividade da população brasileira. Dessa forma, a presente seção tratará de observar os indicadores do mercado de trabalho brasileiro nesse período de recuperação, em uma comparação de gênero, buscando entender como a retomada da atividade econômica impactou os trabalhadores e as trabalhadoras no Brasil.

Examinando a tabela 15 percebe-se o retorno de crescimento da força de trabalho brasileira, em especial as mulheres apresentaram um maior regresso, tanto em números absolutos, quanto em relação à taxa de participação. A força de trabalho feminina cresceu 15% entre o terceiro trimestre de 2020 e o mesmo período de 2022, aproximadamente 6,3 milhões de mulheres retomaram a força de trabalho, já o retorno masculino foi de aproximadamente 4,4 milhões. A taxa de participação também cresceu, a população feminina na força de trabalho aumentou 6,1p.p. saindo de 47,3% para 53,4%, de 2020 para 2022, no mesmo período a participação masculina aumentou de 68,6% para 72,6%. Em suma, houve crescimento da força de trabalho tanto das mulheres, quanto dos homens, contudo o aumento da população feminina na força de trabalho foi maior que a masculina porque a saída com o distanciamento social também foi maior, esse crescimento correspondeu ao retorno. Dessa forma, a diferença entre a participação feminina e masculina diminuiu

Tabela 15 – Configuração da PIA dentro e fora da força de trabalho, por sexo. Brasil, terceiro trimestre de 2020 e 2022

	Homens			Mulheres		
	2020	2022	Δ (%)	2020	2022	Δ (%)
PIA	82.322.885	83.840.739	1,8	87.947.609	89.616.754	1,9
População na FT	56.438.028	60.872.846	7,9	41.598.895	47.855.915	15,0
Ocupação	49.139.363	56.665.329	15,3	34.300.057	42.603.858	24,2
Desocupação	7.298.666	4.207.517	-42,4	7.298.838	5.252.057	-28,0
População na fora da FT	25.884.857	22.967.893	-11,3	46.348.714	41.760.839	-9,9
População na FT potencial	5.336.015	3.047.564	-42,9	7.539.765	4.724.881	-37,3
Desalento	2.722.384	1.895.697	-30,4	3.147.926	2.362.560	-25,0
Subocupação	3.061.884	2.886.148	-5,7	3.210.643	3.307.649	3,0
Subutilização da FT	15.696.565	10.141.229	-35,4	18.049.246	13.284.587	-26,4

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral – PNAD Contínua. Microdados coletados pelo Cesis. Tabela de elaboração própria.

O retorno da força de trabalho foi acompanhado pelo crescimento das ocupações. Em números absolutos houve um crescimento de aproximadamente 8,3 milhões de empregos para as mulheres, e cerca de 7,6 milhões para os homens (tab. 15). O crescimento do nível de ocupação feminina também foi maior, entre o terceiro trimestre de 2020 e o mesmo período de 2022, o nível de ocupação das mulheres cresceu 8,5 p.p., saindo de 39% para 47,5%. Para os homens, o mesmo indicador, entre 2020 e 2022, cresceu 7,9 p.p., saindo de 59,7% para 67,6% no mesmo período (tab. 16).

A expansão das ocupações femininas foi acompanhada pelo aumento de 3% das sub-ocupações, partindo de aproximadamente 3,2 milhões, para 3,3 milhões de mulheres subocupadas, entre 2020 e 2022. Ao passo que as sub ocupações dos homens reduziram no mesmo período, saindo de cerca de 3,1 milhões para próximo de 2,9 milhões. Mesmo com o crescimento das sub ocupações as mulheres apresentaram um maior crescimento do nível de ocupações “plenas”, com um aumento da mesma em 8,5 p.p. de 2020 para 2022, enquanto os homens exibiram aumento de 8,2 p.p. das ocupações plenas no mesmo período.

Tabela 16 – Taxa de participação e desocupação, nível de ocupação, parcela da população fora da força de trabalho, por sexo. Brasil – terceiro trimestre de 2020 e 2022

Sexo	Taxa de participação FT			Nível de Ocupação			Taxa de desocupação			Parcela da população fora da FT		
	2020	2022	Δ	2020	2022	Δ	2020	2022	Δ	2020	2022	Δ
Homem	68,6	72,6	4,0	59,7	67,6	7,9	12,9	6,9	-6,0	31,4	27,4	-4,0
Mulher	47,3	53,4	6,1	39,0	47,5	8,5	17,5	11,0	-6,5	52,7	46,6	-6,1
Diferença	21,3	19,2	-2,1	20,7	20,1	-0,6	-4,6	-4,1	-0,5	-21,3	-19,2	-2,1

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral – PNAD Contínua. Microdados coletados pelo Cesit. Tabela de elaboração própria.

Nota: A diferença e a variação estão em pontos percentuais, já as taxas em porcentagem.

A desocupação apresentou retração tanto para as mulheres, quanto para os homens. Entre o terceiro trimestre de 2020 comparado ao mesmo período de 2022, houve redução de aproximadamente 2 milhões de mulheres desocupadas e 3,1 milhões de homens. A taxa de desocupação feminina reduziu 0,5p.p. a mais que a masculina, saindo de 17,5% para 11%, enquanto a taxa de desocupação masculina saiu de 12,9% para 6,9% (tab. 15 e tab. 16). Cabe ressaltar que mesmo após a redução, a desocupação feminina continuou alta, 4,1 p.p. a mais que a masculina. Dessa forma, com a redução da desocupação, a retomada de crescimento da força de trabalho, tanto das mulheres, quanto dos homens, tiveram como principal agente o crescimento das ocupações.

Com a retomada da população na força de trabalho, há uma redução da população fora da FT, em especial da FT Potencial para mulheres e homens. A FT Potencial feminina no período de distanciamento era cerca de 7,5 milhões, passando para 4,7 milhões com o fim do distanciamento social. No mesmo período, a FT Potencial masculina saiu de aproximadamente 5,3 milhões para cerca de 3 milhões. Ao analisar a FT Potencial em relação a PIA (tab.17) tem-se que, a parcela feminina em potencial representava 8,6% da PIA

feminina em 2020, passando a representar 5,3% em 2022, ao passo que, a parcela masculina em potencial correspondia a 6,5% da PIA masculina, passando para 3,6%.

Tabela 17 – Taxas da força de trabalho potencial, de desalentados, de indisponíveis e da subutilização da força de trabalho, por sexo (%). Brasil – terceiro trimestre de 2020 e 2022

Taxas	2020		2022		Diferença	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Taxa da FT potencial	6,5	8,6	3,6	5,3	-2,8	-3,3
Taxa de desalento	3,3	3,6	2,3	2,6	-1,0	-1,0
Taxa de indisponível	3,2	5,0	1,4	2,6	-1,8	-2,4
Taxa composta de subutilização da FT	25,4	36,7	15,9	25,3	-9,5	-11,5

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral – PNAD Contínua. Microdados coletados pelo CesiT. Tabela de elaboração própria.

Nota (1): A diferença está em pontos percentuais, já as taxas em porcentagem.

Nota (2): A taxa de composição da FT é um cálculo do IBGE, as demais taxas da tabela foram calculadas em relação a PIA.

A retração da população na FT Potencial é reflexo da redução dos grupos desalentados e indisponíveis. A população desalentada de 2020 para 2022 apresentou redução tanto para as mulheres, quanto para os homens, com cerca de 785 mil mulheres saindo da situação de desalento e aproximadamente 827 mil homens (tab.15). Com o aumento das ocupações após o período de distanciamento social, a saída da população tanto feminina, quanto masculina da situação de desalento deixou o grupo menor que no período pré-pandemia.

Já o grupo de pessoas que buscavam trabalho, mas não estavam disponíveis para trabalhar, reduziu tanto para os homens, mas sobretudo para as mulheres de 2020 para 2022. No período de distanciamento, 5% da PIA feminina se encontrava indisponível, passando para apenas 2,6% em 2022, aproximadamente 2 milhões a menos de mulheres nessa situação, já a PIA masculina indisponível era de 3,2% no momento de distanciamento, passando para 1,4% com o fim das restrições sanitárias, uma redução de cerca de 1,5 milhão de homens (tab.17).

Com a redução da desocupação e a retração da FT Potencial, a subutilização da FT diminuiu entre 2020 e 2022, tanto para homens, mas em especial para as mulheres. A taxa composta de subutilização da FT feminina reduziu em 11,5p.p., cerca de 4,4 milhões de mulheres saíram da população subutilizada com a retomada do crescimento da atividade econômica. O maior peso dessa redução se encontra na retração da FT Potencial, o indicador representava 41,7% da subutilização da FT em 2020, passando para 35,6% em 2022, com importante redução da indisponibilidade, já subocupação aumentou sua participação de 17,8% para 24,9% (tab.18). Em suma, a subutilização feminina reduziu com o fim do

distanciamento, principalmente com a retração da indisponibilidade, a desocupação passou a ser o principal indicador de subutilização e a força de trabalho subocupada ganhou espaço em 2022 (tab. 15 e tab.17).

Tabela 18 – Composição da subutilização da força de trabalho, por sexo (%). Brasil – 2020 e 2022

	2020		2022	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Desocupação	46,5	40,4	41,5	39,5
Subocupação	19,5	17,8	28,5	24,9
Desalento	17,3	17,4	18,7	17,8
Indisponível	16,7	24,3	11,4	17,8
Subutilização da FT	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral – PNAD Contínua. Microdados coletados pelo Cesit. Tabela de elaboração própria.

A retomada do crescimento da atividade econômica com o fim do isolamento e distanciamento social impactou diretamente no mercado de trabalho, principalmente sobre as mulheres. Com o choque pandêmico as mulheres foram as mais afetadas com uma maior redução da força de trabalho, uma maior diminuição das ocupações e uma crescente indisponibilidade. Com a retomada do crescimento, da atividade econômica a força de trabalho feminina aumentou mais que a masculina, houve crescimento das ocupações femininas mesmo que acompanhada do aumento das subocupações, retração da desocupação e da subutilização da FT.

4.3 – A condição de atividade entre 2019 e 2022

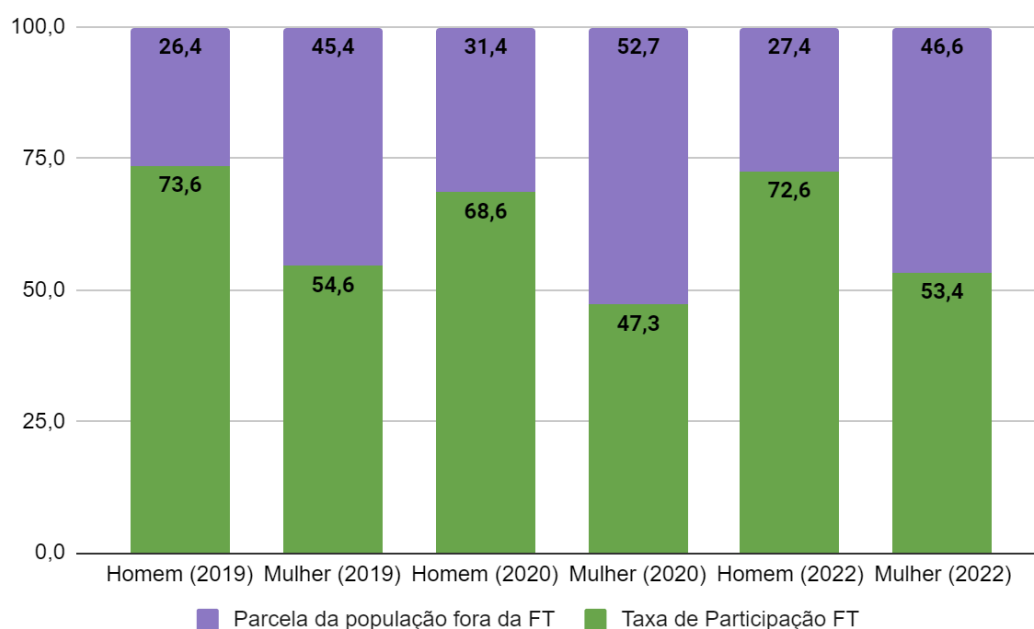
O período anterior à crise econômico-sanitária da Covid-19 era de dificuldade de retomada da atividade econômica no Brasil, depois da recessão em 2015 e 2016 a crise pandêmica intensificou um momento que já não era favorável ao mercado de trabalho. Gimenez, Baltar e Manzano (2020) destacam que o Brasil entrou na crise econômico-sanitária já estando em crise, a produção nacional apresentava dificuldade de crescimento, o desemprego era alto e de longo prazo e a desestruturação e desorganização do mercado de trabalho era enorme. Com o fim do distanciamento social houve uma retomada do crescimento da atividade econômica. Após uma retração de 3,3% em 2020, o PIB de 2021 cresceu 4,6% e o de 2022 ampliou 3%, superando o aumento de 1,8% da produção nacional

em 2019. O maior crescimento do PIB em relação a 2019 refletiu nos indicadores do mercado de trabalho.

A retração da força de trabalho foi a principal manifestação da crise econômico-sanitária sobre o mundo laboral. Com o fim do distanciamento social houve uma retomada de crescimento, mas não por completo. A taxa de participação feminina em 2019 era de 54,6%, em 2022 foi para 53,4%, uma diferença de 1,2 p.p., já a taxa masculina antes da Covid-19 era de 73,6%, passando para 72,6% (gráf. 10). A menor taxa de participação em 2022 comparada a 2019, tanto feminina, quanto masculina, foi acompanhada da redução da taxa de desocupação.

O gráfico 10 também chama atenção para a distância entre as taxas feminina e masculina. Em 2019 a diferença entre a taxa de participação era de 19 p.p. a menos para as mulheres, no período de isolamento essa diferença subiu para 21,3 p.p., aumentando a desigualdade de participação no período. Em 2022 a diferença caiu para 19,2 p.p., mas ainda assim permaneceu 0,2p.p. maior que a variação de 2019.

Gráfico 10 – Taxa de participação da força de trabalho e parcela da PIA fora da força de trabalho, por sexo (%). Brasil – terceiro trimestre de 2019 a 2022



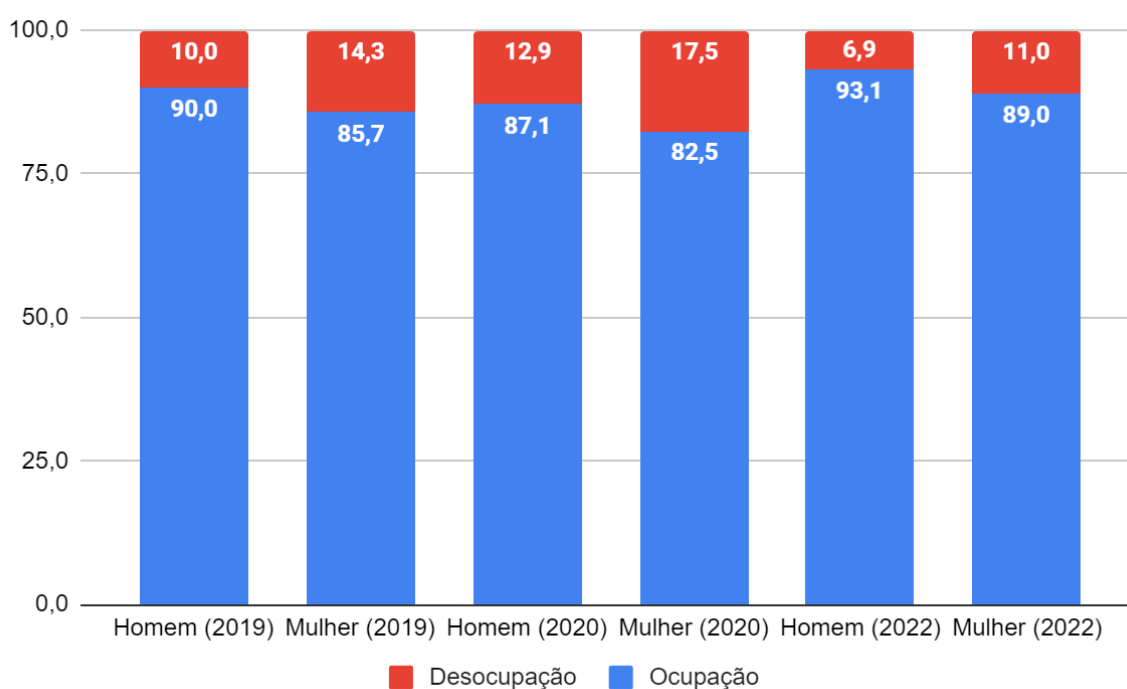
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral – PNAD Contínua. Microdados coletados pelo Cesit. Gráfico de elaboração própria.

A taxa de desocupação não só reverteu o aumento ocorrido no distanciamento social, mas também foi menor que a taxa de 2019, tanto para mulheres quanto para homens. Com 14,3% de taxa de desocupação para as mulheres em 2019, subindo para 17,5% em 2020, e

caindo para 11% em 2022. Comparando o período pré-crise econômico-sanitária, com o fim do distanciamento social, a desocupação feminina regrediu 3,3p.p. Não obstante, a desocupação masculina também diminuiu, saindo de 10% em 2019, para 12,9% em 2020 e caindo para 6,9% em 2022, uma redução de 3,1p.p. entre 2019 e 2022 (gráf. 11).

Analisando a diferença entre as taxas feminina e masculina tem-se que, em 2019 as mulheres apresentavam 4,3p.p. a mais de taxa de desocupação comparada aos homens, em 2020 essa diferença subiu para 4,6p.p., caindo para 4,1p.p. em 2022. Em síntese, a desocupação feminina é historicamente maior que a masculina, durante a pandemia essa diferença aumentou, mesmo os homens tendo uma maior desocupação em números absolutos no período, já em 2022 houve uma redução da desigualdade de desocupação, definida pela maior retração do desemprego feminino.

Gráfico 11 – Composição da força de trabalho, por sexo (%). Brasil – terceiro trimestre de 2019 a 2022



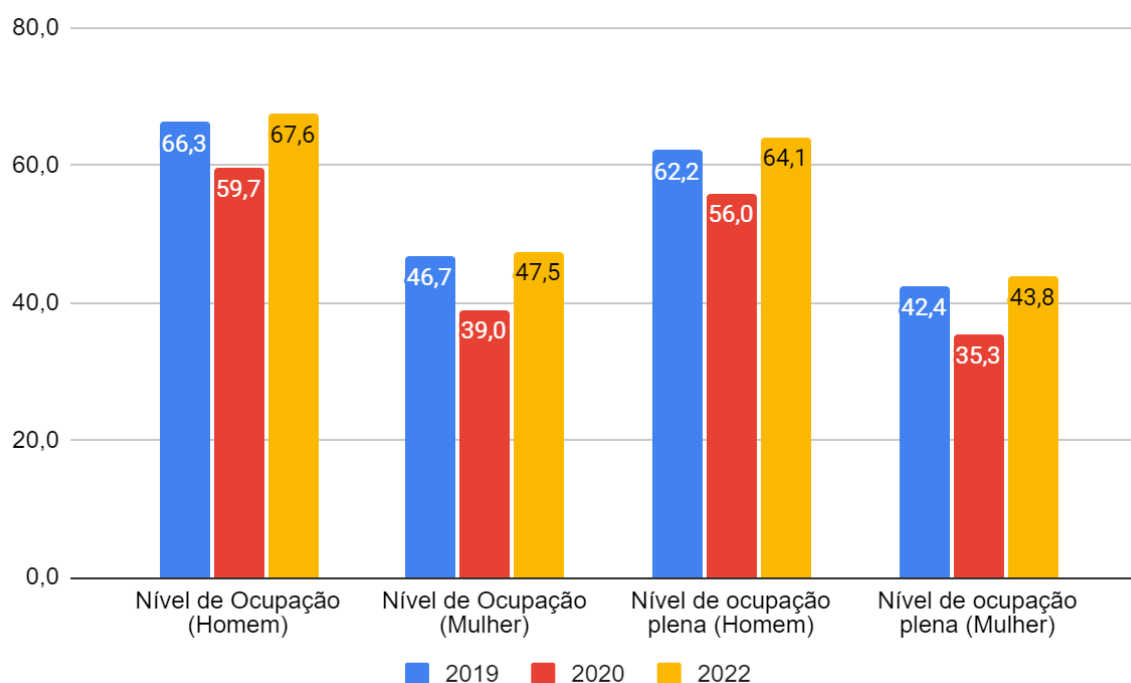
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral – PNAD Contínua. Microdados coletados pelo Cesit. Gráfico de elaboração própria.

A retomada do crescimento econômico após o distanciamento social impactou diretamente no aumento do emprego, para homens e mulheres, fazendo com que a ocupação masculina chegasse a 93,1% da força de trabalho e a feminina 89% em 2022 (graf. 11). No gráfico 12 é possível observar que o nível de ocupação além de reverter a redução ocorrida no distanciamento social, ainda superou o período pré-covid-19. As mulheres apresentaram um

nível de ocupação de 46,7% em 2019, passando para 47,5% em 2022, com aproximadamente 2 milhões de empregos a mais no período. Já os homens tinham um nível de ocupação 66,3% passando para 67,6%, um crescimento de cerca de 2,6 milhões de empregos.

Analisando apenas as ocupações “plenas”, excluindo as sub ocupações, tem-se um nível de ocupação ainda maior em 2022 comparado a 2019, visto que, houve uma redução das subocupação por insuficiências de horas trabalhadas, para homens e mulheres no período. Dessa forma, pode-se dizer que o principal componente da reorganização do mercado de trabalho pós distanciamento social foi o crescimento das ocupações plenas (graf.12).

Gráfico 12 – Nível de ocupação total e plena, por sexo (%). Brasil – terceiro trimestre de 2019 a 2022



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral – PNAD Contínua. Microdados coletados pelo Cesit. Gráfico de elaboração própria.

Nota: O nível de ocupação plena são as ocupações menos as subocupação por insuficiência de horas.

No que tange à desigualdade de gênero nas ocupações, tem-se que a diferença do nível de ocupação feminino para o masculino foi de 19,6 p.p. em 2019, passando para 20,7p.p. em 2020, aumentando a desigualdade de ocupações no período de distanciamento, e retraindo para 20 p.p. em 2022. Dessa forma, houve um pequeno aumento na distância do nível de ocupação dos homens em relação ao das mulheres, justificado pelo maior crescimento da PIA feminina e do menor aumento das ocupações para as mulheres (cerca de 1,9 milhões) em relação aos homens (2,6 milhões) entre 2019 e 2022.

Em relação à FT Potencial, tem-se uma redução do indicador para mulheres e para os homens, entre 2019 e 2022 (tab. 19). O gráfico 10 exibe uma maior participação da população fora da FT com o fim do distanciamento social, contudo a população inserida na FT Potencial não contribui para esse aumento, visto que, 5,5% da PIA feminina estava na FT Potencial em 2019, caindo para 5,3% em 2022, da mesma forma a PIA masculina em potencial saiu de 3,9% para 3,6%. A redução da FT Potencial tem relação direta com retração da população em situação de desalento, já a indisponibilidade, maior indicador de crescimento da FT Potencial em 2020, se mostrou em 2022 maior que em 2019 (tab.19). Em síntese, mesmo com uma maior população fora da FT em 2022, a FT potencial reduziu comparada ao período pré Covid-19, ao passo que a população desalentada apresentou retração, e a indisponível crescimento entre 2019 e 2022.

Tabela 19 – Taxas da força de trabalho potencial, de desalentados e de indisponíveis, por sexo (%). Brasil – terceiro trimestre de 2019 - 2022

Taxas	Homens			Mulheres		
	2019	2020	2022	2019	2020	2022
Taxa da FT potencial	3,9	6,5	3,6	5,5	8,6	5,3
Taxa de desalento	2,6	3,3	2,3	3,0	3,6	2,6
Taxa de indisponível	1,3	3,2	1,4	2,5	5,0	2,6

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral – PNAD Contínua. Microdados coletados pelo CesiT. Tabela de elaboração própria.

Nota (1): As taxas foram calculadas em relação a PIA.

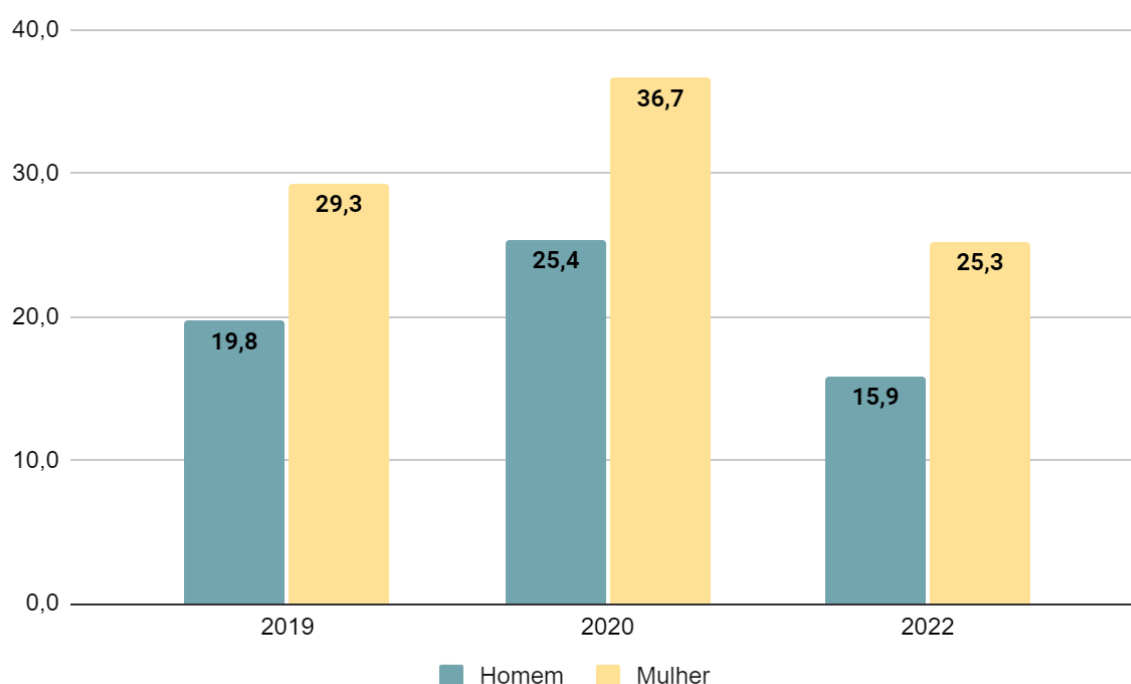
Com a retração da FT Potencial, redução do desemprego e diminuição das sub-ocupações, tanto para as mulheres, quanto para os homens, a subutilização da FT de ambos reduziu entre 2019 e 2022. Em 2019, 29,3% FT ampliada feminina tinha sua mão-de-obra subutilizada, passando para 25,3% em 2022, uma redução de 4 p.p. Já a FT subutilizada masculina saiu de 19,8% em 2019, para 15,9% em 2022, uma retração de 4,1p.p. (graf. 13).

Ao analisar o gráfico 13 verifica-se uma maior taxa composta de subutilização da FT feminina, justificada pelo grande desemprego feminino, pela superior subocupação das mulheres e pela sua maior força de trabalho potencial, A subutilização indica uma força de trabalho pouco aproveitada, podendo ser pessoas que buscam trabalho mas não encontram ou não estão disponíveis no momento, pessoas que não buscam mais trabalho por falta de oportunidades ou por não ter condições financeiras de procurar emprego, além das pessoas que tem um emprego com horas insuficientes e que gostaria de trabalhar mais. Tendo a

população feminina maior parcela na subutilização da FT é um indicador de desigualdade de gênero, onde as mulheres são inseridas na margem do mercado de trabalho e subutilizadas.

Não obstante, durante a pandemia o indicador de subutilização, que já é superior para as mulheres, apresentou um crescimento ainda maior, aumentando ainda mais a desigualdade desse indicador. Em 2019 a diferença entre a taxa composta de subutilização da FT feminina era 9,5 p.p. maior que a masculina, subindo para 11,3p.p. no período de distanciamento, e passando para 9,4 p.p. em 2019.

Gráfico 13 – Subutilização da força de trabalho, por sexo (%). Brasil – terceiro trimestre de 2019 a 2022



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral – PNAD Contínua. Microdados coletados pelo Cesit. Gráfico de elaboração própria.

A composição da subutilização também mudou entre 2022 e 2019. Mesmo apresentando retração no período, a FT Potencial ganhou um peso maior na composição da subutilização, passando de 31% da subutilização feminina em 2019, para 35,6% em 2022. A masculina também apresentou uma maior participação, saindo de 25,3% para 30,1%. O maior peso da FT Potencial se dá pela redução da participação da desocupação e pelo crescimento da indisponibilidade no período.

Tabela 20 – Composição da subutilização da força de trabalho, por sexo (%). Brasil – 2019 a 2022

	Homens			Mulheres		
	2019	2020	2022	2019	2020	2022
Desocupação	48,0	46,5	41,5	44,4	40,4	39,5
Subocupação	26,7	19,5	28,5	24,6	17,8	24,9
Desalento	16,8	17,3	18,7	16,9	17,4	17,8
Indisponível	8,5	16,7	11,4	14,1	24,3	17,8
Subutilização da FT	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral – PNAD Contínua.
Microdados coletados pelo Cesit. Tabela de elaboração própria.

De modo geral, ao comparar o mercado de trabalho antes do distanciamento social com o fim das restrições sanitárias, tem-se que o cenário de crescimento econômico influenciou positivamente o crescimento do nível de ocupação, a retração da desocupação e da subutilização da FT, feminina e masculina. Mas as desigualdades de gênero no mercado de trabalho pouco se alteraram no período, cresceram durante o distanciamento e regrediram aos níveis pré-Covid-19 em 2022.

CONCLUSÃO

O ano de 2020 foi marcado por insegurança, apreensão e instabilidade em todas as áreas da vida social. A doença causada pelo novo coronavírus rapidamente se espalhou pelo território mundial, tornando uma pandemia de alcance inimaginável. Iniciada na esfera da saúde, a crise sanitária infectou milhões de pessoas, tirando a vida de muitos, logo colapsando os sistemas de saúde de todo o mundo. Entre o início das transmissões até o fim da pandemia foram registrados cerca de 766 milhões de casos confirmados e aproximadamente 6,9 milhões de óbitos em todo o mundo. No Brasil, foram confirmados por volta de 37,6 milhões de casos e cerca de 702 mil mortes oriundas da Covid-19.

Por conta das medidas implementadas para controle e contenção da veloz disseminação do vírus, a crise da esfera da saúde passou para várias outras esferas da vida social, inclusive a econômica. Sendo diferente de outras crises, a recessão causada pela pandemia teve efeito direto na esfera produtiva. O período de isolamento e distanciamento social impactou a demanda e afetou a oferta de bens e serviços. A economia brasileira vivenciava um período de estagnação após a recessão de 2015/2016 e o mercado de trabalho apresentava altas taxas de desocupação de longo prazo, especialmente para as mulheres. À vista disso, o impacto da crise econômico-sanitária fez o Brasil entrar em crise já estando em crise.

O PIB brasileiro em 2019 apresentou variação de 1,8%, com a crise econômica-sanitária exibindo retração de 3,3%. A indústria exibiu os primeiros sinais do impacto da crise, chegando a retrain 12,8% seu Valor Agregado Bruto (VAB) no segundo trimestre de 2020, mas logo o setor apresentou recuperação. O setor de serviços, seguindo a tendência global, se mostrou o mais impactado pelas medidas de distanciamento, pois o setor tem como principal motor a mobilidade urbana. Dessa forma, além de apresentar uma grande retração, o setor de serviços teve uma lenta recuperação.

Logo, o mercado de trabalho sofreu com a retração da atividade produtiva, muitas empresas fecharam, vários trabalhadores foram demitidos e muitas pessoas não tinham como procurar uma ocupação, pois o período era de isolamento e distanciamento social. Nesse sentido, houve redução da população na força de trabalho.

A retração da força de trabalho foi acompanhada de uma grande redução das ocupações. Houve retração de 12,7% e 12,1%, respectivamente para os segundo e terceiro trimestres de 2020, nas ocupações na Indústria e 10,5% e 13% nas ocupações do setor de

serviços. Serviços, o que apresentou uma maior redução nas ocupações, teve “alojamento e alimentação” e “serviços domésticos” como principais grupos que perderam ocupações.

De modo geral, o período de distanciamento social, além de reduzir a força de trabalho e retrain as ocupações, teve crescimento da desocupação e da subutilização da FT. Analisado por gênero, tem-se que tanto homens quanto mulheres deixaram a força de trabalho, mas a parcela feminina fora da FT de 2019 para 2020, foi maior que a parcela masculina. Houve variação de 7,3 p.p. na taxa de participação feminina, contra 5p.p. masculina, com 5,9 milhões de mulheres e 3,6 milhões de homens deixando a força de trabalho no período.

A retração da força de trabalho é reflexo da redução das ocupações, o nível de ocupação feminino caiu 7,7 p.p., onde 6,4 milhões de mulheres perderam suas ocupações durante 2020. Já a desocupação chamou atenção para os homens, que apresentaram crescimento de 1,3 milhões de desocupados no período. A maior redução das ocupações femininas se dá pela diminuição das ocupações no setor de serviços, não obstante, por conta da segregação horizontal, o mesmo apresenta maioria feminina.

Em momentos de crise econômica as mulheres são mais impactadas com o desemprego, na pandemia foi diferente pois com o distanciamento social e com a união da esfera produtiva no mesmo ambiente da esfera reprodutiva, a impossibilidade de procurar um trabalho ou de assumir um emprego foi maior para as mulheres. Nesse sentido, a população feminina na FT Potencial cresceu.

O grupo de pessoas em situação de desalento e de indisponibilidade apresentou crescimento para homens e mulheres durante o período de isolamento, mas houve um aumento maior dos dois indicadores para as mulheres, em especial da indisponibilidade. Dessa forma, mais mulheres buscavam trabalho, mas não estavam disponíveis para trabalhar durante o período de distanciamento social. A indisponibilidade feminina no momento pode ser explicada pela necessidade instantânea de maiores cuidados com a esfera reprodutiva, sendo a mesma, segundo a divisão sexual do trabalho, responsabilidade das mulheres.

Nesse sentido, a presente dissertação conclui que o impacto inicial da Covid-19 sobre o mercado de trabalho, com o isolamento e distanciamento social, foi maior para as mulheres, visto que, houve uma maior saída feminina da força de trabalho, uma superior redução do emprego feminino, a subutilização da FT feminina foi maior, principalmente considerando o crescimento da FT Potencial, em especial da indisponibilidade. A conjuntura econômica do período de distanciamento social intensificou as desigualdades de gênero já existentes e estruturadas no mercado de trabalho, precarizando e vulnerabilizando a força de trabalho feminina.

Com a retomada do crescimento da atividade econômica com o fim do isolamento e distanciamento social decorrente da vacinação, a força de trabalho voltou a crescer em 2022, tanto para os homens, mas especialmente para as mulheres. O crescimento da população na força de trabalho foi acompanhado pelo aumento das ocupações, o nível de ocupação feminina subiu de 39% para 47,5%, cerca de 8,3 milhões a mais de mulheres ocupadas de 2020 para 2022. Cabe ressaltar que, as subocupação femininas cresceram no mesmo período, enquanto a masculina retraiu, contudo essa diferença pouco influenciou no crescimento das ocupações plenas de ambos.

A subutilização da FT também retraiu no período, em especial a feminina. A retração da força de trabalho feminina subutilizada é reflexo da diminuição da população na FT Potencial, sobretudo da redução da indisponibilidade. As mulheres voltaram à força de trabalho, em maioria ocupadas, mas também buscando um trabalho.

O período de distanciamento intensificou as desigualdades de gênero no mercado de trabalho ao retirar a mão-de-obra feminina em maior número da força de trabalho, ao reduzir as ocupações femininas e aumentar a subutilização da força de trabalho das mulheres. Com a mudança da conjuntura econômica, com o crescimento da atividade produtiva, as mulheres foram mais impactadas retornando a força de trabalho, retraindo a subutilização e reduzindo a desigualdade criada durante o distanciamento.

Ao comparar 2022, com o período anterior à crise econômico-sanitária (2019), tem-se que não houve retorno completo da força de trabalho feminina e masculina até 2022. Há um maior nível de ocupação, uma menor taxa de desocupação e a subutilização da força de trabalho é inferior, tanto para homens, quanto para as mulheres com o fim do distanciamento.

No geral, a crise econômico-sanitária da Covid-19 afetou as mulheres no mercado de trabalho de modo conjuntural. Aumentando as desigualdades durante o período de distanciamento social, e reduzindo-as com o fim das restrições sanitárias e o retorno do crescimento da atividade econômica. Estruturalmente não houve mudança nas desigualdades de gênero entre 2019 e 2022. A diferença entre a taxa de participação feminina e masculina no mercado de trabalho pouco se alterou, as mulheres continuam apresentando uma menor participação, um menor nível de ocupação e uma maior taxa de desocupação e de subutilização. Continuam na margem do mercado de trabalho.

A segregação e a desigualdade de gênero no mundo laboral são processos histórico-estruturais, são movimentos de uma estrutura patriarcal engendrada por valores e normas sociais que pouco são influenciadas pela dinâmica econômica. Mas a conjuntura econômica é importante para entender o cenários onde as mulheres se inserem no mercado de

trabalho, para compreender como e onde estão as desigualdades que atingem a população feminina na esfera produtiva.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz. Bônus demográfico no Brasil: do nascimento tardio à morte precoce pela Covid-19. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 37, 2020.

AQUINO, Estela; SILVEIRA, Ismael Henrique; PESCARINI, Juliana Moreira; AQUINO, Rosana; SOUZA-FILHO, Jaime Almeida de; ROCHA, Aline dos Santos; FERREIRA, Andrea.; VICTOR, Audêncio; TEIXEIRA, Camila; MACHADO, Daniele Borges; PAIXÃO, Enny; ALVES, Flávia José Oliveira; PILECCO, Flávia; MENEZES, Greice; GABRIELLI, Ligia; LEITE, Luciana; ALMEIDA, Maria da Conceição Chagas; ORTELAN, Naiá; FERNADES, Qeren Hapuk R. Ferreira; PALMEIRA, Raquel Nunes; PINTO JUNIOR, Elzo Aragão; SOUZA, Luis Eugenio Portela Fernandes de; TEIXEIRA, Maria Glória; BARRETO, Mauricio Lima; ICHIHARA, Maria Yury; LIMA, Rúia Tourinho dos Reis Silva. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n.1, p. 2423-2446, 2020.

BALTAR. Paulo; LEONE, Eugenia. **O mercado de trabalho no Brasil nos anos 2000**. CESIT/IE/UNICAMP - Carta Social e do Trabalho no n.19 – jul./set. de 2012.

BALTAR, Paulo; LEONE, Eugenia. Perspectivas para o mercado de trabalho após o crescimento com inclusão social. **Estudos Avançados**, v. 29, p. 53-67, 2015.

BANCO MUNDIAL. Os impactos econômicos da crise da Covid-19. 2022 Disponível em: <<https://www.worldbank.org/pt/publication/wdr2022/brief/chapter-1-introduction-the-economic-impacts-of-the-covid-19-crisis#:~:text=A%20crise%20gerou%20impactos%20dram%C3%A1ticos,os%20pa%C3%ADses%20e%20dentro%20deles>> Acesso em: out. 2023.

BASTOS, Estêvão Kopschitz Xavier. Carta de Conjuntura, n.55, Nota de Conjuntura 22, 2º Trimestre de 2022. **Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada - IPEA**. 2022. https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/220601_nota_22_economia_mundial.pdf.> Acesso em: out. 2023.

BOLDRIM, Fernando. Como a sabotagem ao isolamento entra no cálculo de Bolsonaro. **NEXO**. mar. 2021. Disponível em:<<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/03/01/Como-a-sabotagem-ao-isolamento-entra-no-c%C3%A1lculo-de-Bolsonaro>> Acesso em: out. 2023.

BRASIL. Auxílio Emergencial tem impacto positivo na vida de 126 milhões de brasileiros. **Serviços e Informações do Brasil**. ago. 2020b. Disponível em:<<https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/08/auxilio-emergencial-tem-impacto-positivo-na-vida-de-126-milhoes-de-brasileiros>> Acesso em: out. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico Especial: 14: COE-COVID19**. Brasília, DF: MS; 2020a

BRASIL. Presidência da República: Secretaria-Geral/Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Medida Provisória Nº 927**, 22 de mar. 2020. 2020d. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv927.htm#:~:text=Mpv%20927&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20medidas%20trabalhistas..> Acesso em: out. 2023.

BRASIL. Presidência da República: Secretaria-Geral/Subchefia para Assuntos Jurídicos.

Medida Provisória Nº 936, 01 de abr. 2020. 2020c. Disponível

em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv936.htm.> Acesso em: out. 2023.

BRITO, F. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, SP, v. 25, n. 1, p. 5-26, jan./jun.2008.

BRUSCHINI, Cristina. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. **Revista Estudos Feministas**, v. 2, p. 179-199, 1994.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação. **Fundação Carlos Chagas**, 1998.

CGS. *Coronaviridae Study Group of the International Committee on Taxonomy of Viruses. The species Severe acute respiratory syndrome-related coronavirus: classifying 2019-nCoV and naming it SARS-CoV-2*. *Nature Microbiology*, v.5, mar. 2020, p. 536-544.

CORSALETTE, Conrado; ARCOVERDE, Letícia. Do mau exemplo à infecção: Bolsonaro e a covid-19. **NEXO**. jul 2020. Disponível

em:<<https://www.nexojornal.com.br/podcast/2020/07/07/Do-mau-exemplo-%C3%A0-infec%C3%A7%C3%A3o-Bolsonaro-e-a-covid-19>.> Acesso em: out. 2023.

COTRIM, Luisa Rabioglio; TEIXEIRA, Marilane Oliveira; PRONI, Marcelo Weishupt. Desigualdade de gênero no mercado de trabalho formal no Brasil. Texto para Discussão, n. 383, Campinas, IE-UNICAMP, jun. 2020.

FALCÃO, Márcio; VIVAS, Fernanda. Supremo decide que estados e municípios têm poder para definir regras sobre isolamento. **G1**. mai. 2020. Disponível

em:<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/15/maioria-do-supremo-vota-a-favor-de-qu-e-estados-e-municipios-editem-normas-sobre-isolamento.ghml>.> Acesso em: out. 2023.

FIOCRUZ. **Boletim: Observatório Covid-19**. mar. 2021b. Disponível

em:<https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/boletim_extraordinario_2021-marco-16-red-red-red.pdf.> Acesso em: out. 2023.

FIOCRUZ. **Falta de oxigênio causa mortes e revela colapso em Manaus, que já soma mais de quatro mil mortes em 2021**. mar. 2021a Disponível

em:<<https://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/50926>.> Acesso em: out. 2023.

G1. **Coronavírus: Veja a cronologia da doença no Brasil**. mai. 2020a. Disponível

em:<<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/06/coronavirus-veja-a-cronologia-da-doenca-no-brasil.ghml>.> Acesso em: out. 2023.

GARCIA, Leila Posenato; DUARTE, Elisete. Intervenções não farmacológicas para o enfrentamento à epidemia da COVID-19 no Brasil. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, p. e2020222, 2020.

GARCIA, Pedro Mendes; SOUZA JÚNIOR, José Ronaldo de C.. Carta de Conjuntura. n.58, Nota de Conjuntura 25, 1º Trimestre de 2023. **Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada - IPEA**. 2023. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2023/03/230324_cc_58_nota_25_pib_agro.pdf> Acesso em out. 2023

GHANBARI, Behzad. On forecasting the spread of the COVID-19 in Iran: The second wave. **Chaos, Solitons & Fractals**, v. 140, p. 110176, 2020.

GIMENEZ, Denis Maracci; BALTAR, Paulo; MANZANO, Marcelo. Os efeitos iniciais da pandemia sobre o emprego no Brasil. **Carta Social e do Trabalho**, v. 42, p. 16-21, 2020.

GLASS, David H. *European and US lockdowns and second waves during the COVID-19 pandemic*. **Mathematical biosciences**, v. 330, p. 108472, 2020.

GORAYEB, Daniela S.; FERREIRA, Adriana Nunes; FONSECA, Camila Veneo C.; FILETI, Juliana de P.; CAJUEIRO, Juliana P. M. Mulheres no mercado de trabalho no contexto da crise econômico-sanitária de 2020: saída da força de trabalho e indisponibilidade. In: LEONE, E. T.; PRONI, M. W. (Org). **Facetas do trabalho no Brasil contemporâneo: Coleção Centros e Núcleos**. Campinas: CESIT/IE - UNICAMP, 2021. p. 272 – 283

HIRATA, Helena. **Globalização e divisão sexual do trabalho**. Cadernos pagu. 2001 . p.139-156

HIRATA, Helena. **Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão**. Cadernos CRH, Salvador, v. 24, n. spe 01, p.13-20, 2011.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de pesquisa, v.37 n.132, set/dez. 2007, p.595-609.

HIRATA, H. O que mudou e o que permanece no panorama da desigualdade entre homens e mulheres? Divisão sexual do trabalho e relações de gênero numa perspectiva comparativa. In: LEONE, E. T.; KREIN, J. D. TEIXEIRA, M. O. (Org.) Mundo do trabalho das mulheres: ampliar direitos e promover a igualdade. São Paulo: Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres / Campinas, SP: Unicamp. IE. Cesit, jun. 2017.

HUSSEIN, Osama. Second wave of Covid-19 is determined by immune mechanism. **Medical Hypotheses**, v. 144, p. 110238, 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. CONCLA - Comissão Nacional de Classificação. **Classificação de posição na ocupação**. 2023. Disponível em:

<<https://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/posicao-da-ocupacao/classificacao-de-posicao-na-ocupacao.html>> Acesso em set. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas Nacionais**. 2023. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais.html>> Acesso em out. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**. 2023. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html>> Acesso em out. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Indicadores IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Notas Metodológicas**. v.1. Rio de Janeiro -RJ. 2014. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Notas_metodologicas/notas_metodologicas.pdf> Acesso em set. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Indicadores IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Divulgação Especial: Medidas de Subutilização da Força de Trabalho no Brasil**. Maio 2021. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Novos_Indicadores_Sobre_a_Forca_de_Trabalho/pnadc_202101_trimestre_novos_indicadores.pdf> Acesso em: set. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Indicadores IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Divulgação Especial: Medidas de Subutilização da Força de Trabalho no Brasil**. fev. 2022. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Novos_Indicadores_Sobre_a_Forca_de_Trabalho/pnadc_202104_trimestre_novos_indicadores.pdf> Acesso em: set. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Glossário**. 2015. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Mensal/glossario_pnadc_mensal.pdf> Acesso em: set. 2023

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Recomendações sobre Estatísticas do Trabalho 19ª CIET. **13º Fórum do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares**. Rio de Janeiro, jun. 2013. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/arquivo/projetos/sipd/decimo_terceiro_forum/13_forum_sipd%20%2019_CIET.pdf> Acesso em set. 2023.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**. 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=series-historicas>> Acesso em: out. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desemprego. O que é desemprego. Rio de Janeiro: IBGE, s/d.

IIBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Indicadores IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Divulgação Especial: Medidas de Subutilização da Força de Trabalho no Brasil**. 2016. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Novos_Indicadores_Sobre_a_Forca_de_Trabalho/pnadc_201201_201603_trimestre_novos_indicadores.pdf> Acesso em set. 2023.

INSTITUTO BUTANTAN. **Entenda o que é uma pandemia e as diferenças entre surto, epidemia e endemia**. Portal do Butantan. São Paulo: Instituto Butantan, 2020. Disponível em: <<https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/entenda-o-que-e-uma-pandemia-e-as-diferencas-entre-surto-epidemia-e-endemia#:~:text=Uma%20epidemia%2C%20por%20sua%20vez,no%20Brasil%E2%80%9D%2C%20completou%20Viviane>> Acesso em: ago. 2023.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. Tradução Vivian Aranha Saboia. In: HIRATA, H. et al (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. Editora UNESP : São Paulo, 2009, p. 67–75

KREIN, José Dari; BORSARI, Pietro. Pandemia e desemprego: análise e perspectivas. **Instituto de Economia Unicamp**. mai. 2020. Disponível em: <<https://www.economia.unicamp.br/covid19/pandemia-e-desemprego-analise-e-perspectivas>> Acesso em: out. 2023.

KREIN, José Dari; MANZANO, Marcelo. **Estudo de caso: Brasil. Notas sobre a Formalização**. FORLAC – Programa de Formalização na América Latina e no Caribe. Lima: Escritório Regional da OIT, 2014.

KRETER, Ana Cecília; PASTRE, Rafael. Carta de Conjuntura. n.54, Nota de Conjuntura 02, 1º Trimestre de 2022. **Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada - IPEA**. 2022 Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/220116_nota_2_comercio_exterior_agro_2021.pdf> Acesso em: out 2023.

LAMEIRAS, Maria Andreia Parente; CONSEUIL, Carlos Henrique L.; RAMOS, Lauro Roberto Albrecht; CARVALHO, Sandro Sacchet. Carta de Conjuntura. n. 43, 2º Trimestre de 2019. **Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada - IPEA**. 2020b Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/190618_cc_43_mercado_de_trabalho.pdf> Acesso em: out. 2023.

LEANDRO, Gustavo Cezar Wagner; LUZ, Carlos Guilherme Meister; IZUKA, Adriana Dias Lourenço; DOLDAN, Roberto Valiente; BOM, Carmensita Aparecida Gaievski; BRITO, André Silva. Intervenções não farmacológicas como medidas de enfrentamento à pandemia de Covid-19 em municípios de fronteira. **Revista de Saúde Pública do Paraná**, v. 3, n. Supl., 2020.

LEONE, Eugênia. Os impactos do crescimento econômico com inclusão social na participação das mulheres no mercado de trabalho. In: LEONE, E. T.; KREIN, J. D.; TEIXEIRA, M. O. (Org). **Mundo do Trabalho das Mulheres: Ampliar direitos e promover a igualdade**. Campinas: CESIT/IE - UNICAMP, 2017. p. 13 – 38.

LEONE, Eugênia. **Participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro no contexto do crescimento econômico com distribuição de renda (2004-2013)**. Instituto de Economia, UNICAMP, 2019.

LEONE, Eugenia Troncoso; PORTILHO, Luciana. Inserção de mulheres e homens com nível superior de escolaridade no mercado de trabalho brasileiro. **Temáticas**, v. 26, n. 52, p. 227-246, 2018.

LEVY, Paulo Mansur. Carta de Conjuntura. n.47, 2º Trimestre de 2020. **Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada - IPEA**. 2020a. Disponível em:

<https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/conjuntura/200430_cc47_economia_mundial.pdf>. Acesso em: out. 2023.

LEVY, Paulo Mansur. Carta de Conjuntura. n.49, 4º Trimestre de 2020. **Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada - IPEA**. 2020b. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/201112_economia_mundial_2.pdf>. Acesso em: out. 2023.

LEVY, Paulo Mansur. Carta de Conjuntura. n.50, 1º Trimestre de 2021. **Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada - IPEA**. 2021. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wpcontent/uploads/2021/03/210329_cc50_nota_economia_mundial_2.pdf>. Acesso em: out. 2023.

LEVY, Paulo Mansur; LEITE, Caio Rodrigues Gomes. Carta de Conjuntura. n.51, Nota de Conjuntura 26, 2º Trimestre de 2021. **Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada - IPEA**. 2021. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210615_cc_51_nota_26_economia_mundial.pdf>. Acesso em: out. 2023.

LOUREIRO, Paulo RA. Uma resenha teórica e empírica sobre economia da discriminação. **Revista Brasileira de Economia**, v. 57, p. 125-157, 2003.

LÓPEZ, Leonardo; RODÓ, Xavier. The end of social confinement and COVID-19 re-emergence risk. **Nature Human Behaviour**, v. 4, n. 7, p. 746-755, 2020.

MACHADO, Maria Letícia; FREITAS, Rebeca; O primeiro ano de pandemia no Brasil em 43 eventos. **NEXO**. abr. 2021. Disponível

em:<<https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2021/O-primeiro-ano-de-pandemia-no-Brasil-em-43-eventos>>. Acesso em: out. 2023.

MARINS, Mani Tebet; RODRIGUES, Mariana Nogueira; DA SILVA, Jéssica Maldonado Lago; DA SILVA, Karen Cristina Martins; CARVALHO, Paola Loureiro. Auxílio Emergencial em tempos de pandemia. **Revista Sociedade e Estado**. v. 36, n. 2, p. 669-692, mai.-ago. 2021. Disponível

em:<<https://www.scielo.br/j/se/a/xJ7mwmL7hGx9dPDtthGYM3m/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: out. 2023.

MARTINS, Thalyta Cassia de Freitas; GUIMARÃES, Raphael Mendonça. Distanciamento social durante a pandemia da Covid-19 e a crise do Estado federativo: um ensaio do contexto brasileiro. **Saúde em Debate**, v. 46, p. 265-280, 2022.

MATHIEU, Nicole-Claude. Sexo e gênero. In: HIRATA, H. et al (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. Editora UNESP : São Paulo, 2009, p. 173–178.

MATTOS, Marcela; BORGES, Beatriz; RESENDE, Sara. Epidemiologista diz à CPI da Covid que cerca de 400 mil mortes poderiam ter sido evitadas. **G1**. Brasília. jun. 2021. Disponível

em:<<https://g1.globo.com/politica/cpi-da-covid/noticia/2021/06/24/epidemiologista-diz-a-cpi-da-covid-que-cerca-de-400-mil-mortes-poderiam-ter-sido-evitadas.ghml>> Acesso em: out. 2023.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço Feminino no Mercado Produtivo. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Orgs). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2018. p.126-147.

MELLO, Guilherme; OLIVEIRA, Ana Luiza Matos; GUIDOLIN, Ana Paula; CASO, Camila de; DAVID, Grazielle; NASCIMENTO, Julio Cesar; GOLÇALVES, Ricardo; SEIXAS, Tiago.. A coronacrise: natureza, impactos e medidas de enfrentamento no Brasil e no mundo. **Nota do Cecon**, v. 9, p. 1-23, 2020.

MOARAES, Rodrigo Fracalossi. A segunda onda da pandemia (mas não do distanciamento físico): Covid-19 e políticas de distanciamento social dos governos estaduais no Brasil. **Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais - Diante**. n.31, jan. 2021. Disponível

em:<https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10442/1/NT_31_Dinte_ASegundaOndadaPandemia.pdf> Acesso em: out. 2023.

MOJICA-CRESPO, Roland; MORALES-CRESPO, M. M. Pandemia COVID-19, *la nueva emergencia sanitaria de preocupación internacional: una revisión*. **Medicina de Familia. SEMERGEN**, v. 46, p. 65-77, 2020.

MORAES, Rodrigo Fracalossi. Medidas Legais de Incentivo ao Distanciamento Social: comparação das políticas de governos estaduais e prefeituras das capitais no Brasil. **Boletim de Análise Político-Institucional**. n.22, abr. 2020 Disponível

em:<https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10096/1/BAPI_N22_COVID%2019_Artigo%208.pdf> Acesso em: out. 2023.

MOTTA, Anaís. Mandetta, Teich, Pazuello e Queiroga: os 4 ministros da Saúde da pandemia. **UOL**. São Paulo, mar. 2021. Disponível

em:<<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/03/15/mandetta-teich-pazuello-e-queiroga-os-4-ministros-da-saude-da-pandemia.htm#:~:text=Luiz%20Henrique%20Mandetta%20e%20Nelson,centr%C3%A3o%2C%20segundo%20apurado%20pelo%20UOL>> Acesso em: out. 2023.

NGONGHALA, Calistus N.; IBOI, Enahoro A.; GUMEL, Abba B. *Could masks curtail the post-lockdown resurgence of COVID-19 in the US?*. **Mathematical biosciences**, v. 329, p. 108452, 2020.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. **COVID-19 and the world of work. Seventh edition Updated estimates and analysis**. Genebra: jan 2021. p. 1-35.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. **World Employment and Social Outlook. Data Finder**. Genebra: jan 2023. Disponível

em:<<https://www.ilo.org/wesodata/?chart=Z2VuZGVyPVsiVG90YWwiXSZ1bml0PSJOdW1iZXIiJnNlY3Rvcj1bIkluZHVzdHJ5IiwU2VydmliZXMiLCJBZ3JpY3VsdHVyZSJdJnllYXJGcm9tPTE5OTEmaW5jb21lPVtdJmluZGJlYXRvcj1bInVuZW1wbG95bWVudCIsInVuZGVyZW1wbG95bWVudCIsInBvdGVudGlhbExhYm9yRm9yY2UiLCJsYWJvclVuZGVyZXRpbGl6YXRpb24iLCJlbXBsb3ltZW50RGJldHJpYnV0aW9uIiwidnVsbmVyYWJsZUVtcGxveW1l>>

[bnQiLCJ0b3RhbEVtcGxveW1lbnQiLCJ0b3RhbExhYm91ckZvcmlldvcmtpbmdGb3JPd24iLCJDb250cmliidXRpbmdGb3JGYW1pbHkiXSZyZWdpb249WjYXb3JsZCJdJmNvdW50cnk9W10md29ya2luZ1BvdmVydHk9W10meWVhclRvPTIwMjQmdmld0ZvcmlhdD0iQ2hhcnQiJmFnZT1bIkFnZTE1cGx1cyJdJmxhbmd1YWdlPSJlbiI%3D](https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/situation-reports) > Acesso em: out. 2023

OMS – Organização Mundial de Saúde. ***Cepa variante del SARS-CoV-2 asociada a visones - Dinamarca - China***. Genebra: OMS, jun. 2020a. Disponível em: <<https://www.who.int/es/emergencies/disease-outbreak-news/item/2020-DON229>> Acesso em: ago. 2023.

OMS – Organização Mundial de Saúde. ***WHO Statement regarding cluster of pneumonia cases in Wuhan, China***. Genebra: OMS 2020b. Disponível em: <<https://www.who.int/china/news/detail/09-01-2020-who-statement-regarding-cluster-of-pneumonia-cases-in-wuhan-china>> Acesso em: ago. 2023.

OMS – Organização Mundial de Saúde. ***WHO statement on novel coronavirus in Thailand***. Genebra: OMS. 2020c. Disponível em: <<https://www.who.int/news-room/detail/13-01-2020-who-statement-on-novel-coronavirus-in-thailand>> Acesso em: ago. 2023.

OMS – Organização Mundial de Saúde. ***Report of the WHO-China Joint Mission on Coronavirus Disease 2019 (COVID-19)***. Genebra: OMS, 2020d. Disponível em: <<https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-technical-briefing-on-2019-novel-coronavirus>> Acesso em: ago. 2023.

OMS – Organização Mundial de Saúde. ***Covid-19 strategy update***. Genebra: OMS, 2020e.

OMS – Organização Mundial de Saúde. ***WHO-convened Global Study of Origins of SARS-CoV-2: China Part***. Genebra: OMS, 2021. Disponível em: <<https://www.who.int/publications/i/item/who-convened-global-study-of-origins-of-sars-cov-2-china-part>> Acesso em: ago. 2023.

OMS – Organização Mundial de Saúde. ***Timeline: WHO's Covid-19 response***. Genebra: OMS, 2023. Disponível em: <<https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/interactive-timeline>> Acesso em: ago. 2023.

OMS/CHINA – Organização Mundial de Saúde. ***WHO Director-General's opening remarks at the technical briefing on 2019 novel coronavirus***. China: OMS, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/who-china-joint-mission-on-covid-19-final-report.pdf?sfvrsn=fce87f4e_2> Acesso em: ago. 2023.

OAKLEY, Ann: Sex, Gender, and Society. New York, Harper Colophon Books. 1972, p. 16. Cf. também JOHANSSON, Sheila Ryan: " 'Herstory' as History: A new Field of Another Fad?" IN CAROLL, Berenice (ed.): Liberating Women's History. Urbana-Champaign, University of Illinois Press. 1976

OPAS – Organização Pan-Americana de Saúde. ***OMS afirma que COVID-19 é agora caracterizada como pandemia***. Washington, D.C., 2020. Disponível

em:<<https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic>>
Acesso em: out. 2023.

POCHMANN, Marcio. A nova classe do setor de serviços e a uberização da força de trabalho. **Revista do Brasil. São Paulo**, v. 9, 2017.

POCHMANN, Marcio. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 89-99, 2019.

Report of the Conference: **19th International Conference of Labour Statisticians**, Geneva, 2–11 October 2013/ International Labour Office, Department of Statistics. Geneva, ILO, 2013. Disponível em:
<https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/publication/wcms_220535.pdf> Acesso em set. 2023.

ROBEIRO, Flávia Ferreira. O trabalho na pandemia: aprofundando a análise. **Carta Social e do Trabalho**, v. 42, p. 01-03, 2020.

ROUBICEK, Marcelo. Como a ineficácia do tratamento precoce expõe seus defensores. **NEXO**. jan. 2021. Disponível em:<<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/01/18/Como-a-inefic%C3%A1cia-do-tratamento-precoce-exp%C3%B5e-seus-defensores>> Acesso em: out. 2023.

SABOIA, João; ROCHA, Camila; VILLACORTA, Victor Nobre; MARTINEZ, Renan Rechuem Lopez; SOARES, Igor Masullo. **O Mercado de Trabalho no Brasil nas Crises de 2015/2016 e 2020: Semelhanças e Diferenças**. 2020. Tese de Doutorado. Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SANCHES, Marina da Silva; CARDOMINGO, Matias Rebello; CARVALHO, Laura Barbosa de. **Auxílio emergencial segurou a queda do PIB de 2020 em pelo menos 4%, diz estudo. [Depoimento]**. Exame. São Paulo: Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária, Universidade de São Paulo. fev. 2021. Disponível em:
<https://exame.com/economia/auxilio-emergencial-segurou-a-queda-do-pib-de-2020-em-pelo-menos-4-diz-estudo/> Acesso em: out. 2023.

SILVA, Adriana Ferreira. **Desigualdade Inflacionada: Os efeitos da inflação sobre as diferentes classes de renda**. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - CEPEA/USP. jun. 2022 Disponível em:<<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/opiniaio-cepea/desigualdade-inflacionada-os-efeitos-da-inflacao-sobre-as-diferentes-classes-de-renda.aspx>> Acesso em: out. 2023.

SOUZA JÚNIOR, José Ronaldo de C.; CAVALCANTI, Marco A. F. H.; LEVY, Paulo Mansur; CARVALHO, Leonardo Mello de. Carta de Conjuntura. n. 49, Nota de Conjuntura 33, 4º Trimestre de 2020. **Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada - IPEA**. 2020a Disponível em:<https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/201221_cc_49_nota_33_visao_geral.pdf> Acesso em: out. 2023.

SOUZA JÚNIOR, José Ronaldo de C.; LEVY, Paulo Mansur; SANTOS, Francisco Eduardo de L. A.; CARVALHO, Leonardo Mello de. Carta de Conjuntura. n. 46, 1º Trimestre de 2020. **Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada - IPEA**. 2020b Disponível

em:<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2020/03/CC46_Vis%C3%A3o-Geral.pdf .> Acesso em: out. 2023.

SOUZA, Mariana Augusta; BRAZ, Daniel Teixeira dos Santos. **COVID-19 e os impactos econômicos no setor agropecuário: uma visão geral**. Grupo de Estudos em Estruturas

Coordenadas - GECOR. 2020. Disponível

em:<http://www.cpr.uem.br/images/grupo-agro/04-agro-covid-19-tema1_texto1.pdf.> Acesso em: out. 2023.

TEIXEIRA, Marilane Oliveira. **Um olhar da economia feminista para as mulheres: os avanços e as permanências das mulheres no mundo do trabalho entre 2004 e 2013**. 2017. Tese de Doutorado. [sn].

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu**, n. 3, p. 28-62, 1994

WONG, Laura L. Rodríguez; CARVALHO, José Alberto. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 23, p. 5-26, 2006.

WU, Jianhong; TANG, Biao; BRAGAZZI, Nicola Luigi.; NAH, Kyeogah; MCCARTHY, Zachary. Quantifying the role of social distancing, personal protection and case detection in mitigating COVID-19 outbreak in Ontario, Canada. **Journal of mathematics in industry**, v. 10, p. 1-12, 2020.